METODOLOGIA DA PESQUISA

Aplicabilidade em trabalhos científicos na área da saúde

2ª Edição - Revista e ampliada

Evânia Leiros de Souza
Clélia de Oliveira Lyra
Nilma Dias Leão Costa
Paulo de Medeiros Rocha
Alice da Costa Uchoa
Organizadores

Evânia Leiros de Souza
Clélia de Oliveira Lyra
Nilma Dias Leão Costa
Paulo de Medeiros Rocha
Alice da Costa Uchoa
Organizadores

METODOLOGIA DA PESQUISA

Aplicabilidade em trabalhos científicos na área da saúde

2ª Edição
Revista e ampliada

Natal, 2019

Fundada em 1962, a Editora da UFRN (EDUFRN) permanece até hoje dedicada à sua principal missão: produzir livros com o fim de divulgar o conhecimento técnico-científico produzido na Universidade, além de promover expressões culturais do Rio Grande do Norte. Com esse objetivo, a EDUFRN demonstra o desafio de aliar uma tradição de quase seis décadas ao espírito renovador que guia suas ações rumo ao futuro.

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Metodologia da pesquisa [recurso eletrônico] : aplicabilidade em trabalhos científicos na área da saúde / Organizadores: Evânia Leiros de Souza … [et al.]. – 2. ed., rev. e ampl. – Natal, RN : EDUFRN, 2019.
311 p. : il., PDF ; 2.5Mb

Modo de acesso: http://repositorio.ufrn.br
Vários autores
ISBN 978-85-425-0934-2

1. Pesquisa - Metodologia. 2. Saúde - Pesquisa. 3. Redação técnica. I. Souza, Evânia Leiros de.

CDD 001.4
RN/UF/BCZM 2019/37 CDU 001.8

Elaborado por Márcia Valéria Alves – CRB-15/509

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

Aos alunos da graduação do Centro de Ciências da Saúde, principalmente àqueles que cursaram a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica nos cursos de Nutrição, Fisioterapia e Medicina, dedicamos este livro. Vocês são a razão maior da elaboração deste trabalho acadêmico e de nossa dedicação profissional.

Dedicamo-lo ainda às pessoas que sempre estiveram presentes nos momentos mais importantes de nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores que, mesmo com dificuldades individuais, aceitaram o desafio de participar, de forma dedicada e comprometida, da elaboração deste livro, fruto de um grande esforço coletivo, agradecemos.

À Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que destinou recursos para tornar realidade o sonho dos autores envolvidos, nosso muito obrigado.

À professora Maria Aparecida Esteves Caldas pela disponibilidade e competência em fazer a revisão deste livro; à professora Glícia Azevedo Tinoco pela dedicação e revisão final do trabalho; à Ionaide Rodrigues de Souto pela orientação nas traduções.

Aos funcionários da Editora da UFRN, pela presteza, atenção e acolhida, os nossos sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

A ideia brilhante de construir uma publicação e assim coletivizar saberes na área da metodologia científica, a partir das experiências vivenciadas em sala de aula com estudantes de diferentes cursos da área da saúde, é o fio condutor desta obra. Certamente, o desafio inicial constituiu-se em um convite à criatividade e em uma abertura à novidade forjada no diálogo entre educador-educando, para a compreensão acurada dos saberes, métodos e relações sociais, o que pode fazer avançar o conhecimento em qualquer área da ciência.

A segunda edição deste livro traz ao público valiosas e atualizadas experiências de vários professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que foram importantes para a trajetória de valorização do pensamento científico e da formação acadêmica comprometida com o desenvolvimento integral do ser humano, alicerçada na busca da justiça social, na difusão da cultura, na evolução de conteúdos e nas práticas formativas com ênfase nos valores éticos, no aperfeiçoamento tecnológico e na sustentabilidade ambiental.

Ele é produto de um projeto coletivo e visa ao preenchimento de várias lacunas nessa importante área. Trata-se, portanto, de uma leitura recomendada para aqueles que iniciam uma viagem em direção ao instigante campo da ciência e também para aqueles que, iniciados nesse campo, querem imprimir maior qualidade a seus planos e desenhos de pesquisa, aprimorar a crítica a artigos originais, realizar levantamentos bibliográficos, utilizar procedimentos científicos construídos com mensurações, interpretar resultados e fenômenos, discutir tópicos teórico-metodológicos que podem ser aplicados de forma precisa na sociedade, dentre outros. Caberá ao leitor apreciar a oferta de saberes nele contido, para a construção de novos caminhos da inovação científica, ajustada às necessidades da sociedade brasileira.

Produzida em uma linguagem clara, acessível e precisa, esta obra possibilita tanto aos neófitos quanto aos veteranos sentirem-se bem no mundo da pesquisa acadêmica, acessar a conteúdos importantes para desvelar padrões nas relações com os outros, encontrar suporte para a produção de novos conhecimentos, empreender e evoluir na eterna trajetória humana em busca da compreensão da realidade.

Antônio Medeiros Júnior

Professor Associado do Departamento de Saúde
Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

APRESENTAÇÃO

Só será um bom mestre quem soube ser um bom discípulo.
Dom Nivaldo Monte

O mundo vivencia um fenômeno de explosão bibliográfica globalizada e a troca de informações acontece, praticamente, em um processo instantâneo. Essa necessidade de rapidez e agilidade na busca de informações deve-se à ampliação do acesso à informática e ao advento da internet, que exigem do estudante ainda mais organização e sistematização de seus estudos.

Nesse sentido, a formação de nível superior, desde o início da graduação, deve despertar nos alunos o interesse em buscar informações científicas e apresentá-las de forma sistematizada, a partir de orientações quanto à estrutura formal dos trabalhos acadêmicos. A finalidade dessa prática é familiarizar o graduando na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exigência das diretrizes curriculares de qualquer curso universitário, bem como auxiliá-lo na elaboração de relatórios de iniciação científica, de estágio e de extensão.

Nos TCC, a escolha do tema é um desafio posto aos alunos. É nesse momento em que os conteúdos discutidos em sala de aula proporcionam condições para a produção das ideias. O que era só informação de conteúdo transforma-se em um novo conhecimento e as experiências com os trabalhos acadêmicos ao longo do curso tendem a fazer do graduando um leitor mais exigente, crítico e com um vocabulário melhor. O professor orientador, nesse processo, exercerá o papel de um agente que norteia os procedimentos metodológicos, contribuindo para que o orientando adquira as habilidades e competências necessárias a fim de organizar e aplicar convenientemente as normas que regem os trabalhos acadêmicos e a produção científica, à luz dos conteúdos ministrados e apreendidos durante a vida universitária.

Essa normalização tem como objetivo atingir a padronização da produção científica, permitindo tanto uma linguagem adequada quanto uma divulgação de forma universal. Proporciona ainda a redução da variedade de produtos e procedimentos, tornando a troca de informações mais eficiente.

Tendo essas reflexões iniciais como suporte e as experiências vivenciadas em sala de aula, especificamente na disciplina de Metodologia da Pesquisa para diversos cursos da área da Saúde (Medicina, Fisioterapia e Nutrição) como laboratório, resolvemos investir nesta publicação. Ela foi pensada, originalmente, com o intuito de subsidiar a elaboração de trabalhos acadêmicos e, de modo especial, os trabalhos de conclusão de curso. Todavia, uma vez finalizada, percebemos que o projeto ganhou corpo e a obra pode favorecer a produção de trabalhos acadêmico-científicos diversos, não apenas os TCC.

Estruturalmente, este livro está organizado em 14 capítulos que tratam a respeito dos seguintes temas: planejamento e sistematização dos estudos, estrutura formal de trabalhos acadêmicos e citações e referências. No tocante ao planejamento e sistematização dos estudos, o leitor encontrará desde como executar um fichamento textual, passando por orientações iniciais de redação até a normalização de trabalhos científicos e tipos de pesquisa com ênfase nas realizadas no âmbito da Saúde. Em relação aos modelos de estrutura formal de trabalhos científicos, o estudante poderá ler sobre o processo de elaboração de relatórios técnicos, de projetos de pesquisa e de trabalhos de conclusão de curso, de dissertação de mestrado e de tese de doutorado, entre outros.

Salientamos que os conteúdos ora apresentados pautaram-se nas normalizações provenientes de organismos internacionais e nacionais responsáveis pela uniformização de documentos, especialmente a Organização Internacional de Normalização (*International Organization of Standardization* – ISO). No Brasil, a normalização tem como fonte a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e a apresentação tabular advém da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Enfatizamos ainda que, para normalizar os trabalhos, o escrevente deverá optar por apenas uma das normas: ABNT ou Vancouver. Para fazer a opção adequada, é necessário seguir as orientações editoriais das revistas.

A normalização da presente publicação foi organizada seguindo as orientações *Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals* (Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos), conhecidas como Estilo Vancouver, adotado para uniformizar as revistas e os periódicos científicos indexados em bases de dados da área da Saúde.

Esperamos que este livro contribua, de forma significativa, para o processo de elaboração e pesquisa acadêmica na área da Saúde.

ESTRATÉGIAS DE ESTUDO E LEITURA DE TEXTOS

Evânia Leiros de Souza
Clélia de Oliveira Lyra

A praxe de leitura seria alcançada por meio de um comportamento repetitivo e constante. Por isso, a leitura é considerada uma das atividades humanas que interferem diretamente no processo de desenvolvimento cultural, social e político do indivíduo.

1.1 LEITURA, FICHAMENTO E RESUMO

Uma das primeiras estratégias de estudo é delinear o objetivo da ação e sua produtividade. Na universidade, os trabalhos solicitados demandam tempo para a devida execução e têm prazo de entrega, por isso esse tempo precisa ser bem utilizado. Diante desse contexto, Severino[1(p12)] destaca que as condições de aprendizagem do estudante exigem um controle de ações tão acirrado que, do momento em que assume fazer um trabalho acadêmico até a entrega da versão final, "... o resultado do processo depende fundamentalmente dele mesmo".

1.1.1 Leitura de texto

As mudanças que vêm se operando na aceleração da informação têm impulsionado a efetivação de uma prática de leitura mais consistente por parte do leitor. Intensificam-se as práticas de leitura, ampliam-se os conhecimentos, as ideias e o vocabulário. É exatamente por isso que a leitura é considerada uma das atividades humanas que interferem diretamente no desenvolvimento cultural, social e político do indivíduo.

Vale ressaltar, porém, que, assim como não existe leitura sem compreensão do que se lê, a apreensão "exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a", conforme afirma Freire[2(p8)]. A leitura, no seu sentido geral, amplia nossos horizontes e nos transporta a diferentes mundos.

O pensamento de Freire[2(p11)] observa que o homem começa a conhecer o mundo e com ele interage a partir das leituras ao longo da sua vivência. Freire

fez uma reflexão bastante pertinente quando disse que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra”, ou seja, a leitura do mundo antecede a leitura da palavra. Dyniewicz[3] também salienta que essa leitura de mundo é fundamental para a leitura da palavra, a qual não pode ser apenas a decodificação dessa palavra, é preciso compreendê-la em seu contexto.

No entanto, toda e qualquer leitura só é válida se o leitor conseguir aperceber-se do que foi lido e for capaz de refletir e comentar o seu conteúdo. É pela leitura que mais se aprende e mais se produz conhecimento. Libanio[4(p238)] enfatiza também que o ponto fundamental no crescimento e amadurecimento intelectual depende da prática da leitura. Corroborando essa perspectiva, para Freire[2(p12)], “não se mede o estudo pelo número de páginas lidas numa noite ou pela quantidade de livros lidos num semestre. Estudar não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las”.

Para tanto, é necessário levar em consideração alguns aspectos, como, por exemplo:

- ✓ ler o texto completo e com atenção;
- ✓ fazer a leitura analítica;
- ✓ escolher a unidade de leitura;
- ✓ identificar as ideias principais, assumindo uma relação de diálogo com o autor do texto.

O acesso aos mais variados textos contribuirá, assim, para uma socialização do indivíduo por meio da leitura. Na vida acadêmica, por exemplo, o estudo de um tema específico exige que o estudante esteja a par da bibliografia que se refere ao tema ou ao objeto de sua pesquisa. Na esfera do trabalho, essas leituras revestirão as ações do profissional, que não se assemelharão a simples intuições, posto que estarão embasadas teoricamente. Nesse contexto, pode-se perceber que o ato de ler ultrapassa os limites da sala de aula. Freire[2] ainda faz algumas considerações importantes sobre o ato de estudar, o qual demanda uma posição de humildade, coerente com a atitude crítica.

Serafini[5(p25)] faz referência quando ilustra a importância do planejamento de uma leitura e, com isso, induz o aluno a economizar e distribuir o tempo disponível. Diante do exposto, a referida autora sugere dividir o tempo em "planejamento; seleção e organização das ideias; desenvolvimento do texto; releitura e correção do texto final".

1.1.2 Análise de texto

A análise de um texto tem como objetivo compreender seus sentidos possíveis, decompor e escolher o mais importante, familiarizar-se com os termos técnicos, com as ideias explicitadas, com as que estão apenas nas entrelinhas, hierarquizar o conteúdo textual e perceber a relação entre as partes constituintes.

Os estudos dos textos requerem muita reflexão, e, portanto, a leitura exige um método de abordagem. Daí a importância de ler cautelosamente, compreender, analisar, interpretar, sintetizar e hierarquizar as ideias principais.

1.1.2.1 Tipos de análise de texto

A análise de texto pode ser classificada, segundo Severino[1], em cinco tipos: textual, temática, interpretativa, problematização e síntese (conclusão pessoal). A seguir, será descrito cada um desses tipos.

a) **Análise textual:** trata-se da primeira abordagem da leitura. Nela, sugerem-se a elaboração de anotações e a busca do significado das palavras desconhecidas. Para efetivar a análise textual, o leitor deve ler o texto todo, com o objetivo de uma primeira interação com as ideias ali veiculadas e a identificação de palavras e parágrafos-chave.

b) **Análise temática:** permite uma maior compreensão do texto. Esse tipo de análise busca relacionar a associação de ideias do autor com as preexistentes no conhecimento do leitor. Nessa associação, passa-se a questionar o texto dentro de um raciocínio lógico: qual é o tema? Que problema é focalizado pelo autor? Qual é a ideia central do texto e quais são as secundárias?

c) **Análise interpretativa:** pode-se dizer que, nas análises textuais e temáticas, o leitor apenas "ouve"; na análise interpretativa e na problematização, diferentemente, o leitor "dialoga" com o autor.

d) **Problematização:** essa atividade é feita em grupo. Nela, são debatidas as questões relacionadas ao texto.

e) **Síntese (conclusão pessoal):** (re)elaboração do que foi entendido do texto, resultando numa compreensão própria, baseada numa crítica e reflexão pessoal.

Neste sentido, Medeiros[6(p86)] ressalta que a interpretação consiste, no primeiro momento, em reproduzir as ideias do texto; no segundo momento, em comentar e discutir as ideias do autor. Para realizar a análise interpretativa de um texto, Galliano[7(p94)] sugere os seguintes procedimentos:

✓ não se deixe tomar pela subjetividade;

✓ relacione as ideias do autor com o contexto filosófico e científico de sua época e de nossos dias;

✓ faça a leitura das "entrelinhas", a fim de inferir o que não está explícito no texto;

✓ adote uma posição crítica, a mais objetiva possível, com relação ao texto;

✓ faça o resumo do que estudou;

✓ discuta o resultado obtido no estudo.

1.1.3 A importância de sublinhar

O ato de sublinhar um texto representa uma estratégia para debruçar-se na leitura, evidenciando as partes que mais chamaram a atenção do leitor. Sublinhar as partes fundamentais de um texto pode facilitar o trabalho de revisão.

Para ter um entendimento melhor sobre essa estratégia de leitura, é necessário percorrer algumas etapas:

- ✓ não se deve sublinhar o texto na primeira leitura;
- ✓ deve-se sublinhar somente as palavras ou as ideias principais;
- ✓ destaque as definições, as fórmulas, os termos técnicos e as ideias-chave;
- ✓ sublinhe de maneira que consiga lembrar de todo o texto e perceber o seu sentido.

Para sublinhar, é importante utilizar diversos códigos que ajudam a distinguir diferentes tipos de ideias dentro de um texto. Outra forma de sublinhar é com canetas marca-texto, utilizando diferentes cores para texto, como aponta Ruiz[8(p40)]. Cada um pode adotar uma simbologia arbitrária e pessoal para sublinhar e fazer anotações à margem do texto. Basta que a simbologia adotada mantenha uma significação bem definida e constante.

1.1.3.1 Notas à margem do texto

As notas à margem do texto são importantes por facilitarem a releitura e servirem para chamar a atenção sobre diversos aspectos da leitura. Para tanto, podem ser utilizados os códigos exemplificados abaixo.

CÓDIGOS	SIGNIFICADO
!	Importante
✓	Concordo
X	Não concordo
DEF.	Definição
→	Chamar à atenção
?	Dúvida

1.2 ESQUEMA

Esquema é o registro dos pontos importantes de um texto. Essas notas devem expressar frases curtas, nas quais contemplam-se apenas as ideias principais do texto, organizadas em tópicos, numa sequência lógica, ordenadas por números ou por outras formas (setas, diagramas) para indicar suas subdivisões. Feito o esquema, sua estrutura deve corresponder à essência do texto. Um esquema bem feito requer leituras minuciosas e cuidadosa hierarquização de palavras-chave, períodos e parágrafos mais importantes.

Lembrete!

Esquema não é resumo

Salomon[9(p105, grifo do autor)] enfatiza que, para que um esquema seja realmente útil, são necessários alguns cuidados na sua elaboração.

a) **Fidelidade ao texto original**: o esquema deve conter as ideias do autor, sem alteração, mesmo quando forem usadas as próprias palavras para reproduzir as do autor.

b) **Estrutura lógica do assunto**: a partir da ideia principal e dos detalhes importantes, é possível elaborar uma organização hierárquica dessas ideias.

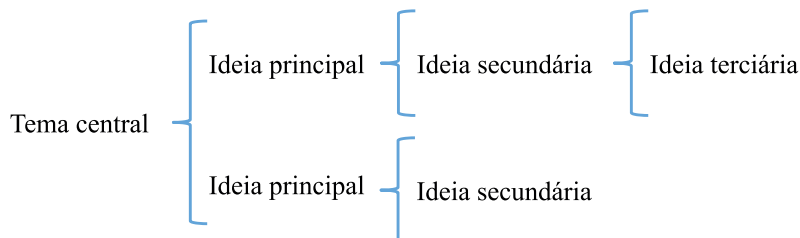
c) **Adequação ao assunto estudado e funcionalidade**: esta característica significa que quanto mais complexo o texto, mais complexo o esquema. Para assuntos com menos profundidade, o esquema consequentemente é mais simples, apresentando somente palavras-chave.

d) **Utilidade de seu emprego**: como instrumento de estudo, o esquema deve ser útil, isto é, deve facilitar seu retorno ao texto, para revisão, sobretudo quando próximo da avaliação, e para elaboração de trabalhos acadêmicos.

e) **Cunho pessoal**: você pode desenvolver seu modelo de esquema, conforme suas tendências, hábitos, cultura, recursos e experiência pessoal. Por isso, um mesmo texto estudado por duas pessoas pode apresentar esquemas diferentes.

1.2.1 Organização de um esquema

Para se organizar um esquema, deve-se definir as ideias principais e as secundárias que estão ligadas a cada uma delas. Em seguida, parte-se para a escolha de uma palavra, expressão ou frase que remeta a essas ideias. Aureliano[10] realça no seu texto que a estrutura de um esquema começa da esquerda para direita, seguindo uma sequência lógica das ideias, conforme se pode observar nos exemplos a seguir.

- **De chaves ou quadros abreviado:**

- **Esquema de subordinação:**

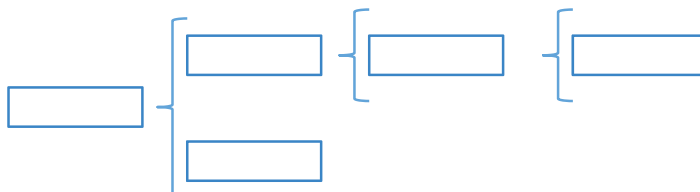
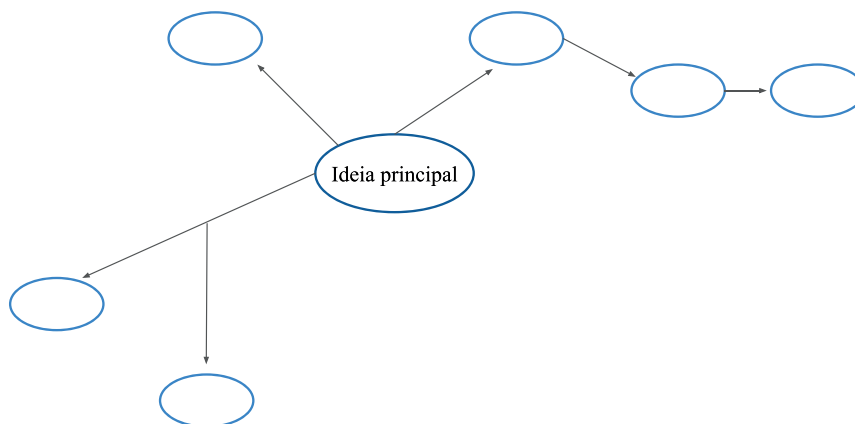
1. Mmmmmmmmmmm

    1.1 Mmmmmmmmm

        1.1.1 Mmmmmmmm

    1.2 Mmmmmmmmm

        1.2.1. Mmmmmmmm

- **Esquema de retângulo:**

- **Mapa de ideias:**

Fonte: Aureliano[10(p5-6)]

1.3 FICHAMENTO DE LEITURA

O fichamento é o armazenamento das informações relevantes para uma pesquisa ou trabalho acadêmico. Esse armazenamento poderá ser feito em fichas de leitura, arquivo ou anotação. Caracteriza-se pelo ato de registrar o material necessário à compreensão de um texto ou tema, objetivando oferecer ao leitor a informação completa e correta para conseguir recuperá-la facilmente, quando necessário.

1.3.1 Tipos de fichamento de leitura

a) **Ficha bibliográfica:** é a descrição dos elementos que identificam o documento: nome do(s) autor(es), título do livro ou artigo, nome da editora, local, numeração do volume (se for o caso), ano de publicação.

Medeiros MAT, et al. Estado nutricional e práticas alimentares de trabalhadores acidentados. Rev. nutr. 2007;20(6):589-602.

b) **Ficha de documentação ou temática:** é uma síntese das principais ideias contidas na obra. Essa ficha, elaborada pelo próprio leitor, deve ser estruturada desta maneira:

1) Assunto	VIOLÊNCIA FAMILIAR
2) Referência	Noguchi MS, Assis SG, Santos NC. Entre quatro paredes: atendimento fonoaudiológico a crianças e adolescentes vítimas de violência. Ciênc saúde coletiva. 2004 Dez.; 9(4):20-40.
3) Breve resumo compreensivo do texto como um todo.	A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990; artigo 13), o profissional da saúde passou a ter o dever de notificar ao Conselho Tutelar os casos de violência familiar contra a criança e o adolescente, suspeitos ou confirmados. Segundo o último manual do Ministério da Saúde sobre maus-tratos (Brasil, 2002), notificar significa iniciar um processo cujo objetivo principal é o de interromper a violência no âmbito da família. Buscou-se levantar o conhecimento e a experiência de fonoaudiólogos da cidade do Rio de Janeiro sobre o problema da violência familiar contra a criança e o adolescente. Foi efetuado

3) Breve resumo compreensivo do texto como um todo.	um *survey* via correio, com duplo envio de questionários, a uma amostra de profissionais registrados no Conselho Regional de Fonoaudiologia. Foram enviados 500 questionários sendo obtidas 224 respostas. Os resultados indicam que, dos 71% dos entrevistados que trabalham em consultório ou clínica particular, 25,8% já tiveram clientes infanto-juvenis que sofreram violência familiar. Apesar de somente 12,9% dos fonoaudiólogos trabalharem em centro/posto de saúde, quase a metade desses profissionais já atendeu vítimas de violência familiar (48,3%). Dos fonoaudiólogos que atenderam a pelo menos um caso de violência, 88,9% indicaram o Conselho Tutelar para encaminhamento dos casos, mas somente quatro fonoaudiólogos afirmaram ter efetuado a notificação. Os resultados sugerem que, além da falta de informação sobre o tema, a configuração do trabalho desse profissional, em que predomina a atuação em consultórios particulares, dificulta a realização da notificação, já que não contam com um apoio institucional no enfrentamento desse grave problema.
4) Citações bibliográficas (opcional)	"A notificação não deve ser vista como o cumprimento de uma obrigação que tem fim em si mesma. É necessário que o profissional da saúde acompanhe o trabalho do Conselho Tutelar construindo uma parceria que permita compartilhar a decisão tomada para o melhor encaminhamento dos casos atendidos". (p25)

4) Citações bibliográficas (opcional)	"Segundo dados da Assessoria de Prevenção de Acidentes e Violência/APAV da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ, 2004), no período de julho de 1999 a julho de 2002, foram realizadas 3.628 notificações, sendo que os profissionais que mais notificaram foram: médico (1.441), assistente social (1.415), enfermeiro (64), psicólogo (63), multiprofissional (570) e outros (75). No cadastro desse órgão, consta somente uma notificação realizada por fonoaudiólogo". [(p26)]

Considera-se que a organização dos estudos segue uma sistematização. É iniciada desde a definição do objetivo, passando pela revisão e análise da temática a ser estudada, procurando-se destacar as partes mais importantes dos textos. Finalmente, o esquema e o fichamento que se constituem nos elementos primordiais para uma boa redação do trabalho científico.

REFERÊNCIAS

1 Severino AJ. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez; 2000.

2 Freire P. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez; 2005.

3 Dyniewicz AM. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. São Caetano do Sul: Difusão Editora; 2007.

4 Libanio JB. Introdução à vida intelectual. São Paulo: Ed. Loyola; 2001.

5 Serafini MT. Como escrever textos. 7. ed. São Paulo: Globo; 1995.

6 Medeiros JB. Manual de redação e revisão. São Paulo: Atlas; 1995.

7 Galliano AG. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra; 1986.

8 Ruiz JA. Metodologia científica: guia para eficiência nos estados. 4. ed. São Paulo: Atlas; 1996.

9 Salomon DV. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fonte; 2004.

10 Aureliano R. Como elaborar esquemas [Internet]. 2010 [acesso em 12 Abr 2015]. Disponível em: http://www.aureliano.com.br/downloads/esquemas.doc.

RESUMOS

Evânia Leiros de Souza
Edinete do Nascimento Pereira
Renata Melo Maroto

Resumir é apresentar, de forma concisa, um documento. Em um resumo, ressaltam-se os pontos mais relevantes de um texto e, em seguida, explicita-se sua referência, segundo a norma NBR 6028/2003[1]. Quanto à forma, Lancaster[2(p100)] complementa “sinteticamente, as características de um bom resumo são brevidade, exatidão e clareza”, sem perder as características do texto original.

Elaborar um bom resumo é fundamental na vida acadêmica, pois possibilita ao estudante a recuperação rápida de informações ou ideias e conceitos com os quais terá de lidar ao longo do curso; proporciona, também, maior agilidade no processo seletivo em uma pesquisa e, em algumas circunstâncias, pode substituir a leitura do texto original. Essas funções fazem do resumo um gênero discursivo eficaz tanto para manter o pesquisador atualizado quanto para divulgar seus resultados de pesquisa. Lancaster[2] recomenda que a referência bibliográfica o preceda, com isso, o leitor já tem ideia do documento original.

O resumo pode ter várias formas de apresentação ou localização. Faz parte de diferentes tipos de documentos: monografias, dissertação, tese, artigo, catálogo de editora, revista especializada, boletim bibliográfico, entre outros. Por isso, antes de fazê-lo, quem o escreve deve saber a que tipo de publicação esse resumo se destina.

2.1 TIPOS DE RESUMO

A NBR 6028/2003[1] apresenta três tipos de resumos: o resumo indicativo, o resumo informativo e o resumo crítico.

2.1.1 Resumo indicativo

O resumo indicativo apresenta apenas os pontos principais de um texto, sem detalhar, por exemplo, os dados qualitativos ou quantitativos da pesquisa. De modo geral, esse tipo de resumo não dispensa a leitura do texto original.

Exemplo de resumo indicativo

A declarada importância da relação ética no desenvolvimento das experimentações em seres humanos tem sido observada nos mais diferentes padrões. O texto aborda a complexidade de procedimentos, as normativas, a análise de riscos e os benefícios e as inúmeras contribuições, dada a significativa reflexão pertinente e atual sobre o tema.

Palavras-chave: Pesquisa. Ética.

2.1.2 Resumo informativo

O resumo informativo inclui as ideias mais importantes do texto, deve ser dividido em partes lógicas como: **objetivo** (o que foi a pesquisa e para que foi realizada), **método** (tipo de estudo, descrição dos sujeitos, coleta e análise dos dados, ou seja, o procedimento metodológico), **resultados** (principais resultados da pesquisa) e **conclusão** (impactos ou resultado final do estudo). Esse tipo de resumo é mais utilizado nos trabalhos científicos publicados em revistas, periódicos e anais de congressos. É importante salientar que o resumo informativo é redigido pelo próprio autor.

Exemplo de resumo informativo (trabalho de pesquisa)

GRILO, Evellyn C. *et al*. Efeito da suplementação materna com vitamina A sobre a concentração de retinol no colostro. **J. Pediatr.**, v. 91, n. 1, p. 81-86, jan./fev. 2015. DOI: org/10.1016/j.jped.2014.05.004.

RESUMO

Investigar o efeito da suplementação com vitamina A sobre a concentração de retinol no leite colostro em condições de jejum e pós-prandial. Estudo quase-experimental, do tipo antes e depois, realizado com 33 parturientes atendidas em uma maternidade pública, das quais foram coletadas, em jejum, amostras de sangue e leite colostro, no pós-parto imediato. Uma segunda coleta de colostro ocorreu duas horas após a primeira refeição do dia, momento em que uma megadose de 200.000 UI de palmitato de retinila foi administrada. No dia seguinte, uma nova coleta de colostro foi realizada em condições de jejum e pós-prandial. As concentrações

de retinol no soro e no colostro foram determinadas por cromatografia líquida de alta eficiência. A concentração de retinol sérico foi de 37,3 (16,8-62,2) µg/dL, evidenciando um estado nutricional adequado. No colostro, a concentração de retinol antes da suplementação foi de 46,8 (29,7-158,9) µg/dL em jejum e 67,3 (31,1-148,7) µg/dL em condições pós-prandiais ($p < 0,05$), mostrando um aumento de 43,8%. Após a suplementação, os valores foram de 89,5 (32,9-264,2) µg/dL e 102,7 (37,3-378,3) µg/dL em jejum e pós-prandial, respectivamente ($p < 0,05$), representando um aumento de 14,7%. Este trabalho demonstrou que a suplementação materna com altas doses de vitamina A no pós-parto resultou em um aumento significativo da concentração de retinol no colostro em condições de jejum, sendo este valor ainda maior após a refeição.

Palavras-chave: Colostro. Jejum. Período pós-prandial. Suplementação alimentar. Vitamina A.

Exemplo de resumo informativo

MACEDO, Neusa Dias de. Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação **R. bras. bíbliotecon. e doc.**, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 9-37, jan./dez. 1990.

RESUMO

Entre causas e efeitos discutidos neste texto ditático-reflexivo, uma delas é entendida como falta de um parâmetro simples, de ordem conceitual, para direcionar profissionais no momento da estruturação de atividades-fim em bibliotecas brasileiras. Partindo-se de um conceito restrito, coloca-se como objeto principal a interação usuário/bibliotecário, sendo aquele assistido por profissional habilitado nas mais variadas situações. Advindo da dupla personalidade do SR, será discutido o conceito amplo: o SR representando o todo (linha 1), o SR como um recorte da unidade informacional, cumprindo atividades e produtos que irão otimizar o uso da informação (linhas 2 a 4). Essas 4 linhas, entrecortadas pela 5a. linha – de ordem organizacional-administrativa, formam a estrutura de um serviço de referência generalizado: 1) Processo de referência (= Referência propriamente dita); 2) Educação do usuário; 3) Alerta e disseminação da informação; 4) Comunicação visual/Divulgação/Promoção da biblioteca; 5) Administração/Supervisão /Avaliação do setor.

Como ponto final, enfoca-se a Biblioteca Pública como pequena mostra de que cada tipo de unidade informacional tem certas peculiaridades inerentes à diversidade de seus grupos de usuários e às suas necessidades informacionais. Entre essas peculiaridades, destacam-se: leitura prazerosa; estudo e pesquisa escolar e de outros níveis; ativação cultural; informação utilitária; preservação de memória do município ou estado.

Palavras-chave: Serviço de Referência. Princípios e reflexões críticas. Biblioteca Pública. Brasil.

2.1.3 Resumo crítico

O resumo crítico, também chamado de resenha, é redigido por especialistas que tornam pública uma análise crítica de uma obra científica, literária, jurídica e/ou de outro tipo de documento. Trata-se de uma redação técnica que avalia, de forma sintética, a importância de uma publicação. Esse tipo de resumo não tem limite pré-fixado de palavras. Isso remete à ideia de Lancaster[2(p90)] que assegura que o resumo crítico é "avaliador", é o espaço em que o "... resumidor exprime opinião sobre a qualidade do trabalho".

Para escrever um resumo crítico, é necessário certificar-se de ter feito uma boa leitura do texto, identificando:

- Qual o tema tratado pelo autor?
- Qual o problema que ele explicita?
- Qual a posição defendida pelo autor com relação a esse problema?
- Quais os argumentos centrais e complementares utilizados pelo autor para defender sua posição?
- A conclusão a que o autor chega é compatível com a argumentação desenvolvida na publicação?

Exemplo de resumo crítico

SOUZA, Salete Cecília de. Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 348-350, jan./jun., 2009. Resenha de: BERNHEIM, Carlos T.; CHAUI, Marilena S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência sobre ensino superior. Brasília: UNESCO, 2008.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi fundada em 16 de novembro de 1945. Em 1964 o Brasil estabelece seu primeiro laço e, em 1972 passa ter o primeiro escritório no Brasil. Ler, refletir e discutir as produções da UNESCO, uma organização voltada para a paz e o desenvolvimento humano por meio da Educação, das Ciências, da Cultura e da Comunicação, é um meritório. A Unesco, como toda a organização, conta com uma equipe de elite formada por profissionais renomados residentes em todos os continentes. A obra escolhida para ser apresentada ao leitor foi produzida por dois pesquisadores renomados: Carlos Tunnerman Bernheim, Niguaraguense, estudioso em Educação Superior; Membro do Conselho das Universidades das Nações Unidas (UNI); Membro do Comitê de Honra sobre Ensino Superior da América Latina/UNESCO. Marilena Souza Chauí, brasileira, Filósofa, doutora em Filosofia, com extenso currículo em pesquisa, produção acadêmica e debatedora sobre a liberdade, democracia e todas as áreas vinculadas à cidadania, entre elas, educação superior. A Obra é organizada em três capítulos: 1) A universidade e a sociedade do conhecimento. Aborda aspectos, melhor, situa o leitor sobre a evolução que "o conhecimento passou a ter" chegando ao patamar da competitividade, passando a ser considerado o pilar da riqueza e poder entre nações e organizações. A informação e o conhecimento entraram no campo do "capital", transformaram-se em capital, inclusive no campo das finanças. Fatores como diminuição do tempo aplicado na pesquisa para geração da informação influenciaram a mudança no trabalho intelectual e científico ao longo dos últimos anos, por mais estranho que aparente, no período que passamos a intitular o período presente de "sociedade do conhecimento". O texto é produzido com o cuidado de resgatar momentos históricos que criaram e solidificaram o organismo universidade a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão. Do tripé, a pesquisa é o campo em que os autores produzem reflexão e crítica mais contundentes, natural do processo que vivenciam, do olhar de pesquisadores natos! Para o leitor um presente: fundamentar-se sobre educação superior e conhecimento, ambos

pela vertente histórica, um dos melhores caminhos para se aprender e apreender. Passado o resgate, os autores iniciam uma costura teórica - crítica sobre a universidade e a sociedade. Um dos momentos importantes é a afirmação muito bem justificada de que a universidade não deva buscar mecanismos ou instrumentos para se relacionar com a sociedade, pois, segundo os autores, a universidade é uma instituição social, logo "espelha", representa e evolui como a mesma. Ainda nesse capítulo, há um recorte voltado para as implicações da globalização, combustível que movimentou esse cenário. Leitor aproveite a aula sobre Globalização, vai além do aspecto econômico. Chegamos ao Capítulo 2: As respostas da educação superior aos desafios contemporâneos. Como o título indica, a temática está ligada a Conferência Mundial sobre Educação Superior em 1998 e seus resultados. Quais são os principais desafios enfrentados hoje pela educação superior? Quais as respostas das universidades? Há uma lista de desafios: quantitativo; relevância ou pertinência de estudos, algo próximo à qualidade; o desafio de aplicar e entender com maestria o que chamam de "cultura informática", do uso da tecnologia como ferramenta, as suas inferências a educação a distância (EAD). A geração do conhecimento, o maior de todos os desafios, envolve a universidade de "corpo e alma". Cabe lembrar, que os autores passeiam, melhor, apresentam informações sobre o cenário na América Latina, o continente em que vivemos. O capítulo avança abordando os novos paradigmas para os processos de ensino-aprendizagem e a dimensão ética da educação superior e a pesquisa na sociedade contemporânea. Ética, ciência, produção científica, entre outros conceitos, estão presentes no texto. Somos contemporâneos? A leitura o ajudará a refletir. Chegamos ao final da obra: Capítulo 3: Cinco anos após a Conferência Mundial sobre Educação Superior. A metodologia aplicada no último capítulo para analisar o impacto desses anos inicia com a reprodução da síntese, da análise de F. K Seddoh, Diretor da Divisão de Educação Superior da Unesco. São 20 tópicos, certamente, com resultados e encaminhamentos não desconhecidos ao leitor. Após, há o registro das conclusões do estudo do pesquisador latino americano Francisco Lopes Segrera sobre a temática do capítulo. Ao final, os autores apontam com positividade as mudanças, aqui adjetivadas de "substanciais". Da modernização à sensibilização de comunidades acadêmicas, governos e demais áreas envolvidas. São 43 páginas que podem ser "baixadas" do site da UNESCO, excelente exemplo de facilidade ao acesso à informação, pelo menos para uma parcela da população. Leitura válida para todos que atuam com informação, educação, para todos que trabalham e torcem para que a dignidade humana seja direito de todos e não somente de alguns. Boa leitura.

2.2 REGRAS PARA A REDAÇÃO DE UM RESUMO

Para a composição do resumo orienta-se seguir algumas instruções para a construção de uma boa redação. Vejamos no próximo tópico.

2.2.1 Redação e estilo do resumo

O resumo é a condensação das principais partes do texto, recomenda-se destacar nos textos acadêmicos **o objetivo, o método, os resultados e as conclusões** do documento (grifo nosso). É importante garantir que o primeiro período seja significativo, explicando o tema principal.

A NBR 6028 orienta que o resumo seja precedido da referência do documento, com exceção do resumo inserido no próprio documento.

Como também o verbo deve-se usar na voz ativa e manter a pessoa do discurso do início ao fim do texto (primeira pessoa do plural ou terceira pessoa do singular).

Exemplos:

Voz ativa: o trabalho parte do pressuposto que...

Voz passiva: o trabalho foi realizado segundo o pressuposto que...

Primeira pessoa do plural: Fizemos o trabalho baseado no pressuposto que...

Terceira pessoa do singular: Este trabalho parte do pressuposto que...

É importante frisar que ao redigir um resumo devem-se sintetizar apenas os parágrafos significativos para a compreensão da ideia central do texto; utilizar uma sequência de frases concisas; evitar símbolos e contrações que não sejam de uso corrente, assim como fórmulas, equações, diagramas que não sejam imprescindíveis e colocar as palavras-chave no final do resumo, separadas entre si por ponto, dependendo das normas da monografia ou do periódico (ver capítulo 1).

2.2.2 Extensão dos resumos

Exceto para o resumo crítico, suas características não possuem limites de palavras, enquanto nos demais há delimitação para determinado tipo de documento:

a) de 150 a 500 palavras: para trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnico-científicos;

b) de 100 a 250 palavras: para artigos de periódicos;

c) de 50 a 100 palavras: para os destinados a indicações breves.

> ***Lembrete!***
>
> Devido à existência de vários estilos de resumo, é necessário ler cautelosamente as instruções aos autores de cada revista (ou outro tipo de publicação a que se destinar o resumo a ser produzido) e seguir as exigências nela explicitadas.
>
> Quando o resumo não integrar o texto original, deverá ser precedido da referência completa do documento que está sendo resumido.

2.3 RESUMO EXPANDIDO

Caldas, Vidal, Vasconcelos, Castro[3(p210)] definiram o resumo expandido como uma versão condensada de "... uma comunicação escrita que descreve, de forma breve, uma pesquisa realizada e que se destina, comumente, ao processo de seleção para sua apresentação em eventos científicos".

O resumo expandido não está classificado na norma da ABNT, embora esteja comumente sendo utilizado na área da Saúde em apresentações de trabalhos em eventos nacionais e internacionais.

Trata-se de um documento por meio do qual as ideias principais e a significância de uma pesquisa são entendidas em menos de uma hora de leitura. Esse tipo de resumo é exigido no *curriculum vitae* em determinadas comunicações de eventos acadêmicos e em trabalhos de conclusão de cursos

de pós-graduação (monografias, dissertações, teses). O resumo expandido deverá ocupar, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas, incluindo texto, tabelas e/ou figuras.

Estrutura do resumo expandido

Título do trabalho	Centralizado e em letras maiúsculas (negrito).
Autor	Nome do primeiro autor.
Outros autores	
Identificação dos autores	Nomes dos demais autores, separados por ponto e vírgula, com chamada numérica de identificação. Instituição onde trabalha ou estuda.
Resumo	Deve ter no máximo 250 palavras, com breves informações sobre a justificativa, os objetivos, os métodos, os resultados e as conclusões do trabalho.
Abstract	Tradução do resumo para o inglês.
Palavras-chave	No máximo três palavras.
Texto	**Introdução:** deverá apresentar o contexto geral do trabalho, contemplando uma pequena revisão sobre a temática na qual o trabalho está inserido. Apresentar, ao final da Introdução, os objetivos do trabalho.
	Material e Métodos: conforme a especificidade da área, o pesquisador deverá descrever o local, os materiais utilizados, as etapas, o tamanho de amostras, o universo abordado e o delineamento experimental. Na sequência, as etapas metodológicas devem ser descritas e deve-se esclarecer também como foi possível atingir os objetivos integralmente (ou não).

	Resultados e Discussão: apresentar os dados obtidos e o tratamento deles. Nessa etapa, são feitas a análise e a discussão dos resultados.
	Conclusões: indicar, de forma objetiva, as principais conclusões obtidas pelo trabalho.
Agradecimentos (opcional)	Agradecimentos aos órgãos financiadores (bolsas e recursos financeiros).
Referências **(opcional)**	Relacionar todas as referências mencionadas no trabalho.
Financiamento	Agência financiadora da pesquisa se for o caso.

Fonte: Adaptado de Caldas et al.[3]

Modelo do resumo expandido

FORMAÇÃO DE MONITORES AMBIENTAIS:
O CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

Paulo Bassani[1]

Luana Cristina da Silva[2]

[1] Professor, UEL/CECA, Depto. de Ciências Sociais, C. P. 6001, 86.051-990 Londrina, PR. bassani@uel.br

[2] Graduação, Bolsista da UEL, UEL/CCE/Curso de Geociências.

RESUMO: O presente trabalho aplicou uma metodologia para a formação de Monitores Ambientais junto aos municípios de Alvorada do Sul e Primeiro de Maio. O curso capacitará os inscritos com teorias e práticas no sentido de desenvolver processos de liderança, recuperação, preservação e fiscalização do meio ambiente.

Palavras-chave: Monitores ambientais. Educação ambiental. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: This work was applied a methodology for formation of Environmental Monitors close to the cities of Alvorada do Sul and Primeiro de Maio. The course will enable the registered with theories and practices to the developing leadership, recovery, preservation and inspection of the environment.

Key Words: environmental monitors, environmental education, sustainable development.

1 INTRODUÇÃO: A questão ambiental é hoje um desafio que se coloca a todos, professores, pesquisadores, estudantes, homens, mulheres, crianças e idosos, enfim, a todos os cidadãos que vivem e participam do destino de um mesmo planeta, o Planeta Terra. A vida de cada indivíduo é determinada por ações que refletem o local onde vive (BOFF, 2001).

Faz-se necessário construir um mundo sob as bases de um desenvolvimento sustentável segundo a Agenda 21. A orientação estabelece uma estratégia que valoriza os esforços da cidadania para melhorar sua qualidade de vida e os orienta ao desenvolvimento de uma nova cultura que reconhece os direitos ambientais e as reivindicações sociais com a necessidade de melhorar o bem-estar da população (BASSANI; CARVALHO, 2004).

2 OBJETIVOS: A formação de monitores ambientais segundo uma concepção teórica e prática prevista em cinco princípios básicos: a participação comunitária; a organização das ações; as parcerias com as entidades; a recuperação, preservação, proteção e fiscalização ambiental; e a gestão ambiental.

3 METODOLOGIA: O projeto tem o seu desenvolvimento nos municípios de Primeiro de Maio e Alvorada do Sul. O Ministério do Meio Ambiente recomenda que cada município tenha 1 (um) monitor ambiental a cada 1.000 (mil) habitantes. Portanto, a média de monitores ambientais para cada município do projeto deve ser de 15 candidatos. Os candidatos ao curso de capacitação foram indicados e escolhidos pelo poder público e pelos órgãos representativos da comunidade local a fim de que representem os vários segmentos da comunidade. Os candidatos devem apresentar algumas

características tais como viverem e atuarem na região, serem representantes institucionais, terem senso de liderança, compromisso de devolver à comunidade os conhecimentos adquiridos, serem maiores de 18 anos, alfabetizados e que estimulem a comunidade a desenvolver projetos e práticas sustentáveis. O curso teve duração de 100 (cem) horas divididas em oito módulos teóricos e práticos de 12 horas, realizados às sextas-feiras à noite e aos sábados durante o dia todo. Os módulos foram ministrados por docentes da UEL ou profissionais especializados nas duas cidades. Ao final dos módulos, os monitores que apresentaram mais de 80% de presença receberam certificados de monitores ambientais emitido pela UEL e pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).

4 RESULTADOS: No final de 2006, foram formados 28 monitores ambientais nos municípios de Primeiro de Maio e Alvorada do Sul. Os monitores deverão desenvolver ações planejadas que envolvam a capacitação, o uso, a ocupação, a recuperação e a preservação junto com a população local como corresponsável das ações ambientais desenvolvidas no município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O processo de educação ambiental foi possível com a conscientização, a educação com temas ambientais e a disseminação dos conhecimentos e hábitos ambientais pelos agentes multiplicadores, consequentemente as comunidades locais se desenvolveram segundo os pilares da sustentabilidade sem agredir o meio ambiente.

REFERÊNCIAS:

BOFF, L. **Saber cuidar:** ética do humano: compaixão pela Terra. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 220 p.

BASSANI, Paulo; CARVALHO, Maria Aparecida Vivian de. Pensando a sustentabilidade: um olhar sobre a Agenda 21. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 9, p. 69-76, jan./jun. 2004.

Fonte: Universidade..., 2004[4].

Em síntese e em conformidade com o que foi visto no decorrer deste capítulo, resumo é a apresentação sucinta das ideias principais de um texto mais extenso, mas apresentando as ideias fundamentais. Para tal, devem ser eliminados os aspectos secundários dele. Finalmente, o resumo facilita a recuperação mais rápida da informação do texto, visto que resumir é um exercício que combina a capacidade de síntese e a objetividade. Dessa maneira, é possível perceber que a tarefa de estudar fica mais simplificada se esta técnica for utilizada.

REFERÊNCIAS

1 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6028: resumos: procedimentos. Rio de Janeiro; 2003.

2 Lancaster FW. Indexação e resumos: teoria e prática. Tradução Antonio Agemor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos; 1993.

3 Caldas MAE, et al. Documentos acadêmicos: um padrão de qualidade. 2. ed. rev. amp. Recife: Ed. Universitária UFPE; 2010.

4 Universidade Estadual de Londrina. Modelo de resumo expandido: 2004 [Internet]. [acesso em 2 Jun 2015]. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/salaodeextensao/pages/arquivos/modelo%20de%20resumo%20expandido.pdf.

REDAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS SEGUNDO A ABNT

Clélia de Oliveira Lyra
Evânia Leiros de Souza
Nilma Dias Leão Costa

Durante as diversas fases na vida acadêmica, o universitário e o pesquisador necessitam apresentar, com frequência, a sua produção científica. Para tanto, são utilizados vários sistemas de comunicação. De fato, a evolução de qualquer ramo da ciência depende da postura do pesquisador, atualizando-se continuamente e contribuindo com sua própria produção científica. Assim, também poderá gerar informações para outras pesquisas.

Essa produção científica acadêmica decorre da atividade de pesquisa, que é utilizada como princípio educativo. Trata-se de um recurso para a produção de aprendizagens em sala de aula, desenvolvendo a compreensão de conceitos e métodos. Dessa produção podem resultar relatórios, monografias, ensaios, entre outros gêneros discursivos, cujo domínio qualifica o desempenho acadêmico do estudante. Esse processo de criação contribui para a formação de profissionais cujo perfil compreende as competências necessárias à busca de conhecimento.

Leal[1 (p13-14, grifo nosso)] evidencia competências importantes na atividade intelectual do universitário. Essa iniciação abrange a aquisição gradativa de um conjunto de competências, assim identificadas.

a) **Competências referentes ao trato da informação:**

- ler e compreender textos teóricos, a competência de maior importância e suas competências subsidiárias: identificar as fontes bibliográficas mais relevantes da área; buscar e adquirir a informação necessária para a realização de trabalhos; registrar a informação e as respectivas fontes bibliográficas, documentais ou outras (fazer resumos, fichamentos, referências);

b) **Competências cognitivas:**

- referentes ao raciocínio: identificar proposições, estabelecer relações, inferir, demonstrar (ou provar) por argumentação;
- ligadas à formação de conceitos: fazer distinções e conexões, explicar, definir;

- referentes à capacidade de interpretação: perceber implicações, extrair significados, interpretar criticamente, parafrasear;
- referentes às práticas de investigação: formular questões e hipóteses, observar, autocorrigir-se (ou reformular o anteriormente formulado);

c) **Competências necessárias à capacidade de elaboração própria:**

- analisar e apreciar criticamente textos teóricos;
- apresentar e discutir temas;
- redigir: progredir do exercício inicial sob a forma de resumo, até chegar à elaboração de texto próprio (resenhas, papers, artigos, projetos de pesquisa); subsidiariamente, dominar as praxes de citação e de referência, bem como de apresentação de trabalhos acadêmico-científicos.

É fundamental que os acadêmicos exercitem, desde os primeiros períodos, o uso de um instrumental teórico-metodológico que lhes possibilite o progressivo domínio das práticas do trabalho intelectual. Assim, eles se tornarão não apenas consumidores, mas também produtores de conhecimento.

É importante ressaltar que as publicações científicas devem ser apresentadas em conformidade com normas técnicas. Sugere-se, então, aplicar as normas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A NBR 14724/2011[2] determina os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos. Vale a pena destacar que o Requisito Vancouver só normaliza referências e citações.

3.1 PRODUÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO

Para elaborar, produzir e divulgar um trabalho científico é imprescindível haver um planejamento organizado e amadurecido intelectualmente. Nesse contexto, Neves, Leite[3(p25)] afirmam que "o exercício da ciência exige uma preparação que se dá no ambiente em que é produzido, em contato com diversos materiais da pesquisa, humana ou não. É o princípio pedagógico próprio da iniciação científica".

Na redação de um trabalho científico, deve-se preferencialmente ter um caráter impessoal. Além disso, procurar redigir com clareza, objetividade, concisão e precisão.

3.2 TIPOS DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Para serem divulgados os trabalhos de pesquisa científica, é importante que se adotem certos procedimentos para sistematizar os resultados de sua investigação. Assim, as monografias, os artigos científicos, os relatórios, entre outros, devem seguir as formalidades da metodologia científica. De acordo com a NBR 14724/2011[2], "para os efeitos deste documento, aplicam-se os seguintes termos e definições":

- **Monografia:** trabalho de conclusão de curso de graduação, trabalho de graduação interdisciplinar, trabalho de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento, documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados...[(p8)].

- **Dissertação:** documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato[(p6)].

- **Tese:** documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão[(p8)].

3.2.1 Estrutura e organização do trabalho acadêmico

A estrutura e a organização de um trabalho acadêmico devem, preferencialmente, seguir o preconizado pela ABNT. Porém os cursos de graduação e de pós-graduação podem padronizar os trabalhos conforme a escolha estabelecida

pelos colegiados de curso. Nesse sentido, deve-se procurar a coordenação do curso e o orientador para certificar-se dos padrões vigentes, antes mesmo de iniciar o estudo.

No Quadro 1, apresenta-se a seguinte disposição na estrutura do trabalho científico e inclui parte externa e parte interna.

Quadro 1 – Estrutura de um trabalho científico

Parte Externa	Capa (obrigatório) Lombada (opcional)	
Parte Interna	**Elementos Pré-textuais**	Folha de rosto (obrigatório) Errata (opcional) Folha de aprovação (obrigatório) Dedicatória(s) (opcional) Agradecimento(s) (opcional) Epígrafe (opcional) Resumo na língua vernácula (obrigatório) Resumo em língua estrangeira (obrigatório) Lista de ilustrações (opcional) Lista de tabelas (opcional) Lista de abreviaturas e siglas (opcional) Lista de símbolos (opcional) Sumário (obrigatório)

Parte Interna	**Elementos Textuais***	Introdução Desenvolvimento Conclusão
	Elementos Pós-textuais	Referências (obrigatório) Glossário (opcional) Apêndice(s) (opcional) Anexo(s) (opcional) Índice(s) (opcional)

Fonte: NBR 14724[2]

3.2.1.1 Parte externa

- **Capa:** deve conter as seguintes informações: nome da instituição, nome do autor, título do trabalho, subtítulo (se houver), local, ano da publicação.
- **Lombada:** elemento opcional, parte da capa na qual as informações devem ser impressas no lado externo do livro.

* A terminologia dos títulos dos elementos textuais fica a critério do autor.

Exemplo de capa trabalho científico

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

BIANCA NUNES GUEDES DO AMARAL ROCHA

AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO HUMANIZADA AO ABORTAMENTO EM MATERNIDADE-ESCOLA, EM NATAL, RIO GRANDE DO NORTE

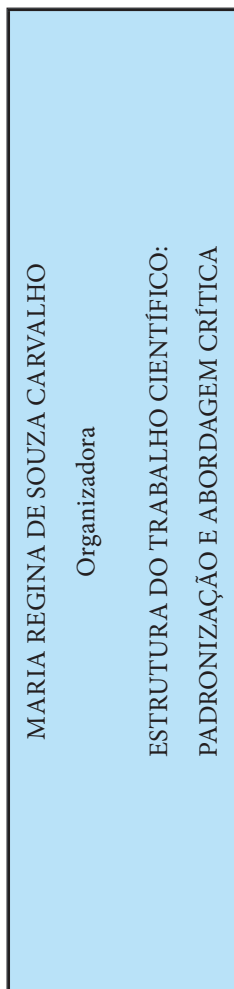
NATAL

2015

Exemplo de lombada horizontal

MARIA REGINA DE SOUZA CARVALHO

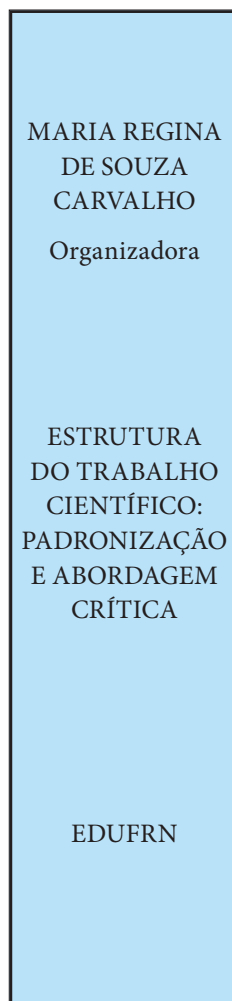
Organizadora

ESTRUTURA DO TRABALHO CIENTÍFICO:
PADRONIZAÇÃO E ABORDAGEM CRÍTICA

Exemplo de lombada descendente

MARIA REGINA
DE SOUZA
CARVALHO

Organizadora

ESTRUTURA
DO TRABALHO
CIENTÍFICO:
PADRONIZAÇÃO
E ABORDAGEM
CRÍTICA

EDUFRN

3.2.1.2 Elementos pré-textuais

- **Folha de rosto:** nesta parte, devem ser apresentados os elementos para identificação da obra: nome do autor, título do trabalho, nota explicitando de que trata o trabalho, nome do orientador e coorientador (se for o caso), local e ano da publicação.

Exemplo de folha de rosto

ARDIGLEUSA ALVES COÊLHO

O CONTROLE DA TUBERCULOSE NO CONTEXTO
DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito do título de doutor em Ciências da Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Severina Alice da Costa Uchôa

NATAL

2015

Em seguida, no verso, devem constar os créditos na ficha catalográfica, conforme o Código de Catalogação vigente, e deve ser elaborada por um bibliotecário.

(verso inferior)
ficha catalográfica

- **Errata:** trata-se de uma folha separada da publicação, na qual se listam os erros que ocorreram no texto e as devidas correções. Deve ser inserida após a folha de rosto.

Cianconi R. Gestão da informação na sociedade do conhecimento. Brasília: SENAI/DN; 2001.			
Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
34	10	doadora	receptora

- **Folha de aprovação:** nela, devem constar o nome do autor do trabalho acadêmico, o título do trabalho, uma nota explicitando os motivos da apresentação, a data da aprovação e os nomes dos membros da banca examinadora, com a devida titulação. Essa folha é obrigatória em se tratando de trabalhos acadêmicos.

Exemplo de folha de aprovação

Ewerton William Gomes Brito

AVANÇOS E DESAFIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À TUBERCULOSE NO RIO GRANDE DO NORTE

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito do título de Doutor em Ciências da Saúde.

Aprovada em ...../...../ .....

____

Prof. ....

____

Prof. ....

____

Prof. ....

- **Dedicatória:** elemento opcional, em que o autor presta homenagem ou dedica o seu trabalho a alguém.

> **Dedicatória**
>
> Dedico à minha família, por sua capacidade de acreditar em mim. Mãe, seu cuidado e sua dedicação me deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinho nessa caminhada.

- **Agradecimentos:** seção opcional, dirigida a pessoas e/ou instituições que, de alguma maneira, contribuíram para a elaboração do trabalho.

> **Agradecimentos**
>
> A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.
>
> À minha orientadora, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e seus incentivos.
>
> Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicionais.
>
> E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

- **Epígrafe:** elemento opcional, localizado após os agradecimentos, no qual o autor apresenta um pensamento que orientou a elaboração do trabalho.

> Só será um bom mestre quem
> souber ser um bom discípulo.
>
> *Dom Nivaldo Monte*

- **Resumo na língua vernácula:** parte obrigatória (ver orientações no capítulo 2, sobre "Resumo Informativo").

Santos JM. Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador. Rev bras bibliotecon. Doc. São Paulo. Jun-Dez 2015;11(2):173-189.

RESUMO

Ação cultural é um termo com muitos significados diferentes, que vão desde posse, domínio ou poder individual sobre determinados objetos, obras ou manufaturas, até conceitos e sentidos representativos de práticas sociais ou visões de mundo. A ação cultural pressupõe a noção de cultura como processo contínuo. Este estudo objetiva fazer a distinção conceitual entre animação e ação cultural, enfocando o bibliotecário como agente cultural e seu preparo para o desempenho da função, analisando alguns obstáculos inerentes a esse exercício, como a formação acadêmica e a falta de vivência cultural. Objetiva ainda apresentar considerações acerca da ação cultural enquanto trabalho dinâmico, seu alcance e resultados. Para o desenvolvimento do estudo, a metodologia utilizada foi uma pesquisa básica, com abordagem qualitativo-indutiva, objetivamente exploratória a partir de uma pesquisa bibliográfica. Conclui-se que, apesar dos desafios e deficiências acadêmicas, o bibliotecário tem plena capacidade de se tornar um agente transformador na sua atuação em bibliotecas públicas.

Palavras-chave: Ação cultural. Biblioteca pública. Bibliotecário.

- **Resumo em língua estrangeira:** também obrigatório, esse resumo deve ser escrito em inglês *(Abstract)* ou em outra língua estrangeira, dependendo das exigências do programa a que o autor está vinculado. Nesse elemento, também é necessário seguir a observação de descritores ou palavras-chave.

Santos JM. Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador. Rev bras bibliotecon. Doc. São Paulo. Jun-Dez 2015;11(2):173-189.

ABSTRACT

Cultural action is a term with many different meanings, ranging from possession, control or power over certain individual objects, works or manufacturing, to represent concepts and meanings of social practices and worldviews. Cultural action presupposes the notion of culture as an ongoing process. This study aims to make a conceptual distinction between animation and cultural action, focusing on the librarian as a cultural agent and his preparation for the performance of the function by analyzing some obstacles inherent in this exercise, as the academic training and the lack of cultural experience. It also aims to present considerations of cultural action while dynamic work scope and results. To develop the study methodology used was a basic research with exploratory objectively from a literature review qualitative, inductive approach. It was concluded that, despite the challenges and academic deficiencies, the librarian has full capacity to become a transforming agent in her performance in public libraries.

Keywords: Cultural action. Public library. Librarian.

- **Lista de ilustrações:** esta seção opcional é elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número da página. Quando necessário, recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração (desenhos, tabelas, gráficos, fotos, plantas, mapas quadros e demais figuras). Abaixo, a exemplificação da legenda ou do título da ilustração.

Exemplo de lista de tabelas

LISTA DE TABELAS

Exemplo de lista de ilustrações

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- **Lista de abreviaturas:** elemento opcional, incide na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso.

LISTA DE ABREVIATURAS	
AACR2	Anglo American Cataloguing Rules
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASM	American Society of Microbiology
BIREME	Biblioteca Regional de Medicina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISO	International Standardization Organization
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Panamericana da Saúde

- **Lista de Símbolos:** também opcional, essa lista deve ser elaborada de acordo com a ordem de símbolos apresentados no texto, com o respectivo significado.

LISTA DE SÍMBOLOS	
W	Walt
N	Newton
Hz	Hertz
Σ	Somatória
%	Porcentagem

- **Sumário:** elemento obrigatório que se destina à enumeração das principais divisões, subdivisões, seções do trabalho (NBR-6027/2012)[4]. Deve ser organizado na mesma ordem em que se encontra a estrutura do trabalho, com a indicação da página inicial, em algarismos arábicos, seguindo a numeração progressiva, os indicativos das divisões das seções e subseções, seguindo as orientações conforme a NBR-6024/2012[5(p7)], "... os títulos das seções devem ser destacados tipograficamente, de forma hierárquica, da primária à quinária. Podem ser utilizados os recursos gráficos de maiúscula, negrito, itálico ou sublinhado".

O Sumário não deve ser confundido com Índice. Índice é um elemento opcional, que contém a lista de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas no texto[4].

SUMÁRIO

3.2.1.3 Elementos textuais

a) **Introdução:** parte inicial do texto na qual devem constar a delimitação do assunto tratado, os motivos que levaram à realização do trabalho, as hipóteses, os objetivos e as delimitações da pesquisa, entre outros elementos necessários para situar o tema. Por ser o primeiro elemento textual, sugere-se que, a partir da introdução, o trabalho seja numerado de acordo com a NBR 6024[5].

b) **Desenvolvimento ou corpo do trabalho:** a revisão de literatura tem papel fundamental no trabalho acadêmico. Nela, o autor situa o trabalho dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte, contextualizando-o. Resultará do processo de levantamento e de análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Essa revisão permitirá a construção de um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa em que se quer investir.

A pesquisa bibliográfica é, como se vê, uma fase da revisão de literatura para diversos tipos de pesquisa. Caldas[6(p15)] ressaltou que a pesquisa bibliográfica representa a "coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou o problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes".

Quanto à maneira de expor as ideias, pode-se levar em consideração três fases, segundo Lakatos, Marconi[7(p46-7, grifo do autor)]:

> **Explicar** é apresentar o sentido de uma noção, analisar e compreender, procurando suprimir o ambíguo ou o obscuro;
>
> **Discutir** é o exame, a argumentação e a explicação da pesquisa: fundamenta e enuncia as proposições;
>
> **Demonstrar** é a dedução lógica do trabalho, implica o exercício do raciocínio. As proposições, para atingirem o objetivo formal do trabalho e não se afastarem do tema, devem obedecer a uma sequência lógica.

c) **Conclusão:** parte final do texto na qual são apresentadas as conclusões correspondentes aos objetivos ou às hipóteses e sugestões relativas ao estudo. É o espaço em que o autor apresenta o fechamento das ideias de seu estudo e os resultados da pesquisa a partir da análise dos resultados obtidos.

3.2.1.4 Elementos pós-textuais

Referências (bibliográficas, digitais e outras), glossário, apêndice, anexo(s) e índice constituem os elementos pós-textuais. Por serem complementares, essas seções não são numeradas. Vejamos:

a) **Referências:** elemento obrigatório no qual constam as informações de cada obra (livro, revista, artigo acadêmico, *site)* citada no corpo do trabalho acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 31-38, 1987.

ALVES, Kilma *et al.* Biblioteca pública: sua missão na sociedade informática. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: FEBAB, 2005. 1 CD-ROM.

COELHO NETO, José T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CUNHA, Vanda Angélica. **Profissional da informação na biblioteca pública contemporânea:** o bibliotecário e a demanda por educação continuada. 2002. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O poço da draga**: a favela e a biblioteca. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1998.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELO, Priscilla; VIEIRA, Ronaldo. **O bibliotecário como agente cultural**. São Paulo: AGBOOK, 2012.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

b) **Glossário:** seção opcional que apresenta uma lista em ordem alfabética de palavras e/ou expressões de uso restrito ou de duplo sentido utilizadas no texto.

c) **Apêndice:** texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho. Os apêndices são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista (Aluno)

1. Dados de identificação:

1.1. Nome (iniciais):
1.2. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
1.3. Faixa Etária:
1.4. Ano de ingresso no curso:

2. Questões:

2.1. Você vê diferença na sua participação em relação às aulas teóricas e práticas? Em caso afirmativo, a que fatores você atribui isso?

2.2. Que procedimentos (métodos, técnicas de ensino), em geral, o professor utiliza em sala de aula (teoria e prática)?

2.2.1. Esses procedimentos exigem a leitura prévia dos textos? Por quê?

2.3. Qual a importância que você atribui à leitura para a sua preparação profissional?

2.4. Você acha importante a leitura dos textos indicados antes da aula? Por quê?

2.5. Você costuma ler todos os textos indicados na disciplina, antes da aula (teóricas e práticas)? Por quê?

Roteiro retirado: TANAKA, Ellza Dieko Oshiro. Fatores que determinam a baixa frequência de leitura de textos em Psicologia. **Semina. Ci. Soc. Hum.**, Londrina, v. 16. n. 2., p. 36-43, out. 1995.

d) **Anexo:** seção opcional que reúne textos ou documentos não elaborados pelo autor (leis, pareceres, tabelas, quadros, fotografias), que servem de fundamentação, comprovação ou ilustração. Os anexos são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos, segundo a NBR 14724/2011[2].

ANEXO A – Portaria n. 1.654 de 19 de julho de 2011.

e) **Índice:** elemento que deve ser elaborado conforme a NBR 6034/2004[8], sendo definido como "relação de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas num texto". O índice deve ser impresso no final do documento, com paginação consecutiva.

ÍNDICE

3.3 REGRAS GERAIS

As regras gerais para a produção de um trabalho acadêmico são apresentadas a seguir.

3.3.1 Formato do texto

Os textos devem ser impressos em papel branco ou reciclado de formato A4 (21 cm x 29,7 cm). Os elementos pré-textuais devem iniciar no anverso da folha. Recomenda-se que os elementos textuais e pós-textuais sejam digitados no anverso e verso das folhas[2]:

- a norma NBR 14724[2] recomenda utilizar fonte 12 para digitação;
- nas citações longas, com mais de três linhas para os trabalhos normalizados pela ABNT, seguir a NBR 10520/2002[9]. As legendas das ilustrações, paginação, as tabelas e as notas de rodapé, devem ser digitadas em fonte menor e uniforme.

3.3.2 Margens

As margens do texto devem seguir as seguintes dimensões (NBR 14724)[2 (p10)]:

- Para anverso, esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; no verso, direita e superior de 3 cm e esquerda e inferior de 2 cm.

3.3.3 Espaçamento

O espaçamento é o espaço entrelinhas. A NBR 14724[2(p10)] recomenda espaço 1,5 entrelinhas para o documento, devendo ser observado:

> ... excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, natureza (tipo do trabalho, objetivo,

nome da instituição a que é submetido e área de concentração), que devem ser digitados ou datilografados em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.

3.3.4 Paginação

Para a numeração das páginas, devem ser seguidas as recomendações:

- as folhas pré-textuais do trabalho devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas;
- a numeração é figurada a partir da primeira folha do texto (Introdução), em algarismo arábico, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior.

3.3.5 Numeração progressiva

A fim de evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho, deve-se adotar a numeração progressiva baseada na NBR 6024[5(p5)], que consiste em um sistema de sequência lógica para as seções do texto, como menciona a norma:

> ...se aplica à redação de todos os tipos de documentos, independentemente do seu suporte, com exceção daqueles que possuem sistematização própria (dicionários, vocabulários etc.) ou que não necessitam de sistematização (obras literárias em geral).

a) são usados números arábicos (1, 2, 3, 4);

b) a norma sugere usar a numeração progressiva da seção primária até a seção quinária;

c) as seções ficam alinhadas à esquerda do título, separadas por um espaço simples;

d) não podem ser usados: ponto, hífen, travessão, parênteses ou qualquer sinal entre o indicativo da seção e seu título, exemplo visualizado abaixo;

e) os títulos das seções destacam-se tipograficamente de forma hierárquica, utilizando-se os recursos de **negrito**, *itálico* ou grifo, caixa alta ou versal. No sumário, eles devem aparecer da mesma maneira que se encontram no texto;

f) os elementos pós-textuais não são numerados (referências, glossário, apêndice, anexo, índice), devem ser centralizados com o mesmo destaque usado na numeração primária.

Seções	Numeração	Observações
SEÇÃO PRIMÁRIA	1	Letras maiúsculas em negrito com a fonte 12.
SEÇÃO SECUNDÁRIA	1.1	Letras maiúsculas, sem negrito.
Seção terciária	1.1.1	Primeira letra em maiúscula, com negrito.
Seção quaternária	1.1.1.1	Primeira letra em maiúscula, sem negrito.
Seção quinária	1.1.1.1.1	Primeira letra em maiúscula, em itálico.

3.3.6 Apresentação tabular e gráfica

As ilustrações e tabelas devem ser autoexplicativas, ou seja, a compreensão de seus itens deve prescindir, quando isolada, de consultas ao texto. Para tanto, é importante considerar, inicialmente, as especificidades existentes entre as tabelas e os quadros.

A principal diferença entre os dois é a formatação:

- a tabela é fechada apenas nas bordas superior e inferior por linhas horizontais. Não se fecham, pois, as laterais (direita e esquerda) da tabela;
- o quadro, por sua vez, é fechado em todas as bordas.

Geralmente, as tabelas apresentam informações numéricas (ou estatísticas); os quadros trazem esquemas ou resumos simplificados para melhor compreensão do texto. Seguindo essa regra, o texto ganha em organização e clareza. De fato, a forma de apresentação dos resultados deve conter as informações de modo resumido e seguro, oferecendo uma visão geral do comportamento do fenômeno, citam Pinheiro, Torres[10].

Nesta publicação, os autores optaram por apresentar apenas algumas regras básicas de apresentação de tabelas e gráficos.

O estilo da representação das tabelas e dos gráficos é flexível, mas deverá ser uniforme em toda a apresentação do TCC, do artigo científico, da dissertação ou da tese. Deverão obedecer a uma numeração sequencial e ser referenciadas no texto descritivo. No livro publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[11], todas essas regras básicas poderão ser encontradas e adotadas nos trabalhos de cunho científico.

É válido ressaltar que a representação da tabela exige um título, o qual se localiza na parte superior da tabela e deve explicitar a informação do estudo que ela contempla (o quê, como, quando e onde). Quando o título for muito extenso e ultrapassar o tamanho da linha, a continuação dele deverá iniciar abaixo da primeira letra do próprio título.

Vale ressaltar que, em publicações que possuam muitas tabelas ou quadros, deve-se numerá-los em ordem crescente, conforme a ordem de aparecimento no texto, mantendo-se a devida uniformidade quanto ao número de casas decimais. Além disso, quando uma tabela ocupar mais de uma página, não poderá ser delimitada na parte inferior, repetindo-se o cabeçalho na página seguinte. Para maiores informações sobre a apresentação de tabelas, consultar a “Norma para apresentação tabular” do IBGE[11].

São também essenciais em uma tabela os seguintes elementos: o cabeçalho (em que se descrevem os conteúdos das colunas) e a coluna indicadora ou principal (na qual se descreve o conteúdo das linhas), como é possível perceber no exemplo abaixo:

Tabela 1 – Distribuição das pacientes entrevistadas, segundo o tempo de antecedência para marcação da cesárea e tipo de serviço, Natal, 2000

TEMPO DE ANTECEDÊNCIA PARA MARCAÇÃO DA CESÁREA	TIPO DE SERVIÇO		TOTAL
	PÚBLICO	PRIVADO	
Horas antes do parto	2 (16,7%)	10(83,3%)	12 (100%)
Dias antes do parto	7 (22,6%)	24 (77,4%)	31 (100%)
Semanas antes do parto	1 (16,7%)	5 (83,3%)	6 (100%)
Meses antes do parto	1 (50,0%)	1 (50,0%)	2 (100%)
TOTAL	11 (21,6%)	40 (78,4%)	51 (100%)

Fonte: Estudo multicêntrico sobre saúde reprodutiva no Brasil[12].

Na parte inferior da tabela, precisamente fora dela, podem ser colocados alguns informes a respeito dessa tabela ou de algum resultado encontrado ou utilizado, quais sejam: fonte, nota ou chamada.

A fonte é referida quando o dado coletado for de origem secundária, isto é, extraída de outra publicação: banco de informação, prontuário ou qualquer outra via de acesso. A fonte deve ser apresentada fora da tabela e com letra inicial maiúscula.

A chamada se refere a uma informação geral da apresentação tabular, sendo notificada com um número arábico. Já a nota faz referência a uma determinada informação dentro da tabela, especificamente a algum critério para os cálculos estatísticos ou à ausência da informação. Sua notificação se dá pelo uso do asterisco ou de um número arábico abaixo da tabela (colocar o mesmo símbolo ao lado direito e acima do valor em destaque).

Tabela 2 – Modificações, no tempo, ocorridas em um bairro com implantação de um serviço de pré-natal, comparadas a outro bairro onde não houve implantação por meio de inquéritos populacionais, Natal-RN

Fatores da História Reprodutiva	**Felipe Camarão**				**Nova República**	
	1995 N = 306		**1997** N = 208		**1997** N = 142	
	No*	**%**	**No***	**%**	**No***	**%**
Gravidez atual	306	12,1	208	6,7	142	12,7
Idade da primeira gravidez (em anos)	298	100	207	100	141	100
<16	73	24,5	50	24,1	38	27,0
17 e 18	79	26,5	43	20,8	32	22,7
19 e 20	70	23,5	40	19,3	29	20,6
>20	76	25,5	74	35,8	42	29,7
Fez cesárea	299	20,7	208	27,4	142	23,2
Conhecimento sobre período fértil						
Correto	11	3,7	25	12,0	0	0,0
Incorreto	184	61,3	128	61,6	80	56,3
Não sabe	105	35	55	26,4	62	43,7
Procura orientação médica para contracepção	184	52,8	168	77,8	140	59,9
Uso regular de contraceptivo**	228	50,9	81	60,4	142	59,2
% de gestações com 3 ou + consultas de pré-natal	116	37,9	96	46,2	48	33,8
Não sabe causa da diarréia	83	27,1	3	1,4	41	28,9
Nenhum filho com diarréia por mais de três dias no último ano	204	66,7	173	83,2	101	71,1
Peso ao nascer inferior a 2500g	48	16,8	24	11,8	24	16,9
Amamentação atual nos <1 ano*	59	33,3	63	31,2	41	28,9

Tempo que pretende amamentar						
<3 meses	8	44,4	3	15,0	5	71,4
3 a 6 meses	2	11,2	6	18,0	2	28,6
+ de 6 meses	8	44,4	11	55,0	0	0,0

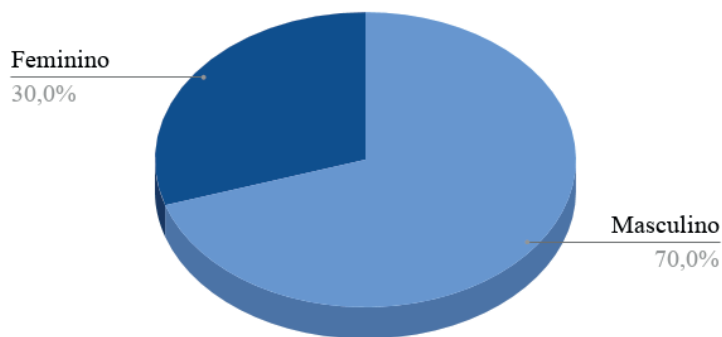
Fonte: autoria própria

*Os tamanhos de amostras diferem devido a diferentes taxas de não resposta e diferentes populações em risco.

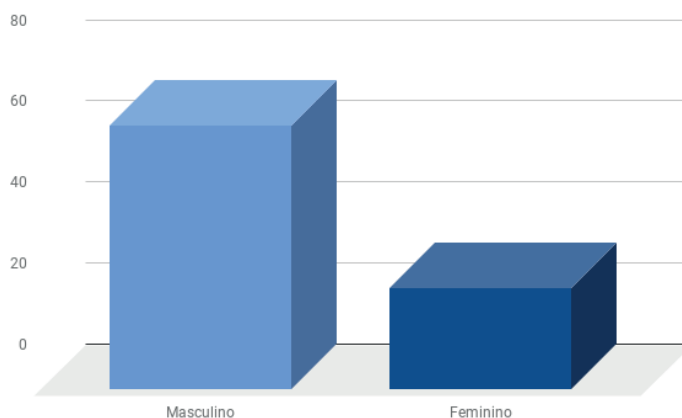
**O denominador exclui, nesse caso, as mulheres grávidas, histerectomizadas e as que possuem trompas ligadas.

Quanto à representação dos resultados em gráficos ou figuras, a única recomendação é que, tanto na figura quanto no gráfico, a descrição seja colocada abaixo da representação, conforme NBR 14724[2]. Vejamos a seguir alguns modelos de construção de gráficos.

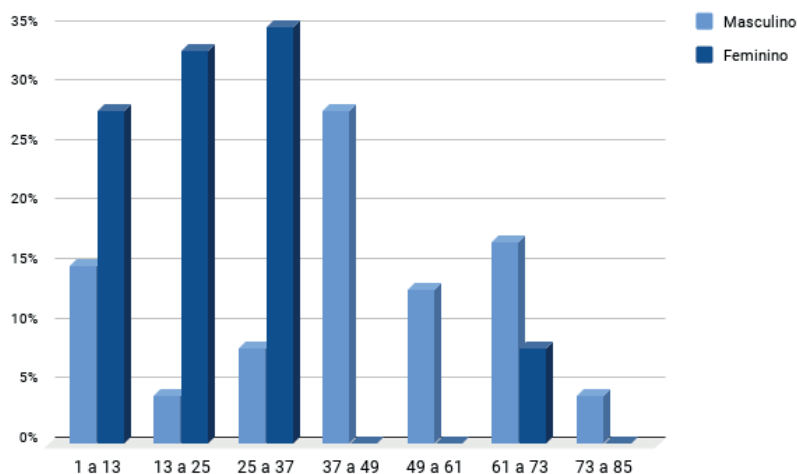
- **Gráfico de Setor, Torta ou Pizza:** utilizado para representar uma variável de origem qualitativa (nominal ou ordinal).

Gráfico 1 – Casos de Tuberculose Pulmonar, segundo o gênero, município X, 2015

Fonte: elaborado pelos autores

- **Gráfico de Colunas:** utilizado para representar uma variável de origem qualitativa (nominal ou ordinal).

Gráfico 2 – Casos de Tuberculose Pulmonar, segundo o gênero, município X, 2015

Fonte: elaborado pelos autores

- **Gráfico de Colunas Justapostas:** utilizado para representar o cruzamento de duas ou mais variáveis (racional e nominal).

Gráfico 3 – Casos de Tuberculose Pulmonar, segundo a faixa etária e o gênero, município X, 2015

Fonte: elaborado pelos autores

Para concluir, o que se pode chamar atenção para o objetivo dessa apresentação gráfica ou de uma figura é fazer com que haja uma maior rapidez, clareza e visualização dos resultados para facilitar no entendimento e na análise. Lembrando que, na confecção gráfica, deve-se observar sempre a origem da variável a ser representada.

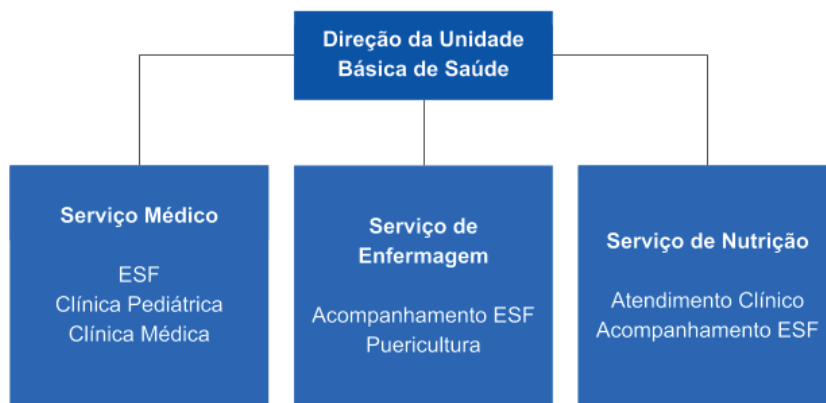
Em síntese, é válido ressaltar que tanto as tabelas e os gráficos quanto as ilustrações (desenho, fluxograma, fotografia, mapa, organograma, planta e outros) devem ser inseridos o mais próximo possível do texto a que se referem. Todavia, no caso das ilustrações, não há diferença: a **identificação** aparece na **parte superior**, precedida da palavra designada (figura, gráfico e outros) seguida do número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e acompanhado do título. Após a ilustração, na parte inferior, indicar a fonte consultada é obrigatório mesmo que seja elaborada pelo próprio autor, conforme a NBR 14724 (2011)[2].

Figura 1 – Organograma hierárquico da Unidade Básica de Saúde, município X, 2015

Direção da Unidade Básica de Saúde

Serviço Médico
ESF
Clínica Pediátrica
Clínica Médica

Serviço de Enfermagem
Acompanhamento ESF
Puericultura

Serviço de Nutrição
Atendimento Clínico
Acompanhamento ESF

Fonte: elaboração pelos autores

Este capítulo foi baseado nas normas de documentação da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que é a agência reguladora e normalizadora de publicações técnicas no Brasil. A padronização por meio de normalização é fundamental, pois permite uma relação próxima do autor com o leitor, favorecendo uma maior compreensão do trabalho, como também facilita uma recuperação da informação mais rápida e precisa.

Para se criar um gráfico, é preciso primeiro conhecer o tipo de informação que se deseja transmitir, pois esse componente se destina a informar visualmente os valores em relação a um determinado espaço de tempo, à comparação de duas ou mais situações, entre muitas outras funções.

Neste capítulo, foram mostradas características importantes para a redação de textos acadêmicos. Esses elementos podem orientar a produção de qualidade de pessoas que investem na carreira acadêmica. Essa é a maior contribuição das ideias aqui sistematizadas.

REFERÊNCIAS

1 Leal EJM, Feuerschutte SG. Elaboração de trabalhos acadêmico-científicos [Internet]. Itajaí-SC: Universidade do Vale do Itajaí; 2011. (Caderno de ensino). [acesso em 17 Mar 2015]. Disponível em: https://www.univali.br/vida-no-campus/biblioteca-backup/elaboracao-de--trabalhos-academico-cientificos/Paginas/default.aspx.

2 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro; 2011.

3 Neves RM, Leite SB. Iniciação científica: vocação de genialidade ou prática cultural? In: Calazans MJC, et al., organizadores. Iniciação científica: construindo o pensamento crítico. 2. ed. São Paulo: Cortez; 2002.

4 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6027: sumário: apresentação. Rio de Janeiro; 2012.

5 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro; 2012.

6 Caldas MAE. Estudos de revisão da literatura: fundamentação e estratégia metodológica. São Paulo: Hucitec, Instituto Nacional do Livro; 1986. 69 p.

7 Lakatos EM, Marconi M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2003.

8 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6034: índice: apresentação. Rio de Janeiro; 2004.

9 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro; 2002.

10 Pinheiro RS, Torres TZG. Análise Exploratória de Dados. In: Medronho RA, Carvalho DM, Block KV, Luiz RR, Werneck GL. Epidemiologia. São Paulo: Editora Atheneu; 2002. p. 227-44.

11 IBGE. Normas de apresentação tabular. 3. ed. Rio de Janeiro; 1993.

12 Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Estatística. Grupo de Estudos Demográficos. Banco de Dados do Estudo Multicêntrico sobre Saúde Reprodutiva do Brasil: Dados do Rio Grande do Norte. Natal; 2000.

PADRONIZANDO AS CITAÇÕES SEGUNDO A ABNT | NBR 10520/2002[1*]

Evânia Leiros de Souza
Edinete do Nascimento Pereira

* Os exemplos citados neste capítulo seguem as orientações da ABNT.

A NBR-10520/2002[1(p1)] define a citação como "menção de uma informação extraída de outra fonte", como sendo a alusão de um trecho retirado de outra fonte. Considerado como elemento de apoio ao texto, a citação tem o objetivo de elucidar o assunto, de ilustrar e de sustentar a discussão que se propõe fazer. A prática de fazer citações em textos acadêmicos é frequente, uma vez que os estudiosos baseiam-se em trabalhos de outros autores para fazer considerações acerca delas ou reafirmar teorias.

Recomenda Castro[2] que as citações têm a função de reconhecer essas contribuições, dar credibilidade ao trabalho científico e fornecer informações a respeito dos trabalhos desenvolvidos na área de pesquisa.

Mello[3(p1)] faz algumas considerações quando afirma que existem dois momentos para fazer citações dentro trabalho científico: "1. dar crédito às ideias e descobertas alheias usadas no seu trabalho; 2. permitir ao leitor consultar essas informações na fonte original, evitando assim a propagação de erros.".

Quanto à localização das citações elas podem aparecer tanto no texto quanto em nota de rodapé.

Quanto à forma de citar, o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es) ou o nome da instituição, grafados em letra maiúscula e minúscula quando fizerem parte do texto responsável, devem acompanhar a mesma entrada dos demais autores que aparecem nas referências.

4.1 TIPOS DE CITAÇÃO

As citações servem para dar sustentação à ideia que o estudante quer apresentar no seu trabalho.

4.1.1 Citação direta (textual)

É a transcrição literal de parte da obra do autor consultado, podendo ser na sua extensão citação curta ou longa.

a) **Citação curta**

Até três linhas: deverão vir inseridas dentro do próprio texto e reproduzidas entre aspas duplas, indicando o ano e a página da fonte consultada. Usa-se o ponto antes das aspas, seguindo assim a regra gramatical.

- Quando o sobrenome do autor vier entre parênteses, as letras devem ser maiúsculas.

No texto

> Fica evidente que: "as teses e dissertações são produtos de pesquisas científicas e, quando a bibliometria tem como objeto análises de campos científicos, costuma ser denominada de cienciometria ou cientometria" (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011, p. 52).

Na lista de referência

> ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 51-70, 2011.

- Quando o nome do autor fizer parte da redação, vem fora de parênteses, o sobrenome vem com a primeira letra maiúscula e as demais minúsculas.

No texto

> É no desenvolvimento do cotidiano que Sallesa e Matsukurab (2013, p. 261) enfatizam o desenvolvimento dos bons hábitos dos sujeitos na vida cotidiana, "a terapia ocupacional se interessa pelas atividades realizadas pelos sujeitos, e essas atividades são desempenhadas no dia a dia, na vida cotidiana".

Na lista de referência

SALLESA, Mariana Moraes; MATSUKURAB, Thelma Simões. Estudo de revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano no campo da terapia ocupacional no Brasil. **Cad. Ter. Ocup**, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 265-273, 2013.

b) **Citação longa**

Com mais de três linhas, deve constituir um parágrafo independente. Nesse parágrafo, o texto deve estar recuado na margem esquerda (4 cm), a fonte de tamanho 11 (onze) deve ser menor do que a adotada no texto, o espaço é simples e não se devem usar aspas.

No texto

A decodificação da palavra leva a um processo crítico da leitura,

> A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado – e até gostosamente – a "reler" momentos fundamentais de minha prática (FREIRE, 1989, p. 9).

4.1.2 Citação indireta

A citação indireta é a reprodução livre de ideias de um autor sem que haja transcrição literal. Trata-se de uma construção de paráfrase do texto de um autor; logo, deve-se manter fiel ao original. Nas citações indiretas, não é necessária a indicação da página nem o uso das aspas.

- Quando o autor não faz parte da redação do texto:

> O valor da informação está relacionado com o poder de ajuda aos tomadores de decisões a atingirem os objetivos da empresa (VIEIRA, 1998).

- Quando o autor faz parte do texto:

> Vieira (1998) lembra que o valor da informação está relacionado com o poder de ajuda aos tomadores de decisões a atingirem os objetivos da empresa.

4.1.3 Citação de citação

Citação de citação[1(p1)] trata-se de uma "citação direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original.".

Nesse caso, deve-se usar o sobrenome do autor não consultado diretamente, seguido pelo ano da publicação e pela expressão latina apud ou por sua tradução em português "citado por".

No texto

> Wertzner (2004 *apud* LEITE *et al.*, 2008, p. 31) esclarece que "A fala é um meio de comunicação característico do ser humano, que abre possibilidades de experiências educacionais e sociais, contribuindo para o bem-estar e a saúde do homem".
>
> ou
>
> "A fala é um meio de comunicação característico do ser humano, que abre possibilidades de experiências educacionais e sociais, contribuindo para o bem-estar e a saúde do homem" (WERTZNER, 2004 *apud* LEITE *et al.*, 2008, p. 31).

Na lista de referência

LEITE, Antonelle Ferreira *et al*. Caracterização do ceceio em pacientes de um centro clínico de fonoaudiologia. **Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 30-36, mar. 2008.

4.2 APRESENTAÇÃO DAS CITAÇÕES NO TEXTO

Quando houver palavras ou frases com aspas no texto original, na transcrição da citação direta, deverão ser substituídas por aspas simples.

No texto original

"Para resumir a literatura, é preciso relatar não apenas os trabalhos que mostram ao leitor o "estado da arte" no momento, mas também os trabalhos de importância histórica, que lembrem ao leitor os primórdios do assunto tratado" (VIEIRA; HOSSNE, 2001, p. 135).

No texto

Vieira e Hossne (2001, p. 135) afirmam: "Para resumir a literatura, é preciso relatar não apenas os trabalhos que mostram ao leitor o 'estado da arte' no momento, mas também os trabalhos de importância histórica, que lembrem ao leitor os primórdios do assunto tratado".

Na lista de referência

VIEIRA, Sonia; HOSSNE, William Saad. **Revisão bibliográfica e meta-análise.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. p. 135.

Para indicar supressão, interpolação, acréscimo ou comentário nas citações diretas, deve-se proceder da seguinte maneira:

a) **Supressões [...]**

Supressões: interrupção de palavra(s) dentro da frase e podem aparecer no início, meio ou fim da citação, sendo representadas por este símbolo [...], ou seja, o uso de reticência entre os colchetes.

- Supressão no início do parágrafo:

Preste (1996, p. 112) enfatiza que "[...] a aprendizagem é um processo que a educação promove de forma sistemática, para garantir a constituição do sujeito e as formas de transmissão da cultura".

PRESTE, N. H. **Educação e racionalidade**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1996.

- Supressão no meio do parágrafo:

No texto

Minayo (2009, p. 11) diz que "O campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições. E para nomear apenas uma das controvérsias que aqui nos interessa, [...] a cientificidade das ciências sociais, em comparação com as ciências da natureza".

Na lista de referência

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009. Cap.1.

- Supressão no final do parágrafo:

No texto

"A pesquisa experimental se caracteriza por manipular diretamente as variáveis relacionadas com o objeto de estudo. Neste tipo de pesquisa, a manipulação das variáveis proporciona o estudo da relação entre as causas e efeitos de um determinado fenômeno [...]". (CERVO; BERVIAN, 2004, p. 68).

Na lista de referência

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

- Supressão de parágrafo inteiro como, por exemplo, em uma poesia:

No texto

RETRATO

Me lembrava da menina
escavacando o chão agreste,
me lembrava do menino
carregando melancias.

Em que terras desembocam
esses talos de crianças
mais finos que as maravilhas,
mais fortes que a ventania?
[...]

A sombra dos dois irmãos
repartiu-se entre os veleiros:
seu tronco desarvorado
virou estrelas no mar.

Na lista de referência

ZILA, Mamede. Retrato. *In:* Zila, Mamede. **O arado**. Natal: EDUFRN, 2005. p. 21.

b) **Interpolações, acréscimos ou comentários [ ]**

Quando há necessidade de uma palavra ou uma explicação dentro da citação nesses casos, a informação deve aparecer entre colchetes: "[ ]".

No texto original

> Se o professor não assumir o risco de fabricar instrumentos e inventar situações, desde que tenha a preocupação constante de compreender para acompanhar um desenvolvimento, como o aluno pode realmente, em sua companhia, assumir o risco de aprender?

No texto

> Hadji (2001, p. 24) traduz a importância dos atores nesse processo: "Se o professor não assumir o risco de fabricar instrumentos e inventar situações, desde que tenha a preocupação constante de compreender para acompanhar um desenvolvimento como o aluno [no ensino-aprendizagem] pode realmente, em sua companhia, assumir o risco de aprender?".

Na lista de referência

> HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

c) **Ênfase ou destaque: grifo ou negrito ou itálico.**

Para **destacar, indicar frase** importante ou ressaltar palavra/expressão em citação direta, é importante usar grifo, negrito ou itálico. Logo após a citação, informa-se a ênfase ou o destaque dado com a expressão entre parênteses: (grifo do autor) ou (grifo nosso).

No texto

> Para Capra (1982, p. 41, grifo nosso), "o sistema de assistência médica moderno está baseado no atendimento hospitalar e no uso de drogas, <u>sendo incapaz de melhorar ou manter a saúde pública</u>".

Na lista de referência

CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982.

No texto

Lancaster (1993, p. 6, grifo do autor) aponta "[...] um aspecto importante na recuperação das informações é a extensão dos conteúdos a serem indexados".

Na lista de referência

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Tradução: Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

Para destacar uma ideia dentro de uma citação direta, usa-se o ponto de exclamação [!] em qualquer parte da citação.

No texto

Campello (2010, p. 7) faz uma reflexão quando destaca que "A biblioteca escolar, mais do que um estoque de conhecimentos, pode constituir-se em um espaço adequado para desenvolver nos alunos o melhor entendimento do complexo ambiente informacional da sociedade contemporânea [!]".

Na lista de referência

CAMPELLO, Bernadete Santos (coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Incorreção no texto original: quando uma citação literal for citada no texto, e algo deva ser corrigido, coloca-se a expressão *sic* (assim mesmo), logo após a sua ocorrência na própria citação.

No texto

A problemática ambiental tem implicações a nível [*sic*] local e global.

4.3 SISTEMAS DE CHAMADA NO TEXTO

As citações devem ser indicadas no texto utilizando os sistemas de chamada autor-data ou numérico.

Ao se optar por um sistema de chamada, deve-se adotá-lo até o final do texto. Isso oferecerá uniformidade às citações, além do estabelecimento de uma correlação adequada com as referências.

As citações devem ser indicadas no texto de duas formas. Vejamos:

4.3.1 Sistema numérico

No sistema numérico, utilizam-se números arábicos, e as citações devem ser numeradas e consecutivas para todo o trabalho. É importante que se evite recomeçar a numeração das citações a cada página. As referências vêm organizadas por ordem de citação do texto.

Galliano[2] afirma que... ou Galliano(2) afirma que...

4.3.2 Sistema autor-data

No sistema autor/data, a indicação da fonte é feita pelo sobrenome do autor ou pela instituição ou ainda pelo título (na sequência, serão explicadas as diferenças entre uma forma de indicação e outra, haja vista não se tratar de opção de quem escreve o trabalho acadêmico), seguida da data da publicação entre parênteses. Em qualquer desses casos, as referências vêm em ordem alfabética.

Ander-Egg (1987, p. 128) considera que "a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico em qualquer campo do conhecimento".

4.4 INCLUSÃO DAS CITAÇÕES NO TEXTO

As citações enriquecem o texto. Ao elaborar um trabalho científico, o autor deve ficar atento à fidelidade das ideias originais dos autores referenciados, interpretando com o seu pensamento.

Com isso, é fundamental mostrar a relação do contexto e o discurso do autor citado. É essencial, também, destacar a importância dos verbos de elocução, os quais anunciam o discurso, ou seja, introduzem uma citação direta ou indireta.

Por esse motivo, deve-se optar por um verbo que relacione, de maneira coerente, as ideias de quem escreve com as de quem é citado.

Exemplos dos verbos de elocução

Abordar	Comunicar	Diagnosticar	Garantir	Projetar
Acompanhar	Concluir	Diferenciar	Interagir	Propor
Aconselhar	Concordar	Discutir	Investigar	Questionar
Afirmar	Conduzir	Delinear	Identificar	Reafirmar
Alegar	Confirmar	Elucidar	Indicar	Registrar
Analisar	Considerar	Encontrar	Lembrar	Relatar
Antecipar	Contribuir	Enfatizar	Manipular	Reportar
Aplicar	Criar	Esclarecer	Manter	Responder
Apontar	Debater	Escolher	Mencionar	Ressaltar
Apresentar	Declarar	Especificar	Modificar	Selecionar
Argumentar	Deduzir	Esquematizar	Observar	Sintetizar
Arrolar	Defender	Estabelecer	Operar	Traduzir
Avaliar	Definir	Estimar	Ordenar	Sugerir
Citar	Delinear	Estruturar	Organizar	
Colocar	Demonstrar	Explicar	Participar	
Comparar	Determinar	Expressar	Planejar	
Compilar	Descrever	Frisar	Ponderar	

Fonte: Adaptado dos documentos de Caldas[4] e Ribeiro[5]

4.5 OUTRAS RECOMENDAÇÕES

As citações são mencionadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou pelo título, devem ser em letra minúscula quando fizer parte da redação e letras maiúsculas quando vierem dentro do parêntese.

a) **Citações em língua estrangeira**

Se o texto estiver em outra língua e for traduzido por você, indicar "tradução nossa" dentro do parêntese. Recomenda-se colocar o trecho na língua original em nota de rodapé.

No texto

"Os resultados permitem a reflexão e redirecionamento das ações para a saúde dos trabalhadores, uma vez que o processo de adoecer é potencializado pela exposição às cargas psíquicas. Estes indicadores, quando monitorados, podem contribuir para a transformação do perfil de morbidade desses trabalhadores." (SANTANA *et al.*, 2016, p. 23, tradução nossa). [1]

Na lista da referência

SANTANA, Leni de Lima *et al*. Indicadores de saúde dos trabalhadores da área hospitalar. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 69, n. 1, p. 30-39, fev. 2016.

Na nota de rodapé

[1]The results allow the reflection and redirection of actions for workers' health, as the processes of becoming ill are compounded by exposure to psychic burdens. These indicators, when monitored, can contribute to the transformation of the profile of morbidity of these workers.

b) **Citação de documento de órgão governamental**

No texto

"A Universidade, atendendo às prerrogativas do Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior – SESu, executa as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão; desenvolve de forma plural um processo formativo nos diferentes campos do saber[...]" (UNIVERSIDADE..., 2013, p. 19).

Na lista de referência

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Prestação de contas ordinária anual relatório de gestão do exercício de 2012**. Natal, 2013.

c) **Quando o documento se iniciar pelo nome geográfico, como país, estado ou município, a citação deve-se começar pelo nome geográfico.**

No texto

"Considerando a necessidade de redução de despesas com pessoal, para a adequação do Estado ao limite de gastos imposto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, apesar de o Rio Grande do Norte ser o Estado brasileiro com menor número de cargos comissionados." (RIO..., 2016, p. 1).

Na lista de referência

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 26.197**, de 04 de julho de 2016. Dispõe sobre a redução de despesas de custeio no Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Disponível em: http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20160705&id_doc=541772. Acesso em: 14 ago. 2016.

No texto

"Muitas são as dimensões com as quais estamos comprometidos no trabalho em saúde: prevenir, cuidar, proteger, tratar, recuperar, promover, enfim, produzir saúde." (BRASIL, 2009, p. 7).

Na lista de referência

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

d) **Citação de documento sem autoria**

A entrada no texto é feita pela primeira palavra do título, seguida de reticências, e a data entre parêntese.

No texto

A seguridade social (ECONOMIA..., 1985, p. 22) [...] é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atividade científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões na aula. Trabalha também com os pais de família e com outros agentes da comunidade.

Na lista de referência

ECONOMIA política e seguridade social: uma contribuição à crítica (coletânea de textos). [*S. l.*]: ANFIP, 1999. 152.

e) **Citação de trabalhos não publicados**

No texto

"Diante desses resultados, pode-se considerar que os professores estão propensos ao uso irracional de medicamentos, seja ele devido à automedicação, à prescrição médica errônea, ao uso abusivo ou em doses insuficientes."[1].

Na lista de referência

1 GUERRA, Gerlane C. B. Perfil epidemiológico e fatores associados à utilização de medicamentos entre professores da rede pública de ensino na cidade de Natal, RN, Brasil. *In:* PIUVEZAM, Grasiela *et al.* (org.). **Pesquisa em saúde coletiva**. Natal: EDUFRN, 2016. (no prelo).

f) **Documento ainda em fase de elaboração deve ser mencionado no texto entre parênteses.**

No texto

Os poetas selecionados contribuíram para a consolidação da poesia no Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX (em fase de elaboração)[2].

Na nota de rodapé

[2] Poetas rio-grandenses, de autoria de Elvo Clemente, a ser editado pela EDIPUCRS, 2002.

g) **Citação de informação verbal, dados obtidos por informação oral (palestras, debates, comunicações em congresso), deve-se indicar entre parênteses a expressão informação verbal, mencionando-se os dados disponíveis somente em nota de rodapé.**

No texto

Fonseca (1992) em sua fala enfatiza "que a prática do bibliotecário é uma atividade dinâmica e educativa." (informação verbal)[1].

Na nota de rodapé

[1] Palestra proferida pelo prof. Edson Nery da Fonseca no auditório da Fundação José Augusto em 12 de abril de 1992.

h) **Quando houver coincidência de sobrenomes de autores e/ou de datas, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes. Caso persista a coincidência, acrescentam-se os prenomes.**

No texto

(CARDOSO, M., 2001)	(CARDOSO, Marcos, 2001)
(CARDOSO, O., 2001)	(CARDOSO, Oziel, 2001)

i) **No caso de citações de documentos de um mesmo autor publicados em um mesmo ano, deve-se acrescer letras minúsculas após a data.**

No texto

"A prática regular de exercício físico em mulheres com SOP tem demonstrado importância terapêutica relevante, uma vez que as evidências indicam resultados positivos dessa modalidade nos aspectos relacionados à composição corporal, parâmetros metabólicos, cardiovasculares e hormonais, além da função reprodutiva" (AZEVEDO *et al*., 2008a).

Na lista de referência

AZEVEDO, George Dantas de *et al*. Modificações do estilo de vida na síndrome dos ovários policísticos: papel do exercício físico e importância da abordagem multidisciplinar. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 30, p. 261-267, 2008a.

No texto

"Analisar a violência contra a mulher como forma de violência interpessoal nas relações conjugais implica concebê-la como instrumento de poder, decorrente das desigualdades de gênero, classe social, raça/etnia e geração (AZEVEDO *et al*., 2008b).

Na lista de referência

AZEVEDO, George Dantas de *et al*. Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, p. 1053-1059, 2008b).

j) **Vários documentos de um mesmo autor, publicados em datas diferentes e mencionados simultaneamente, deve-se explicitar as datas em ordem cronológica e separadas por uma vírgula.**

No texto

Santos (2000, 2006, 2008) afirma que uma teoria crítica pós-moderna se constrói com base no conhecimento emancipado, no conhecimento e na solidariedade.

Na lista de referência

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

k) **As citações indiretas de documentos de vários autores, mencionados simultaneamente, devem ser separadas por ponto e vírgula, em ordem alfabética.**

No texto

> Percebe-se que a maior concentração de pessoas com deficiência está nas zonas urbanas e que os mesmos processos que determinam a estrutura da sociedade geram as desigualdades sociais e produzem perfis epidemiológicos de saúde e doença (BRASIL, 2004; COTTA *et al.*, 2007; NERI *et al.*, 2003).

Na lista de referência

> BRASIL. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE. **Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens**. Niterói: CORDE, 2004.
>
> COTTA, Rosângela Minardi Mitre *et al*. Pobreza, injustiça, e desigualdade social: repensando a formação de profissionais de saúde. **Rev. Bras. Educ. Med.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 278-286, dez. 2007.
>
> NERI, Marcelo *et al*. **Retratos da deficiência no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV; IBRE; CPS, 2003.

4.6 NOTAS DE RODAPÉ

Notas de rodapé são as indicações, as notações ou os apontamentos ao texto que aparecem no pé das folhas em que são mencionadas. Servem para abordar pontos que não devem ser incluídos no texto. São usadas para esclarecimentos de citação de autoria ou de referências.

As notas de rodapé devem ter fonte menor que a do corpo do texto. Entre uma nota de rodapé e outra, não deve haver espaço; apenas uma numeração sequencial em algarismos arábicos (1, 2, 3...).

4.6.1 Notas de referências

As notas de referência indicam fontes consultadas ou remetem a outras partes do trabalho. A numeração delas é feita em algarismos arábicos, devendo ter uma única numeração consecutiva para todo o capítulo ou parte, isto é, não se inicia a numeração a cada página.

A primeira citação deve ter sua referência completa. As subsequentes citações da mesma obra podem ser referenciadas de modo abreviado, utilizando-se expressões latinas (ver Quadro 1), essas expressões devem ser utilizadas em notas. É importante ressaltar que a expressão *apud* pode ser usada tanto no texto quanto em notas de rodapé.

Quadro 1 – Indicação das expressões latinas

Expressão latina e significado	Exemplos na nota de rodapé
Apud: citado por. Essa expressão latina pode, também, ser usada no corpo do texto.	[1] Silva (2001 *apud* HERNANDEZ, 2004, p. 23).
Cf.: confira, confronte. Expressão usada para fazer referência a trabalhos de outros autores ou a notas do mesmo autor.	[2] Cf. FARIA, José Eduardo (org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça.**São Paulo: Malheiros, 1994. 134 p.
Et al.: e outros. Usado para indicar a obra com mais de três autores.	[3] ANDRADE *et al.*, 2012, p. 22.
Ibidem ou Ibid.: mesma obra. Expressões usadas quando se fizerem várias citações de um mesmo documento, variando apenas a paginação.	[4] REIMÃO, 2002, p. 12 [5] *Ibid.*, p. 20. [6] *Ibid.*, p. 29.
Idem ou Id.: do mesmo autor. Palavra latina usada em substituição ao nome do autor, a fim de citar a mesma obra, mas com páginas diferentes.	[7] QUEIROZ, C. **Medicina preventiva.** São Paulo: Atheneu, 1999. p. 50. [8] *Id.*, 2003, p. 74.
Op. Cit.: obra citada. Essas expressões referem-se à obra citada anteriormente, na mesma página, quando houver intercalação de outras notas.	[9] REIS, Linda G. **Produção de monografia da teoria à prática:** o método educar pela pesquisa (MEP). Brasília: SENAC, 2006. [10]CALAZANS, Julieta (org.). **Iniciação científica:** construindo o pensamento crítico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 183p. [11] REIS, *op. cit.*, p. 19.

Et seq.: Seguinte ou que se segue. Expressão usada quando não se quer mencionar todas as páginas da obra referenciada. Indica-se a primeira página, seguida da expressão "et seq.".	[12] QUEIROZ, 2010, p. 50 *et seq.* [13] ROCHA; ROSA, 2006, p. 52 *et seq.*
Loc. cit.: No lugar citado. Expressões empregadas para mencionar a mesma página de uma obra já citada, quando houver intercalação de outras notas de indicação bibliográfica.	[14] CASTRO; GOMES, 1997, p. 52-57. [15] CASTRO; GOMES, 1997, *loc. cit.*
Passim: aqui e ali, em vários trechos ou passagens. Expressão usada com a finalidade de indicar diversas páginas de onde foram retiradas as ideias do autor, sem citá-las uma a uma, seguido do termo "passim".	[16] REIMÃO, 2002, *passim*.

Fonte: Quadro adaptado de Caldas[5]

4.6.2 Notas explicativas

A numeração das notas explicativas é feita em algarismos arábicos, em ordem única e consecutiva para todo o capítulo ou parte. Não se inicia a numeração a cada página.

Por fim, as citações dizem respeito aos trechos transcritos ou às informações retiradas de publicações consultadas para a realização do trabalho. Por isso, é importante que todas as citações devam ser acompanhadas de suas respectivas fontes, respeitando obrigatoriamente os direitos autorais.

REFERÊNCIAS

1 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10520: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro; 2002.

2 Castro CM. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson; 2011.

3 Mello M. Como fazer citações em artigos científicos. [Internet]. 2012 [acesso em 12 Mar 2014]. Disponível em: https://marcoarmello.wordpress.com/2012/03/13/citacoes/.

4 Caldas MAE, et al. Documentos acadêmicos: um padrão de qualidade. 2. ed. rev. ampl. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010.

5 Ribeiro SS. As citações em textos científicos [dissertação]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; 2002.

PADRONIZANDO AS REFERÊNCIAS SEGUNDO A ABNT | NBR 6023/2018*

5

Evânia Leiros de Souza
Gildete Moura de Figueiredo
Edinete do Nascimento Pereira

*Nos exemplos e no sistema de chamada deste capítulo, a normalização seguiu orientações da NBR 6023/2018 e da NBR 10520/2002.

5.14 DOCUMENTO ICONOGRÁFICO

5.14.1 Cartaz
5.14.2 Desenho técnico
5.14.3 Fotografia
5.14.4 Gravura
5.14.5 Radiografia
5.14.6 Slide
5.14.7 Transparência

5.15 DOCUMENTO CARTOGRÁFICO

5.15.1 Atlas
5.15.2 Fotografia aérea
5.15.3 Globo
5.15.4 Mapa

5.16 DOCUMENTO DE ACESSO EXCLUSIVO EM MEIO ELETRÔNICO

5.16.1 Bases de dados
5.16.2 Blogue
5.16.3 DOI (Digital Object Identifier)
5.16.4 *E-book*
5.16.5 Facebook
5.16.6 *Homepage*
5.16.7 Lista de discussão
5.16.8 *Pendrive*
5.16.9 Publicação sem autoria
5.16.10 Twitter
5.16.11 YouTube

5.17 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os requisitos para as referências no estilo ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) são elaborados pelo Fórum Nacional de Normalização, cujo conteúdo é de responsabilidade do Comitê 14 (CB-14) e da Comissão de Estudo de Documentação. A ABNT está disponível para consulta pública no endereço eletrônico: www.abnt.org.br.

5.1 DEFINIÇÃO

Segundo a NBR 6023/2018 (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 2), referências são um "conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual". É a listagem de todos os documentos citados dentro do texto que deve obrigatoriamente ser colocada depois da conclusão ou em nota de rodapé.

A ABNT (2018, p. 2, grifo nosso) define **documento** como:

> Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais, sonoros, magnéticos e eletrônicos, entre outros.

5.2 DIFERENÇA ENTRE REFERÊNCIA E OBRAS CONSULTADAS

Referências: a listagem dos autores que foram citados dentro do texto, enquanto obras consultadas ou documentos consultados é a lista (opcional) das obras consultadas, e que não foram citadas no corpo do trabalho.

Exemplo segundo NBR 6023/2018	
REFERÊNCIAS	**DOCUMENTOS CONSULTADOS**
GONDIN, Sonia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002. VIRGÍNIO, Nereide de Andrade; NÓBREGA, Maria Miriam Lima da. Validação de instrumento de coleta de dados de enfermagem para clientes adultos hospitalizados. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 53-56, fev. 2004. WESTPHAL, Marcia Faria, BÓGUS, C. M.; FARIA, M. M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. **Bol. Oficina Sanit. Panam.**, v. 120, n. 6, p. 472-82, 1996.	DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002. FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982. COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

5.3 TRANSCRIÇÃO DOS ELEMENTOS

Os elementos da referência devem ser transcritos numa sequência padronizada para a sua apresentação, sendo importante diferenciar os elementos essenciais e complementares.

5.3.1 Localização das referências

As referências podem aparecer em notas de rodapé, no fim do texto ou do capítulo, em listas de referências ou ainda encabeçando resumos, resenhas ou recensões.

É importante lembrar os aspectos gerais da apresentação das referências:

- cada referência deve obedecer à sequência dos elementos;
- as referências devem ser alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas uma da outra por espaço simples;
- os elementos da referência devem ser retirados da folha de rosto e apresentados em sequência padronizada;
- nos casos de bibliografias, resumos, resenhas, recensões e outros, recomenda-se colocar a referência antes de iniciar o texto.

5.3.2 Alinhamento

As referências são alinhadas à margem esquerda do texto, com espaçamento simples entre as linhas de cada referência, e separadas por uma linha em branco de espaço simples.

5.3.3 Elementos que compõem a referência

Os dados indispensáveis à identificação do documento são chamados de essenciais e complementares. Vejamos:

Elementos essenciais	• Autores (pessoa física, autor entidade, título); • título e subtítulo; • edição; • local de publicação; • editora; • data.
Elementos complementares	• Número de páginas e/ou volume; • série e coleção; • notas especiais.

5.3.3.1 Autoria

A "entrada" de uma obra é realizada pelo último sobrenome do autor, ou pelo título do documento referenciado. É importante ressaltar que a lista das referências deve contemplar a representação dos documentos que foram citados dentro do texto. Para a elaboração das referências, é fundamental que os nomes dos autores sejam transcritos da mesma forma como consta no documento.

a) Um autor: transcreve-se o último sobrenome do autor em letra maiúscula, seguida dos prenomes.

> COZZOLINO, S. M. F. **Biodisponibilidade de nutrientes**. 2. ed. São Paulo: Manolo, 2007.

b) Dois autores: a entrada é feita pelo primeiro nome do autor que aparece na folha de rosto, seguido do segundo autor.

> ARAÚJO, Maria Odete Dantas de; GUERRA, Therbia Maria de Medeiros. **Alimentos per capita**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2007. 324 p.

c) Três autores: mencionam-se todos os autores na ordem em que aparecem no documento e separados por ponto e virgula (;).

> GUEDES, Ana Emília Leite; LEVCOVITZ, Eduardo; ROCHA, Paulo de Medeiros. **Leite é saúde**: o processo de implantação do programa de apoio aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional em Natal. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001.

d) Quatro ou mais autores: convém indicar todos. Também se permite a entrada pelo primeiro autor que aparece no documento, seguido da expressão latina "*et al.*" em itálico.

HULLEY, Stephen B. *et al.* **Delineando a pesquisa clínica**: uma abordagem epidemiológica. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 384 p.

ou

HULLEY, S. B.; CUMMINGS, S. R.; BROWNER, W. S.; GRADY, D. G.; NEWMAN, T. B. **Delineando a pesquisa clínica**: uma abordagem epidemiológica. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 384 p.

e) Sobrenome com grau de parentesco.

MELO FILHO, Murilo.
MELO NETO, João Cabral de.
FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes de.
CASTRO SOBRINHO, Antônio Ribeiro de.

f) Documento sem autoria conhecida: se o autor for desconhecido, a entrada é feita pela primeira palavra do título em letras maiúsculas.

ANÁLISE de desempenho hospitalar: III trimestre. Rio de Janeiro: CEPESC, 1987. 295p.

g) Organizadores, compiladores, editores, coordenadores, adaptadores: quando a responsabilidade intelectual de uma obra for atribuída a um organizador, compilador, editor, coordenador, adaptador, a entrada da obra é feita pelo sobrenome, seguido das abreviaturas correspondentes entre parênteses e no singular:

editor - ed.
organizador - org.
compilador - comp.
coordenador - coord.

SILVA, L.; MENDES, R. R. (coord.).
GOMES, Maria Carmozi de Souza (org.).
MOORE, Wilbert E. (ed.).
FEUTRY, Michel (comp.).

h) Autor entidade coletiva (órgãos governamentais, empresas, associações, congressos, seminários etc.) tem entrada pelo seu próprio nome por extenso.

i) Obras de responsabilidade de entidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Pró-Reitoria de Extensão.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PEDIATRIA.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO.

j) Entidades com denominação genérica.

BRASIL. Ministério da Saúde.
RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado de Saúde.
SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Saúde.

k) Em caso de ambiguidade, deve-se usar a área geográfica.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil).

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal).

5.3.3.2 Título e subtítulo

O título em negrito, itálico ou sublinhado deve ser transcrito tal como figura no documento.

LOUSADA, G. **Pesquisa clínica no Brasil**. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento:** as bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2006.

5.3.3.3 Edição

4th ed.

2. ed.

3. ed. rev. (3ª edição revista)

3. ed. ver. aum. (3ª edição revista e aumentada)

2nd. ed.

ALTMAN, D. G. **Practical Statistics for Medical Research**. 1st ed. London: Chapman & Hall/CRC, 1990.

BERQUÓ, Elza *et al*. **Bioestatística**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1981.

5.3.3.4 Local

Imprenta é composta pelos elementos: local, editor e data e/ou ano da publicação.

a. Local de publicação: o local deve ser transcrito como aparece na obra. Em caso de homônimos, acrescentar o país ou o estado.

Viçosa, RN:

Viçosa, MG:

San Juan, Chile:

San Juan, Puerto Rico

b. Quando não houver local da publicação, usar, em itálico e entre colchetes, a expressão latina "*sine loco*" abreviada: [*S. l.*].

GONZÁLEZ MACCHI, José Ignacio. **Tortura**: una aproximación hacia su tipificación penal. [*S. l.*]: INECIP, 1998. 168 p.

c. Quando o nome da cidade não aparecer na publicação, mas puder ser identificado, coloca-se dentro de um colchete.

BERARDINELLI, Cleonice. **Estudos camonianos**. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação e Cultura, 1973.

5.3.3.5 Editora

O nome da editora deve ser transcrito como se encontra na publicação, suprimindo os elementos de natureza jurídica ou comercial. No caso de mais de uma editora, indica-se a que aparecer com maior destaque na página de rosto.

Natal: EDUFRN

São Paulo: EDUSP

São Paulo: Vozes

a. Coedição: quando houver duas editoras, deve-se indicar, na referência, as duas.

ANDRADE, Mário de. **O empalhador de passarinho**. 3. ed. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

b. Quando o autor é a própria editora.

A NBR 6023/2018 afirma: "Quando a editora for também autor (pessoa jurídica), pode-se adotar, no campo Editora, a forma abreviada (ou sigla), desde que esta conste no documento." (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 43).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Desmistificando dúvidas sobre alimentação e nutrição**: material de apoio para profissionais de saúde. Brasília, 2016. 161 p.

c. Se não constar a editora, utilizar a expressão latina "*sine nomine*" abreviada [*s. n.*] em itálico.

PINSKY, Ilana. **Dirigir alcoolizado**: perfil de risco entre jovens de São Paulo. São Paulo: [*s. n.*], 1999. 81 p.

5.3.3.6 Ano de publicação

A data é um elemento essencial em um documento. A NBR 6023/2018 recomenda não deixar nenhuma referência sem data. Caso não seja possível indicar um ano de publicação, pode-se utilizar a data de impressão, de *copyright* ou de distribuição.

a. Data desconhecida: se não houver data de impressão, de *copyright* ou de distribuição disponível, registra-se uma data aproximada entre colchetes, como se segue abaixo:

[2000 ou 2001] um ano ou outro.
[1999?] data provável.
[1993] data certa não indicada no documento.
[entre 1906 e 1912] intervalos menores de 20 anos.
[ca.1960] data aproximada.
[197-] década certa.
[197-?] década provável.
[18--] século certo.
[18--?] século provável

b. Meses: os meses devem ser abreviados no idioma original da publicação, de acordo com o quadro abaixo. Não se abreviam os meses designados por palavras de quatro ou menos letras.

Abreviação dos meses

Mês	**Português**	**Espanhol**	**Italiano**	**Francês**	**Inglês**	**Alemão**
Janeiro	jan.	enero	genn.	janv.	Jan.	Jan.
Fevereiro	fev.	feb.	febbr.	févr.	Feb.	Feb.
Março	mar.	marzo	mar.	mars	Mar.	März
Abril	abr.	abr.	apr.	avril	Apr.	Apr.
Maio	maio	mayo	magg.	mai	May	Mai
Junho	jun.	jun.	giugno	juin	June	Juni
Julho	jul.	jul.	luglio	juil.	July	Juli
Agosto	ago.	agosto	ag.	août	Aug.	Aug.
Setembro	set.	sept.	sett.	sept.	Sept.	Sept.
Outubro	out.	oct.	ott.	oct.	Oct.	Okt.
Novembro	nov.	nov.	nov.	nov.	Nov.	Nov.
Dezembro	dez.	dic.	dic.	déc.	Dec.	Dez.

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 22.

c. Estação do ano: quando figurar, na publicação, em lugar dos meses, as estações (primavera, verão, outono e inverno) ou divisões do ano (semestres, bimestre, trimestres, anual), transcrevem-se as primeiras referências como indicadas na publicação e abreviam-se as últimas.

HILGERS, K.; RAMER, P. Forced medication of defendants to achieve trial competency: an update on the law after Sell. **Georget J Leg Ethics**, v. 17, n. 4, p. 813-26, summer, 2004.

5.3.3.7 Elementos complementares

a. Paginação: descrição física (páginas, folhas, volumes) trata-se dos dados que complementam a identificação do documento. A NBR 6023/2018 (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 3) enfatiza que "quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento". Indica-se o número de páginas seguido da abreviatura "p.".

PERRENOUD, Philipp. **10 novas competências para ensinar**: convite à viagem. Porto Alegre: 2000. 192 p.

b. Todas as folhas da monografia devem ser contadas, mas numeradas sequencialmente em algarismos arábicos apenas a partir da parte textual.

c. Quando o trabalho for digitado, coloca-se o "f." de folha para os trabalhos acadêmicos que habitualmente são escritos no anverso da página.

ARAUJO, Lavinia Uchoa Azevedo de. **A produção do cuidado no período gravídico-puerperal**: experiência de mulheres usuárias de serviços públicos de saúde. 2015. 163 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

d. Quando se refere a uma coleção composta de mais de um volume.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **A educação no Rio Grande do Norte:** fontes oficiais – século XIX. Natal: EDUFRN, 1997. 2v.

e. Quando a referência for em parte, indicam-se as páginas inicial e final da publicação a mesma observação contempla tanto para livro quanto para periódico.

Livro	BERNHEIM, Carlos Tünnerman; CHAUÍ, Marilena Souza. A universidade e a sociedade do conhecimento. *In*: BERNHEIM, Carlos Tünnerman; CHAUÍ, Marilena Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008. p. 7-21.
Periódico	GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 47-58, abr. 2016.

5.3.4 Sistema de ordenação das referências

As referências dos documentos citados em um trabalho obedecem ao sistema escolhido na NBR 10520/2002 que permite dois tipos de chamada no texto: alfabético (ordem alfabética da entrada) e numérico (ordem numérica das citações no texto).

Escolhida a ordenação alfabética, as referências devem constituir uma lista no final do documento (livro, capítulo de livro, artigo de revista ou jornal).

Foi retirado da norma o uso do traço (underline) para indicar a repetição do nome do autor na lista de referência.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Ed. Morais, 1980.

5.3.4.1 Sistema alfabético

- Com autor repetido:

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface - Comunic, Saúde, Educ.**, v. 9, n. 16, p. 161-168, 2005.

CECCIM, R. B. Diversidade e adversidade na prática da atenção à saúde. **Saúde, Revista do NIPESC**, v. 3/4, p. 59-77, 1999.

5.3.4.2 Sistema numérico

No sistema numérico, as referências devem ser digitadas usando espaço simples entre as linhas e espaço simples para separá-las. É importante também seguir um padrão para uso correto da pontuação.

- As reticências entre colchetes são usadas para indicar supressão de títulos. Ex: Livro de resumos [...], Anais [...];
- usa-se ponto após o nome do(s) autor(es), após o título, a edição e também no final da referência;
- os dois pontos são usados antes do subtítulo, depois do local e depois do termo "*In*";
- a vírgula é usada após o sobrenome dos autores, após a editora, entre o volume, o número e as páginas da revista e após o título do periódico;

- o ponto e vírgula é usado para separar os autores;
- o hífen é utilizado entre páginas (ex: 10-15) e entre datas de fascículos sequenciais (ex: 1998-1999);
- a barra transversal é usada entre números e datas de fascículos não sequenciais;
- o colchete é usado para indicar os elementos de referência que não aparecem na obra.

5.4 APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS

Esta seção tem a finalidade de apresentar a ordem dos elementos das referências e estabelecer padrões para transcrição da informação originada do documento e/ou de outras fontes de informações. É importante frisar que as referências devem ser elaboradas em espaço simples, alinhadas à margem esquerda do texto. A sua pontuação deve ser consistente e uniforme.

5.4.1 Livro no todo

Monografia inclui: livro, folheto, tese, dissertação, manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário, relatórios etc.

5.4.1.1 Um autor

- Ordem dos elementos

SOBRENOME, Prenome e demais Sobrenomes do(s) autor(es). **Título**: subtítulo. Número da edição, Local de publicação: Editora, ano de publicação. Número total de páginas ou, quando mais de um, número de volumes.

NOGUEIRA, R. P. **A saúde pelo avesso**. Natal: Seminare, 2003.

5.4.1.2 Dois autores

A entrada da referência deve ser feita pelo primeiro autor mencionado no documento, seguido do segundo autor que aparece na folha de rosto, separados por ponto e vírgula.

MARCONDES, E.; LIMA, I. N. de (coord.). **Dietas em pediatria clínica**. 4. ed. São Paulo: Sarvier, 1993.

5.4.1.3 Até três autores

Mencionam-se todos os autores na ordem em que aparecem na folha de rosto.

GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; SILVA, Cláudio Felipe Ribeiro da. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. *In:* BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, 2005. p. 117-135. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

5.4.1.4 Quatro ou mais autores

Quando houver quatro ou mais autores mencionam-se todos na entrada. A NBR 6023/2018 permite que indique o nome do primeiro autor seguido da expressão latina *et al*. (quer dizer: e outros) em itálico.

SOUZA, Evânia Leiros de; PIUVEZAM, Grasiela; MEDEIROS, Paulo Rocha de; UCHOA, Severina Alice da Costa; PINHEIRO, Themis (org.). **Pesquisa em saúde coletiva**. Natal: EDUFRN, 2018. 296 p.

SOUZA, Evânia Leiros de *et al.* (org.). **Pesquisa em saúde coletiva**. Natal: EDUFRN, 2018. 296 p. ISBN 978-85-425-0781-2. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25491. Acesso em: 25 jun. 2018.

5.4.2 Livro no formato eletrônico

Dentro do formato eletrônico, incluem-se monografias entre outros.

a. Elementos essenciais

PIUVEZAM, Grasiela; ARAÚJO, Vilani Medeiros de (org.). **Guia prático de cuidado à saúde da pessoa idosa**. Natal: EDUFRN, 2016.

b. Elementos complementares

PIUVEZAM, Grasiela; ARAÚJO, Vilani Medeiros de (org.). **Guia prático de cuidado à saúde da pessoa idosa**. Natal: EDUFRN, 2016. ISBN 978-85-425-0501-6. Disponível em: http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20367. Acesso em: 22 nov. 2016.

5.4.2.1 E-book

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em Movimento. Brasília: Ed. Francis; 2015. *E-book*.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em Movimento. Brasília: Ed. Francis, 2015. *E-book* (232 p.). ISBN: 978-85-64857-30-8.

ALMEIDA, Norberto; ALMEIDA, Felipe. **Metodologia de gerenciamento de portfólio:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Brasport, 2013. *E-book* (120 p.). ISBN 978-85-7452-595-2. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=5Y02BpW3Ok4C&printsec=frontcover&dq=ebook+de+metodologia&hl=pt-BR&sa=X#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 18 mar. 2015.

5.4.2.2 CD-ROM

KOOGAN, A.; HOUAISS, A. (ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 2007.** Direção geral André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 2007. 3 CD-ROM.

5.4.3 Enciclopédia

Na publicação sem autoria, a entrada na referência é feita pela primeira palavra do título da obra, incluindo os artigos e as preposições.

ENCICLOPÉDIA Barsa. Rio de Janeiro: **Encyclopaedia Britannica do Brasil**. 1995. 20 v.

5.4.4 Dicionário

KAREN, Jacobs. **Dicionário de terapia ocupacional**: guia de referências. 4. ed. São Paulo: Roca, 2006. 264 p.

5.4.5 Verbete

POLÍTICA. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1358 p.

5.4.6 Outros tipos de responsabilidade: tradutor, revisor, ilustrador, entre outros

OUAKNIN, Marc-Alain. **Biblioterapia**. Tradução Nicolás N. Campanário. São Paulo: Loyola, 1996. 326 p.

GOMES, Orlando. **O direito de família**. Atualização e notas Humberto Theodoro Júnior. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 562 p.

FRANDSON, R. D.; ILKE, W. L.; FAILS, A. D. **Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda**. Revisor Geraldo Seuliner. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

5.4.7 Livro em parte (capítulo)

Compreende "[...] seção, capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor e/ou título próprios" (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 8). Quando a parte referenciada (capítulo de livro) tem autoria própria: a entrada é feita pelo autor e título da parte, seguida da expressão latina "*In*" em itálico.

- Primeiro exemplo:

PINHEIRO, Maria Isaura de Medeiros. A grande escola. *In*: PINHEIRO, Maria Isaura de Medeiros. **Minhas escolas:** retalhos de lembranças e do querer bem. Natal: Camara3 Studio, 2010. Cap. 1, p. 17-23.

- Segundo exemplo:

MORSSH, Denise Streit; ARAGÃO, Priscila Menezes. A criança, sua família e o hospital: pensando processos de humanização. *In:* DESLANDES, Suely Ferreira (org.). **Humanização dos cuidados em saúde**: conceitos, dilemas e práticas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 235-260.

BATISTA, Nildo Alves; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. A prática como eixo da aprendizagem na graduação médica. *In*: PUCCINI, Rosana Fiorini; SAMPAIO, Lúcia de Oliveira; BATISTA, Nildo Alves (org.). **A formação médica na Unifesp:** excelência e compromisso social. São Paulo: Editora FAp-Unifesp, 2008. cap. 4.

5.4.8 Separata

De acordo com a NBR 6023/2018:

> Publicação de parte de um trabalho (artigo de periódico, capítulo de livro, colaborações em coletâneas etc.), mantendo exatamente as mesmas características tipográficas e de formatação da obra original, que recebe uma capa, com as respectivas informações que a vinculam ao todo, e a expressão "Separata de" em evidência. As separatas são utilizadas para distribuição pelo próprio autor da parte, ou pelo editor (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 2).

a. Separata de livro

KOMIDAR, Joseph S. O uso da biblioteca. Separata de: GOOD, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975. 488 p. cap. 9, p. 135-154.

b. Separata de revista

SCHMIDT, Susana. Sistematização no uso de notas de rodapé e citações bibliográficas nos textos de trabalhos acadêmicos. Separata de: **Rev. Bibliotecon. Brasília**, Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, v. 9, n. 1, p. 35-41, jan./jun. 1981.

5.4.9 Relatório

a. Autoria feita pelo nome da instituição.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Comissão de atualização das metas do PDI. **Relatório final proposta de atualização das metas do PDI-UFRN**. Natal, 2015. 62 p.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório de atividades**: 2002. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2002. 139 p. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/relatorio-gestao/ano-2002/ano-2002-545.pdf. Acesso em: 22 abr. 2018.

b. Autoria pessoa física

ROCHA, Paulo de Medeiros; UCHOA, Severina Alice da Costa; PINHEIRO, Themis Xavier de Albuquerque (coord.). **Avaliação da atenção básica no 3º ciclo do programa de melhoria do acesso e da qualidade (PMAQ-AB)**: relatório geral. Natal, 2018.

5.4.10 Trabalho acadêmico

O trabalho científico é constituído de informações científicas, tem o objetivo de tornar mais fácil a sua compreensão e deve se apresentar de forma que tenha uma divisão com início, meio e fim, havendo uma interligação entre essas divisões. Existem três modalidades de trabalho de final de curso: TCC e/ou monografia, dissertação e tese. Os elementos da referência no todo de um trabalho acadêmico se organizam na seguinte ordem:

SOBRENOME, Prenome. **Título**: subtítulo. Nome do orientador: Local da instituição, ano em que o trabalho foi aceito pela Instituição. Número de folhas ou volumes. (Curso) – Nome da Unidade de Ensino. Instituição, local. Ano de defesa.

A inclusão do nome do orientador é um dos elementos complementares que aparecem na NBR 6023/2018.

a) **Monografia**

OLIVEIRA, Julia Zgiet de. **Relato de uma vivência de ginecologia autônoma**: compartilhando descobertas e experiências. Orientadora: Josenaide Engracia dos Santos. 2014. 37 f. Monografia (Graduação em Terapia Ocupacional) – Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

MEDEIROS, Bianca Karenina Brito de. **Fatores de risco associados ao nascimento prematuro em um hospital de saúde materno-infantil brasileiro**. Orientador: Ricardo Ney Oliveira Cobucci. 2018. 137 f. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em residência em Ginecologia e Obstetrícia, MEJC) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

b) **Dissertação**

MARIATH, Aline Brandão. **Efeitos da suplementação de selênio durante a gestação**: uma revisão sistemática. Orientador: Denise Pimentel Bergamaschi. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Departamento de Nutrição, Universidade de São Paulo, 2010.

c) **Tese**

PAIVA, Maria Sanali Moura de Oliveira. **Diferenças na resposta inflamatória a implante eletivo de stent coronário entre pacientes com e sem diabetes.** Orientador: Carlos Vicente Serrano Junior. 2005. 109 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Cardiopneumologia, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2005.

5.4.11 Trabalhos apresentados em eventos

Os trabalhos apresentados em um evento (congresso, jornada entre outros) são resultados de pesquisas com a finalidade de contribuir com a ciência, por isso a sua divulgação é feita à comunidade científica.

5.4.11.1 Referência no todo

a) **Um evento**

SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 5., 2013, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: http://www.nehte.com.br/simposio/anais/simposio2013.html. Acesso em: 12 abr. 2017.

b) **Dois eventos em um**

CONGRESSO MUNDIAL DE EPIDEMIOLOGIA, 23.; CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 7., 2008, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: ABRASCO, 2008. 136 p. Tema: A Epidemiologia na Construção da Saúde para Todos: Métodos para um Mundo em Transformação. Inclui bibliografia.

5.4.11.2 Referência em parte

HETZEL DE MACEDO, Isa Maria. Saúde mental e satisfação com a qualidade de vida: um estudo sobre as necessidades da população e as possibilidades de ação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 7., 2003, Brasília. **Livro de resumos** [...]. Brasília: ABRASCO, 2003. v. 2.

MÜLLER, Luciana Kramer; MIOTTO, Neli; CASELLI, Karin Zanona. Dia da Leitura SESI. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: FEBAB, 2017. p. 1-5.

5.5 PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (REVISTAS E JORNAIS)

O periódico é o documento editado em unidades físicas sucessivas (com um título sucessivo e artigos com autores e títulos diferentes), com periodicidade regular (diária, semanal, quinzenal, mensal, semestral, anual) ou irregular, com designações numéricas (volumes, números, cadernos, colunas) e /ou cronológicas (dia/mês/ano) e de continuidade indefinida.

Para fazer abreviações dos títulos de revistas da área da saúde, é importante seguir as orientações do endereço eletrônico: http://portal.revistas.bvs.br. Para periódicos de outras áreas, acessar o sítio da *Library of Congress:* http://lcweb2.loc.gov/hlas/portugues/journaltotal.html.

5.5.1 Coleção de periódico

JORNAL SUL-AMERICANO DE MEDICINA. Rio de Janeiro: EDARTEC, 1979-1980. Trimestral. ISSN 0100-3844.

Quando a publicação periódica está em curso, indica-se somente o início da publicação, seguida por hífen.

REVISTA BRASILEIRA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, 1986-. ISSN 1806-9339. *Versão online*. Mensal. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0100-7203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 abr. 2018.

5.5.2 Parte de periódico

Deve incluir (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 12):

> título, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, numeração do ano e/ou volume, numeração do fascículo, informações de períodos e datas de sua publicação. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

ANAIS BRASILEIROS DE DERMATOLOGIA. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Dermatologia, v. 76, n. 5, p. 501-644, set./out. 2001.

MÃO-DE-OBRA e previdência. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1983. Suplemento.

5.5.3 Artigo, seção ou material de publicação periódica

A NBR 6023/2018 afirma que "Inclui partes de publicação periódica, artigo, comunicação, editorial, entrevista, recensão, reportagem, resenha e outros". (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 13):

> Os elementos essenciais são: autor, título do artigo ou da matéria, subtítulo (se houver), título do periódico, subtítulo (se houver), local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número e/ou edição, tomo (se houver), páginas inicial e final, e data ou período de publicação. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

- Artigo com o volume e número

OSÓRIO, Márcia Cerveira Abuana. Representação dos adolescentes sobre o seu atendimento em um serviço de saúde especializado. **Rev. Saúde**, Natal, v. 14, n. 2, p. 57-80, jul./dez. 2000.

KOENIG, Harold G. Medicina, Religião e Saúde. Entrevistador: Fernanda Allegretti. **Veja**, ano 45, n. 41, p. 2-4, out. 2012. Páginas amarelas.

- Artigo sem número

SOUZA, Vânia de *et al*. Conhecimentos, vivências e crenças no campo sexual: um estudo com alunos do ensino médio com perfis socioeconômicos diferenciados. **Rev. Mineira Enf.**, v. 21, p. e991, 2017.

- Com autoria, se for uma organização.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre tratamento do infarto agudo do miocárdio com supradesnível do segmento ST. **Arq. Bras. Cardiol.**, v. 105, n. 2, p. 1-105, ago. 2015.

- Artigo sem autoria

UM PROJETO na Amazônia para salvar as tartarugas de rio. **Geografia universal**, Rio de Janeiro, n. 141, p. 94-95, fev. 1995.

5.5.4 Artigo de periódico em meio eletrônico

SALES, O. M. M.; GAUDÊNCIO, S. M.; NEVES, D. A. B. Produção científica brasileira em organização e representação da informação: estudo bibliométrico nos periódicos Qualis A. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação,** Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 16-24, set./dez. 2018. DOI: 10.5007/1518-2924.2018v23n53p16. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p16/37280. Acesso em: 3 out. 2018.

EVARISTO, Fabiana Lacerda; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Análise de produções científicas sobre comunicação alternativa para pessoas com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-26, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/26577/pdf. Acesso em: 5 jan. 2019.

VIEIRA, Cássio Leite; LOPES, Marcelo. A queda do cometa. **Neo Interativa**, Rio de Janeiro, n. 2, inverno 1994. 1 CD-ROM.

5.5.5 Artigo e/ou matéria de jornal

A NBR 6023/2018 (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 15) faz menção aos elementos essenciais:

> [...] autor, título, subtítulo (se houver), título do jornal, subtítulo do jornal (se houver), local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número (se houver), data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

No caso de artigo de jornal sem autoria explicitada, a entrada é feita pela primeira palavra do título do artigo em maiúscula.

- Sem autoria

SUPLEMENTOS nutricionais na gestação são necessários? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 out. 2007. Nutrição e Saúde, p. 2.

- Com autoria

ALMEIDA, Maricélio. Teatro de Rua: Movimento Escambo Livre de Cultura pode chegar ao fim após 20 anos de atuação. **O Mossoroense**, Mossoró, 25 set. 2011. Caderno Universo, p. 1.

- Com seção, caderno ou parte

COSTA, Tácito. O débito da imprensa com a literatura. **Tribuna do Norte**, Natal, 21 set. 1999. Viver, p. 4.

- Sem seção ou parte

COLLUCCI, Cláudia. Governo Federal quer restringir UTI aos doentes com chances de recuperação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 2005. p. 6.

5.6 ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS (PESSOA JURÍDICA)

Em se tratando de órgãos governamentais da administração (órgãos governamentais, empresas, associações, entre outros), entrar pelo nome geográfico em letras maiúsculas (país, estado ou município), considerando a subordinação hierárquica, quando houver. No caso de nomes homônimos, usar a área geográfica, o local.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10719**: Informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programas saúde da família e agentes comunitários de saúde**: atividades 1999. Brasília, 2000. 56 p.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Rondônia recebe plenária do Conselho Federal de Enfermagem**: Porto Velho será, por uma semana, a capital da enfermagem. Porto Velho, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Anuário estatístico da educação do Estado de São Paulo**. São Paulo: Centro de Informações Educacionais, 1984. 273 p.

5.6.1 Formato eletrônico

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Pró-Reitoria de Extensão. **Catálogo de Extensão**. Disponível em: www.ufrn.br. Acesso em: 9 mar. 2001.

SAÚDE. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Cidades atendidas pelo Programa Saúde da Família e pela Saúde Bucal no PSF**. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/ bucal/Cidades_Atendidas/ SIAB_Setembro_modificada_2005.zip. Acesso em: 4 out. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Biblioteca Central Zila Mamede. Seção de Circulação. **Catálogo de título.** Relaciona todos os documentos existentes no acervo da biblioteca. Disponível em: www.bczm.ufrn.br. Acesso em: 14 fev. 2005.

A ABNT destaca que "Quando estado e município forem homônimos, indicar, entre parênteses, a palavra Estado ou a palavra Município." (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 38).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. *In*: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 1. Disponível em: http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm. Acesso em: 8 mar. 1999.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Bibliografia do folclore brasileiro.** Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, 1971.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). **Bibliografia Vicentina**. Lisboa: [*s. n.*], 1942.

VIÇOSA (MG), 2017. **Lei nº 2558/2016**. Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno e dá outras providências. Viçosa (MG). 2017. Disponível em: leismunicipais.com.br. Acesso em: 22 jun. 2017.

5.7 DOCUMENTOS JURÍDICOS

A área do conhecimento é um elemento que determina a natureza do documento, visto que representa todos os campos do saber da humanidade.

Para Nascimento e Guimarães (*apud* TORRES; ALMEIDA, 2014, p. 7), entende-se por documento jurídico um "conjunto de espécies documentais geradas pelo e/ou para o Direito" que "diz respeito às relações jurídicas existentes entre os indivíduos ou destes para com o Estado e vice-versa". A documentação jurídica é comumente dividida em três categorias: legislação, jurisprudência e doutrina.

5.7.1 Legislação

É o ato de fazer as leis que dá uma organização jurídica ao país e aos indivíduos. Fazem parte das leis:

- emendas à Constituição;
- leis complementares;
- leis ordinárias;
- leis delegadas;
- medidas provisórias;
- decretos legislativos;
- resoluções.

Para a ABNT, é importante observar a ordem dos elementos que compõem uma referência:

> São elementos essenciais: jurisdição, ou cabeçalho da entidade, em letras maiúsculas; epígrafe e ementa transcrita conforme publicada; dados da publicação. Quando necessário, acrescentam-se à referência os elementos complementares para melhor identificar o documento, como: retificações, alterações, revogações, projetos de origem, autoria do projeto, dados referentes ao controle de constitucionalidade, vigência, eficácia, consolidação ou atualização.

Em epígrafes e ementas demasiadamente longas, pode-se suprimir parte do texto, desde que não seja alterado o sentido. A supressão deve ser indicada por reticências, entre colchetes. (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 20).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Emenda constitucional n. 9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei n. 8.617, de 4 de janeiro de 2005. Reconhece como de Utilidade Pública a Associação de Assistência ao Diabético e Hipertenso em Mossoró – AADHM, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Natal, n. 10.896, 5 jan. 2005. p. 1.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00. pdf. Acesso em: 8 maio 2006.

BRASIL. Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Portaria nº 1.653, de 31 de outubro de 2018. **Diário Oficial da União**: Seção: 1, Brasília, DF, n. 212, p. 46, 5 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução n. 061/2016-CONSAD, de 15 de dezembro de 2016.** Disciplina o relacionamento entre a UFRN e a Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura - FUNPEC e estabelece os procedimentos operacionais, orçamentários e financeiros de projetos acadêmicos desenvolvidos com a finalidade de dar apoio à Universidade. Disponível em: http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2017107193734a396810697c-ff3e761ff/res0612016-disciplina_o_relacionamento_entre_a_UFRN_e_a_FUNPEC..pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.

5.7.1.1 Legislação em meio eletrônico

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal, 1989. Disponível em: http://www.mp.rn.gov.br/controle/file/legislacao/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Estadual%20do%20RN.pdf. Acesso em: 19 dez. 2015.

BRASIL. Lei n. 8.926, de 9 de agosto de 1994. Torna obrigatória a inclusão, nas bulas de medicamentos, de advertência e recomendações sobre o uso por pessoas de mais de 65 anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 132, n. 152, p. 12037, ago. 1994. Seção 1, pt. 1. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8926-9-agosto-1994-349797-norma-pl.html. Acesso em: 30 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998**. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

5.7.2 Jurisprudência

É o termo jurídico que indica o conjunto das decisões sobre interpretações das leis feitas pelos tribunais de uma determinada jurisdição. Compreende as decisões judiciais como: "[...] acórdão, decisão interlocutória, despacho, sentença, súmula, entre outros." (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 21).

> Os elementos essenciais são: jurisdição (em letras maiúsculas); nome da corte ou tribunal; turma e/ou região (entre parênteses, se houver); tipo de documento (agravo, despacho, entre outros); número do processo (se houver); ementa (se houver); vara, ofício, cartório, câmara ou outra unidade do tribunal; nome do relator (precedido da palavra Relator, se houver); data de julgamento (se houver); dados da publicação. Ao final da referência, como notas, podem ser acrescentados elementos complementares para melhor identificar o documento, como: decisão por unanimidade, voto vencedor, voto vencido. (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 21).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). Recurso Extraordinário 313060/SP. Leis 10.927/91 e 11.262 do município de São Paulo. Seguro obrigatório contra furto e roubo de automóveis. Shopping centers, lojas de departamento, supermercados e empresas com estacionamento para mais de cinquenta veículos. Inconstitucionalidade. I Recorrente: Banco do Estado de São Paulo S/A – BANESPA. Recorrido: Município de São Paulo. Relatora: Min. Ellen Gracie, 29 de novembro de 2005. **Lex**: jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, São Paulo, v. 28, n. 327, p. 226-230, 2006.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região) Processo 1997.40.007.099-7 Classe 7100. Ação Civil Pública. **Rev. Direito Adm.**, ano 12, n. 45, p. 347-362, jan./mar. 2007.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 333. Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública. **Diário da Justiça**: seção 1, Brasília, DF, ano 82, n. 32, p. 246, 14 fev. 2007.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso em Mandado de Segurança n. 90.110/SP. Recorrente: João de Assis. Recorrido: Carlos Santili dos Santos. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. Brasília, 3 de abril de 2013. **Revista Forense**, v. 354, ano 98, p. 322-325, out./dez. 2013.

5.7.2.1 Jurisprudência em meio eletrônico

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2.261/2011. Plenário. Relator: Ministro José Jorge. Sessão de 24 ago. 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 2011. Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/pesquisa-Jurisprudencia/#/detalhamento/11/*/KEY:ACORDAO-COMPLETO-1176428/DTRELEVANCIA%20desc/false/1. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf. Acesso em: 8 maio 2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade 4.167 Distrito Federal.** Constitucional. Financeiro. Pacto federativo e repartição de competência. Piso nacional para professores da educação básica. Conceito de piso: vencimento ou remuneração global. [...]. Governador do estado de Mato Grosso do Sul, governador do estado do Paraná, governador do estado do Ceará, governadora do estado do Rio Grande do Sul, governador do estado de Santa Catarina. Presidente da República, Congresso Nacional. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. 27 abr. 2011. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626497. Acesso em: 6 nov. 2016.

5.7.3 Atos administrativos normativos

Inclui ato normativo, aviso, circular, contrato, decreto, deliberação, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, ofício, ordem de serviço, parecer, parecer normativo, parecer técnico, portaria, regimento, regulamento, resolução, entre outros.

5.7.3.1 Atos administrativos normativos por meio eletrônico

LEGISLAÇÃO brasileira: normas jurídicas federais, Bibliografia Brasileira de Direito. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. 1 CD-ROM. Inclui resumos padronizados das normas jurídicas editadas entre janeiro de 1946 e agosto de 1999, assim como textos integrais de diversas normas.

5.7.4 Doutrina

Doutrina é discussão técnica de um determinado assunto legal.

SILVA, José Afonso da**. Direito Ambiental Constitucional.** 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BARROS, Raimundo Gomes de. Ministério Público: sua legitimação frente ao Código do Consumidor. **Rev. Trimestral Jurisprud. dos Estados**, São Paulo, v. 19, n. 139, p. 53-72, ago. 1995.

SANTOS, Sérgio Luiz. **A empresa como sujeito ativo de crime ambiental**. 2017. Disponível em: http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=4262. Acesso em: 18 jan. 2018.

5.8 NOTAS NAS REFERÊNCIAS

São notas que complementam a referência para ter um maior entendimento do documento.

5.8.1 Ata de reunião

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Saúde Coletiva, Natal. **Ata da 10ª Reunião Ordinária referente ao mês de dezembro de 2005**. Livro n. 1, 3 f.

5.8.2 Bula de remédio

VASLIP: sinvastatina. São Paulo: Biolab, 2005. 1 bula de remédio (2 p.).

5.8.3 Catálogo de exposição, editor, bibliotecas e outros

CARLOS Vergara viajante: experiências de São Miguel das Missões. Rio de Janeiro: SESC, 2012. Catálogo da exposição.

5.8.4 Documento aceito para publicação

INAFUKO, L. A. S.; VIDOTTI, S. A. B. G. Diretrizes para o desenvolvimento e a avaliação de blogues de biblioteca. **Encontros Biblio.**, Florianópolis, v. 17, n. 35, 2012. No prelo.

5.8.5 Edição fac-similada

CANCIONEIRO da Ajuda. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1994. Edição fac-similada.

5.8.6 Ensaio

MARI, Hugo; WALTY, I.; VERSIANI, Z. **Ensaios sobre leitura**. Belo Horizonte: PucMinas, 2005. 228 p. Ensaio.

5.8.7 Memorial

SILVA, Edivone Batista. **Memórias reflexivas**. Natal, 1998. 38 f. Memorial apresentado ao Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy, para obtenção da graduação de professor de 1ª a 4ª séries de 1º grau.

5.8.8 Nota prévia

SANTOS, Marina Gomes dos; CHRISTOVAM, Bárbara Pompeu. Articulação da gerência do cuidado de enfermagem e da educação em saúde para idosos hipertensos. **Rev. Enferm. UFPE online**, Recife, v. 8, n. 9, p. 3233-6, set. 2014. Nota prévia.

5.8.9 Programa de rádio e TV

AMIGOS da Rural. Natal: Radio Rural FM. 28 de dezembro 2017. O programa, que terá uma nova concepção artística, contará com a interação dos ouvintes pelo WhatsApp, além de diversos quadros, prestação de serviço, boletins jornalísticos e a participação de padres, agentes pastorais e profissionais liberais, que serão colunistas da atração matutina. Direção e apresentação Duarte Júnior e Danny Nunes.

5.8.10 Resenha ou recensão

A NBR 6023/2018 destaca que “Em casos de recensão ou resenha, a referência tem a entrada pelo autor da recensão ou resenha.” (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 51).

- Resenha com título

JESUS, Mirleno Lívio Monteiro de. “Regime” e “informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Pesq. Bras. em Ci. Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 481-486, 2018. [Seção] Recensão da obra de: MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. Regime e informação: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. Liinc em Revista, v. 7, n. 2, p. 593-610, set. 2011. Disponível em: revista.ibict.br/liinc/article/view/3278. Acesso em: 8 dez. 2018.

- Resenha sem título: é grifado o título da publicação em que foi publicada a resenha.

BLATTMANN, Ursula; RODRIGUES, Charles. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 4-29, jul./set. 2014. Resenhada por: JÚLIO, Andreia das Dores Silva. **R. Bras. Bibliotecon. Doc.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 226-228, jul./dez. 2012.

5.8.11 Resumo

Trabalho apresentado em um evento, mas apenas seu resumo foi publicado.

CARVALHO, Maria Martha de. Análises bibliométricas da literatura de química do Brasil. Brasília, 1975. **Ci. Inf.,** Brasília, v. 23, n. 1, p. 36, jan./abr. 1994. Resumo.

5.8.12 Rótulo e embalagem

A entrada da referência é feita pelo nome do fabricante.

FORTALEZA. **Biscoito água e sal.** Fortaleza, [2017]. 3 embalagens.

BAUDUCCO. **Wafer nozes**. São Paulo, [2007?]. 1 rótulo.

5.8.13 Outros exemplos de notas

CARVALHO, Maria Martha de. Análises bibliométricas da literatura de química do Brasil. Brasília, 1975. **Ci. Inf.,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 119-141,1975. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação/Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do grau de mestre em Biblioteconomia e Documentação.

AAKER, David A.; KUMAR, O.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing.** Tradução Reynaldo C. Marcondes. São Paulo: Atlas, 2012. Inclui bibliografia.

5.9 CORRESPONDÊNCIA

Estão inseridos em correspondências: carta, cartão, cartaz, bilhete, e-mail, telegramas e outros.

> Os elementos essenciais são: remetente (autor), título ou denominação [...], destinatário (se houver), precedido pela expressão Destinatário:, local, data e descrição física (tipo). Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares para melhor identificar o documento. (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 10).

CASCUDO, Câmara. [**Correspondência**]. Destinatário: Zila Mamede. Natal, 31 ago. 1968. 1 bilhete.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Saúde. **Dengue - entre nessa guerra**. Rio de Janeiro: *[s. n.]* 2002. Projeto Rio-Dengue. 1 cartaz. 81 cm x 55 cm.

SOBRAL PINTO [**A corte desinteressada dos advogados**]. Destinatário: Oswald de Andrade. Rio de Janeiro 26 abr. 1946. 1 carta. Disponível em: https://www.correioims.com.br/carta/a-corte-desinteressada-dos-advogados/. Acesso em: 18 dez. 2018.

5.9.1 Correspondência disponível em meio eletrônico

Para uniformizar as referências, a NBR 6023/2018 (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 5) afirma que "para documentos *online* [disquete, CD-ROM, DVD, *pendrive*], além dos elementos essenciais e complementares, deve-se registrar o endereço eletrônico, precedido da expressão 'Disponível em:', e a data de acesso, precedida da expressão 'Acesso em:'."

SOUZA, Evânia Leiros de. **Normalização do 5º capítulo sobre citação bibliográfica.** Destinatário: CONFESSOR, Francisco Wildson. [*S. l.*], 3 maio 2017. 1 mensagem eletrônica.

5.10 ENTREVISTAS

Podem ser publicadas em jornais, revistas, livros ou veiculadas pelas redes sociais (comunicação, editorial, entrevista, recensão, reportagem, resenha).

5.10.1 Entrevista impressa

ELIS REGINA: O sinal está vermelho. *In*: VEJA. A história é amarela: uma antologia de 50 entrevistas da mais prestigiosa seção da imprensa brasileira. São Paulo: **Veja**, 2017. Entrevista concedida a Regina Echeverria.

5.10.2 Entrevista por meio eletrônico

NOME do entrevistado. **Título da entrevista**. Entrevistadores, NOME do Programa. Local de apresentação: Nome da Rádio ou TV, data de apresentação do Programa. Endereço eletrônico.

SEQUEIRA, Patrícia Carvalho de; FRANCO NETO, Guilherme; CHAME, Marcia. **Fiocruz e vigilância em saúde**. [Entrevista cedida a]: Renato Farias. Sala de convidados. Rio de Janeiro: Fiocruz, 9 maio 2017. Disponível em: https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/Fiocruz-e-vigilancia-em-saude-SDC-0387. Acesso em: 11 fev. 2019.

ANTICAST 66: as histórias e teorias das cores. Entrevistadores: Ivan Mi Zanzuk, Rafael Ancara e Marcos Beccari. Entrevistada: Luciana Martha Silveira. [*S. l.*]: Brainstorm9, 31 jan. 2013. *Podcast*. Disponível em: https://soundcloud.com/anticastdesign/anticast-66-as-hist-rias-e/s-OImz9. Acesso em: 22 ago. 2014.

5.10.3 Entrevista de programa de TV

CORTELLA, Mário Sérgio. **Verdade e mentiras**: ética e democracia no Brasil. [Entrevista cedida a]: William Correia, Priscila Cruz, Gisele Vitória, Flávio Galvão, Ernesto Martins Farias, Fabíola Cidral. Roda Viva. São Paulo: TV Cultura, 19 ago. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vo4ca8JeWs. Acesso em: 26 ago. 2016.

5.10.4 Entrevista para jornal

ZIRALDO. A criança nunca muda, diz Ziraldo. Entrevistadora: Kátia Calsavara. **Folhinha**, São Paulo, 1 abr. 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folhinha/2014/04/1441786-a-crianca-nunca-muda-diz-ziraldo-leia-entrevista.shtml. Acesso em: 19 dez. 2018.

5.10.5 Entrevista para revista

KOENIG, Harold. Um poder invisível da fé. [Entrevista cedida a Fernanda Scherer]. **Veja**, ano 45, n. 41, p. 17-9, out. 2012.

5.11 PATENTE

Os elementos essenciais são: entidade responsável e/ou inventor(autor), título, número da patente e datas (do período de registro), e data de concessão da patente (se houver).

EMBRAPA. Unidade de Apoio, Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária (São Carlos, SP). **Medidor digital multissensor de temperatura para solos**. Procurador: Paulo Estevão Cruvinel. BR n. PI 8903105-9. Depósito: 26 jun. 1989. Concessão: 30 maio 1995.

5.12 DOCUMENTO AUDIOVISUAL

São documentos não bibliográficos, também conhecidos como multimeios, mas que passam alguma informação com valor documental. Esses materiais recebem tratamento diferenciado no seu armazenamento, com o objetivo de facilitar o acesso do usuário à informação adequada às suas necessidades.

Documento audiovisual é um tipo de documento que "Inclui imagens em movimento e registros sonoros nos suportes: disco de vinil, DVD, blu-ray, CD, fita magnética, vídeo, filme em película, entre outros" (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 24).

Para referenciar imagens em movimento, deve-se começar pela autoria (se houver). Depois, insere-se o título, o subtítulo (se tiver), a direção e/ou a produção, o local da edição, a produtora ou a distribuidora e a data. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares, tais como, duração, sistema de cor e notas de legenda (tradução, tipo de suporte, sistema de gravação, notas para especificidade da fita).

5.12.1 DVD

MARIA Bethânia: Brasileirinho ao vivo: show. Direção: Bia Lessa. Produção: Biscoito Fino. São Paulo: Biscoito Fino, 2005. 1 DVD (91 min), color. Opções de navegação em português, inglês, espanhol.

5.12.2 Filme, vídeos

Para fazer a referência, os elementos essenciais são: “título, diretor e/ou produtor, local, empresa produtora ou distribuidora, data e especificação do suporte em unidades físicas. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento” (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 24).

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martire de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Intérpretes: Fernanda Montenegro; Marília Pêra; Vinícius de Oliveira; Sônia Lira; Othon Bastos; Matheus Nachtergaele *et al*. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. [*S. l.*]: Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions, 1998. 1 filme (106 min), son., color., 35 mm.

5.12.3 Videocassete

PRÁTICAS em inteligências múltiplas. Produção de ATTA vídeo. São Paulo: ATTA, 1999. 1 videocassete (60 min), VHS, son., color.

5.12.4 Filme, vídeos, entre outros no formato eletrônico

BONEQUINHA de luxo. Direção: Blake Edwards. Produção: Martin Jurow e Richard Shepherd. Roteiro: George Axelrod. Intérpretes: Audrey Hepburn; George Peppard e outros. NovaYork: Paramount Pictures, c1961. 1 filme (114 min.), son., color., Legenda: inglês, português e espanhol. Disponível em: https://www.nonetflix.com.br/bonequinha-de-luxo/9847. Acesso em: 14 out. 2016.

5.12.5 Blu-ray

A TORRE Negra. Direção: Nikolaj Arcel. Los Angeles: Columbia Pictures, 2017. 1 blu-ray (ca. 108 min.).

5.13 DOCUMENTOS SONOROS NO TODO

Segundo a NBR 6023/2018, "Os elementos essenciais são: título, responsável pela autoria, compositor, intérprete, ledor, entre outros, local, gravadora, data e especificação do suporte." (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 26).

5.13.1 CD-ROM

- No todo

CLASSIC. [intérprete]: Johnny Mathis. São Paulo: Som Livre, c1999. 1 CD (52min).

- Em parte e/ou faixa

CÉSAR, Chico. Dona do dom. Intérprete: Maria Bethania. *In*: VELOSO, Maria Bethânia. **Maricotinha**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2004. 1 CD. Faixa 1.

BEN JOR, Jorge. Salve simpatia. *In*: BEN JOR, Jorge. **Mestres da MPB**. [*S. l.*]: Warner Music Brasil, c1993. 1 CD. Faixa 3

5.13.2 Podcast

ROCK com Ciência: Comunidades Quilombolas: Resistência. Entrevistador: Letícia Fainé. Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa, 14 nov. 2018. *Podcast:* Programa de Extensão Universitária em Divulgação Científica - SEMEANDO CIÊNCIA. Disponível em: http://www.rockcomciencia.com.br/arquivos/3250. Acesso em: 11 fev. 2019.

5.14 DOCUMENTO ICONOGRÁFICO

Estão inseridos neste tópico: "pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz entre outros." (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 28).

5.14.1 Cartaz

FEIRA DE LIVRO INFANTIL. Natal: SESC, 1999. 1 cartaz, color., 55 cm x 54 cm.

5.14.2 Desenho técnico

DATUM CONSULTORIA E PROJETOS. **Hotel Porto do Sol São Paulo**: ar condicionado e ventilação mecânica: fluxograma hidráulico, central de água gelada. 15 jul. 1996. Projeto final. Desenhista: Pedro. N. da obra: 1744/96/= Folha 10.

LEVI, R. **Edifício Columbus de propriedade de Lamberto Ramengoni à Rua da Paz, esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antonio:** n. 1930-33. 1997. 108 f. Plantas diversas. Originais em papel vegetal.

5.14.3 Fotografia

SALUUM, A. W. **Periodontia**. 1993. 1 fotografia, color., 30 cm x 25 cm.

LOPES, Eduardo Luiz Veiga. Estação da Cia. Paulista com locomotiva elétrica e linhas de bitola larga. 1 fotografia, p&b. *In*: LOPES, Eduardo Luiz Veiga. **Memória fotográfica de Araraquara.** Araraquara: Prefeitura do Município de Araraquara, 1999. 1 CD-ROM.

5.14.4 Gravura

SAMÚ, R. **Vitória**, 18,35 horas. 1977. 1 gravura, serigraf., color., 46cm x 63 cm. Coleção particular.

5.14.5 Radiografia

RADIOGRAFIA da mão. Natal, 2014. 1 radiografia, 23 cm x 29,5 cm.

5.14.6 Slide

PEROTA, Celso. **Corte estratigráfico do sítio arqueológico Guará**. 1989. 1 slide, color.

5.14.7 Transparência

MORAIS, Maria Isolda. **Natureza do conhecimento científico**. Natal, 2003. 5 transparências, color., 21 cm x 30 cm.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências, color., 25 cm x 20 cm.

5.15 DOCUMENTO CARTOGRÁFICO

As referências devem obedecer aos padrões indicados para os documentos monográficos, adicionados das informações técnicas sobre escalas e outras representações. Por isso, a NBR 6023/2018 observa que fazem parte de documentos cartográficos "[...] atlas, mapa, globo, fotografia aérea, entre outros" (ASSOCIAÇÃO..., 2018, p. 30).

5.15.1 Atlas

- Sem autoria

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britânica do Brasil, 1981. 1 Atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa. Escala 1:600.000.

- Com autoria

BUA, L. Maximiliam; KRUEGER, Gerhard R. F. **Atlas de Patologia Humana de Netter**. Porto Alegre: Artmed, 2007. il. Bibliografia.

5.15.2 Fotografia aérea

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (São Paulo, SP). **Projeto Lins Tupã**: foto aérea. São Paulo, 1986. 1 fotografia aérea. Escala 1:35.000. Fx 28, n. 15.

5.15.3 Globo

ENCICLOPÉDIA mirador internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, [2000?]. 1 Globo, 55 cm.

5.15.4 Mapa

SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Mapa geral do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1958. 1 mapa, color., 78 cm x 57 cm. Escala 1:800:000.

5.16 DOCUMENTO DE ACESSO EXCLUSIVO EM MEIO ELETRÔNICO

Dentro do formato documento eletrônico, incluem-se monografias, periódicos, eventos, bases de dados, listas de discussão, BBS (*site*), arquivos em disco rígido, disquetes, programas e conjuntos de programas, entre outros. A referenciação desses documentos obedece à apresentação de seus elementos essenciais, conforme os padrões indicados para cada tipo de documento, já descritos anteriormente. Para fazer as referências de documentos eletrônicos, é indispensável incluir o endereço eletrônico e a data de acesso. Quando necessário, acrescentar elementos complementares à referência para melhor identificar o documento, como o horário, o número DOI, entre outros.

Inclui bases de dados, listas de discussão, programas de computador, redes sociais, mensagens eletrônicas, entre outros.

Para fazer a referência neste formato, é importante lembrar que os **hiper-links** perderam os sinais <> **de abertura e fechamento** do endereço eletrônico.

5.16.1 Bases de dados

OPS. OMS. BIREME. **LILACS**: Literatura latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde. São Paulo, 1982-. Versão *online*. Disponível em: http://lilacs.bvsalud.org/. Acesso em: 16 maio 2014.

5.16.2 Blogue

FRANCO, Fátima. **Leitura e escrita na escola:** blog educacional, indicações, comentários e sugestões metodológicas para leitura e escrita escolar. [*S. l.*], 2012. Disponível em: http://leituraescola.blogspot.com.br/. Acesso em: 9 mar. 2015.

5.16.3 DOI (Digital Object Identifier)

Sistema padrão único usado para identificar documentos digitais em redes de computador.

LIMA JÚNIOR, Paulo de Oliveira. Revisão sistemática sobre uso de ontologia para análise de sentimento em conteúdo da Web. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 44, n. 3, p. 430-443, set./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf..v44i3.1897. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1897. Acesso em: 25 nov. 2018.

5.16.4 *E-book*

ALMEIDA, Norberto; ALMEIDA, Felipe. **Metodologia de gerenciamento de portfólio:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Brasport, 2013. *E-book* (120 p.) ISBN 978-85-7452-595-2. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=5Y02BpW3Ok4C&printsec=frontcover&dq=ebook+de+metodologia&hl=pt-BR&sa=X#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 18 mar. 2015.

5.16.5 Facebook

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. EDUFRN – Editora da UFRN. **EDUFRN 57 anos.** Disponível em: https://www.facebook.com/EditoraUFRN/?__tn__=%2Cd%2CP-R&eid=ARD_iDKQv7FHxej4jHZMwA-1wyByzgsLaOFDxFeSHEy0SM_EpUajJTgBWkpXZHy7-fNIr64dwzHAB3T9C. Acesso em: 22 jan. 2019.

5.16.6 *Homepage*

BIREME. Portal Regional da BVS. Água Limpa e saneamento na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. São Paulo, 2017. Disponível em: http://bvsalud.org/2017/01/01/agua-limpa-e-saneamento-na-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel-2/. Acesso em: 2 jun. 2017.

5.16.7 Lista de discussão

SOUSA, Tiago. **Roda filosófica.** [lista de discussão]. [*S. l.*], 2016. Disponível em: https://filosofiacritica.wordpress.com/2016/12/10/roda-filosofica/. Acesso em: 8 ago. 2017.

5.16.8 *Pendrive*

VERÍSSIMO, Érico. **Olhai os lírios do Campo.** 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 1 *pendrive*.

5.16.9 Publicação sem autoria

MANIFIESTO por las bibliotecas escolares. 2002. Disponível em: http://home.woldonline.es/bescolar/manisfiesto.htm. Acesso em: 8 nov. 2003.

5.16.10 Twitter

DOE Livros, Doe Amor! Procure a BCZM e contribua com as bibliotecas comunitárias do nosso estado. Natal, 5 out. 2018. Twitter: @bczm_ufrn. Disponível em: https://twitter.com/bczm_ufrn/status/1048311684841046017. Acesso em: 12 fev. 2019.

5.16.11 Youtube

O SEGREDO da atividade física: Dráuzio Comenta #34. [*S. l.*]: Uzumaki, 2017. 1 vídeo (3 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Gnh3dwps_jE&t=1s. Acesso em: 12 fev. 2019.

5.17 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, é importante realçar a relevância dos exemplos demonstrados dos vários tipos de documentos que servem para identificar as publicações que foram consultadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

TORRES, Simone; ALMEIDA, Maurício Barcellos de. Documentação Jurídica: reflexões sobre a função social do documento legislativo. Data Grama Zero: **Rev. Inf.**, v. 15, n. 2, abr. 2014. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/50787. Acesso em: 22 jan. 2019.

PADRONIZANDO CITAÇÕES SEGUNDO O ESTILO VANCOUVER

Evânia Leiros de Souza
Edinete do Nascimento Pereira

No Estilo Vancouver[1-3], os autores citados no texto devem estar em ligação direta com a lista de referências localizada no final do trabalho, pois seguem as orientações das normas estabelecidas pelo Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (ICMJE), mantido pela Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA.

O sistema de citação de autores mencionados no texto é o **sistema numérico**, sugerido pela norma Vancouver, e tem como objetivo principal facilitar o trabalho dos orientandos para a produção de trabalhos científicos. As referências deverão ser citadas por ordem de aparecimento no texto, em **números arábicos, em expoente** (sobrescrito), e deverão ter uniformidade adotada e seguida em todo o documento. Cada referência receberá um único número e poderá ser citada várias vezes, sempre com o mesmo número.

6.1 SISTEMA DE CHAMADA NO TEXTO

6.1.1 Sistema numérico

Os números devem ser colocados em algarismos arábicos, sobrescritos ou não, entre parênteses ou não. As referências podem ser utilizadas quantas vezes forem necessárias, desde que se mantenha o número atribuído inicialmente.

"... o tratamento cirúrgico não é necessário quando"[1].

ou

"... o tratamento cirúrgico não é necessário quando" [(1)].

ou

"... o tratamento cirúrgico não é necessário quando" (1)

6.1.2 Tipos de citações

Devem-se referenciar todas as fontes que foram mencionadas dentro do texto. É necessário citar as fontes documentais pesquisadas.

6.1.2.1 Citação direta

São as informações extraídas da bibliografia, devem ser devidamente citadas e documentadas no texto dos trabalhos acadêmicos e científicos, nos quais se incluem as teses. Essas informações devem obedecer a um sistema que identifique as fontes utilizadas no texto.

a) Citação curta (até três linhas): vem inserida entre aspas no próprio texto. É a reprodução textual de um texto ou parte dele, devendo usar as aspas e acompanhando a fonte.

No texto

"A pesquisa que dá base a este artigo tem o método dialético como a lente orientadora de todo o processo de investigação e de análise realizado"[1(p39)].

ou

Para Lima, Mioto[1 (p39)] "a pesquisa que dá base a este artigo tem o método dialético como a lente orientadora de todo o processo de investigação e de análise realizado.".

Na lista de referência

1 Lima TCS de, Mioto RCT. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis. 2007;10:37-45.

b) Citação longa (mais de três linhas): requer um recuo de 4,0 centímetros no lado esquerdo, a fonte deve ser menor do que a adotada no texto, o espaço é simples e não é necessário o uso de aspas[2-3].

No texto

Chiavenato[3 (p302)] afirma:

> A motivação representa a ação de forças ativas e impulsionadoras: as necessidades humanas. As pessoas são diferentes entre si no que tange à motivação. As necessidades humanas que motivam o comportamento humano produzem padrões de comportamento que variam de indivíduo para indivíduo.

Na lista de referência

3 Chiavenato I. Cartas a um Jovem Administrador. 2. ed. Rio de janeiro: Ed. Campus; 2008. 164 p.

6.1.2.2 Citação indireta

Nas citações parafraseadas (comentadas), o autor do trabalho comenta as ideias de outro autor, devendo ser fiel ao texto original. Neste caso, não se usam as "aspas" no texto.

No texto

A necessidade de brincar não é eliminada quando as crianças adoecem ou são hospitalizadas, pelo contrário, a criança que pode brincar poderá sentir-se mais segura durante o transoperatório mesmo em um ambiente estranho[10].

Na lista de referência

10 Maia EB, Ribeiro CA, Borba RI. Brinquedo terapêutico: benefícios vivenciados por enfermeiras na prática assistencial à criança e família. Rev. Gaúcha Enferm. 2008;29:39-46

6.2 OUTRAS RECOMENDAÇÕES

a) Citando várias referências: várias fontes podem ser citadas em um único ponto no texto. É importante que os números sejam separados por vírgulas e sem espaço, e, em seguida, os números consecutivos sejam unidos com um hífen.

> Estudos realizados no Brasil mostraram elevada prevalência de constipação em lactentes, pré-escolares e escolares, com valores variando entre 17,5% e 36,5%[1-4, 16, 18, 20, 24].

b) Citando páginas específicas: para citar uma determinada página e figura, recomenda-se que o número da página esteja entre parênteses.

> ... há fortes evidências de benefício em doentes idosos[12 (p11)].
>
> "... a incidência da síndrome rara" [12 (Fig4)].

c) Para citar mais de uma página, ela deve ser indicada com intervalo.

> "... há fortes evidências de benefício em doentes idosos" [12 (p11-12)].

d) Citação com supressão de trechos: quando for necessário omitir palavras ou frases nas citações, é indicado o uso de reticências.

> O artigo de Pereira et al.[3] apresenta um estudo original que aborda as preferências faciais durante os primeiros dois dias de vida e compara a reação de recém-nascidos prematuros e a termo à exposição a rostos naturais e distorcidos [...].

6.3 INFORMAÇÃO VERBAL

Os dados obtidos por meio de comunicação oral, debates e entrevistas não publicadas devem ser indicados entre parênteses no texto por intermédio da expressão "informação verbal". Essa informação não deve ser incluída na lista de referências, mas em nota de rodapé.

No texto

Caldin em sua fala ressalta que o mundo globalizado pressupõe a diluição das fronteiras, a rapidez na comunicação, a interligação de todos (informação verbal)[1].

Nota de Rodapé:

1 Mesa-redonda para profissionais com o tema: Atuação do bibliotecário diante da informação, promovida pelo Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB – 14ª REGIÃO, em comemoração ao dia do bibliotecário, realizada em 11 de março de 2011, às 19 horas, no auditório do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

6.4 CITAÇÃO DE MAIS DE UM AUTOR NO TEXTO

Quando a referência tiver mais de um autor, no momento em que for citada no texto, usa-se o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão "et al.".

No texto

Porto et al.[5] investigaram a relação entre "sofrimento psíquico dos docentes com transtornos mentais, como os distúrbios psíquicos menores, classificados como distúrbios ansiosos...".

Na lista de referência

5 Porto LA, Carvalho FM, Oliveira NF, Silvany Neto AM, Araújo TM, Reis EJFB, et al. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. Rev. Saúde Pública. 2006;40:818-826.

REFERÊNCIAS

1 University of Southampton. Citing & Referencing Guide: BMJ vancouver style [Internet]. 2009. [cited 2014 Sep.]. Available from: http://www.southampton.ac.uk/library/resources/documents/vancouverreferencing.pdf.

2 Curtin University Library. Referencing: vancouver [Internet]. Australia, 2009 [updated 2018 Aug 8]. Available from: http://libguides.library.curtin.edu.au/ld.php?content_id=35745756

3 The University Western. Vancouver citation style: introduction [Internet]. Australia, 2017 [updated 2018 May 3]; [cited 2017 Oct 2]. Available from: http://guides.library.uwa.edu.au/c.php?g=324981&p=2177753.

PADRONIZANDO AS REFERÊNCIAS SEGUNDO O ESTILO VANCOUVER

Evânia Leiros de Souza
Grasiela Piuvezam

7.9 DOCUMENTOS NÃO PUBLICADOS

7.9.1 Artigo não publicado
7.9.2 Documentos apresentados em eventos como cartazes e *papers*
7.9.3 Documentos pessoais, cartas e comunicação pessoal
7.9.4 Manuscrito
7.9.5 Notas de aula

7.10 DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

7.10.1 Mapa
7.10.2 Atlas

7.11 MATERIAL AUDIOVISUAL

7.11.1 Videocassete
7.11.2 Fitas cassetes
7.11.3 Filme
7.11.4 Slide

7.12 DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

7.12.1 Fotografia
7.12.2 Cartaz
7.12.3 Folder

7.13 PUBLICAÇÕES EM FORMATO ELETRÔNICO

7.13.1 Livro no todo
7.13.2 Partes de livro

7.14 TRABALHOS ACADÊMICOS

7.14.1 Referência no todo
7.14.2 Referência em parte
7.14.3 Trabalho acadêmico acompanhado por um CD-ROM

Os requisitos uniformes para originais submetidos a periódicos biomédicos, conhecidos como Estilo Vancouver, foram elaborados pelo Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (ICMJE) e baseiam-se, em grande parte, no padrão American National Standards Institute (ANSI), adaptados pela U.S. National Library of Medicine (NLM)* e publicados inicialmente em 1979. A NLM é a produtora da base de dados PubMED e Medline e a responsável pela padronização das referências do Grupo de Vancouver.

A referência é uma das partes importantes dentro de um texto científico e deve ter a padronização dos elementos que a compõem. Por isso, o uso de um único formato nas referências tem sido um dos indicadores de qualidade em um periódico científico.

7.1 ELEMENTOS ESSENCIAIS

A "entrada" do documento é a expressão ou palavra para indicar o nome do autor, título, assunto, para começar uma referência. Para a elaboração das referências, é fundamental que os nomes dos autores sejam transcritos da mesma forma como consta no documento.

Na publicação	Na referência
Odília Fachin	Fachin O.
Pedro Demo	Demo P.
Cláudio de Moura Castro	Castro CM.
José Délio Pinheiro Lopes	Lopes JDP.

* Os exemplos aqui apresentados foram adaptados do documento original que pode ser acessado nos endereços: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/bookshelf/br.fcgi?book=citmed e http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html.

7.1.1 Autoria

a) De um até seis autores: todos são citados na entrada da referência, separados por vírgula.

Um autor	Scheiner TCM. Interação Museu-Comunidade pela Educação Ambiental. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural; 1990.
Até seis autores	Brito-Gomes JL, Perrier-Melo RJ, Lucena A, Santos MAM, Costa MC, Guimarães FJSP. Modificações no índice de massa corporal em mulheres idosas após um programa de reabilitação física. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. Jan/Abr 2015;26(1):146-52.

b) Mais de seis autores: citar os seis primeiros autores seguidos da expressão latina "et al". O Estilo Vancouver permite, também, o uso da expressão "e outros".

Ortega F, Zorzanelli R, Meierhoffer LK, Rosário CA, Almeida CF, Andrada BFCC, et al. A construção do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira. Interface. Botucatu. Mar 2013;17(44):119-132.

ou

Ortega F, Zorzanelli R, Meierhoffer LK, Rosário CA, Almeida CF, Andrada BFCC e outros. A construção do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira. Interface. Botucatu. Mar 2013;17(44):119-132.

c) Diferentemente das orientações da ABNT, no Estilo Vancouver, consta a opção de listar todos os autores na entrada, quando a publicação tem mais de seis autores:

Wenger NK, Sivarajan Froelicher E, Smith LK, Ades PA, Berra K, Blumenthal JA, Certo CME, Dattilo AM, Davis D, DeBusk RF, Drozda JP, Jr Fletcher BJ, Franklin BA, Gaston H, Greenland P, McBride PE, McGregor CGA, Oldridge NB, Piscatella JC, Rogers FJ. Clinical practice guidelines on cardiac rehabilitation. Washington, DC: Agency for HealthCare Policy and Research and the National Heart; 1995. Institute.

d) Trabalhos com um responsável intelectual (editor, compilador, coordenador ou organizador) como autor de livro: fazer a indicação após último nome.

> Nicodemo AC, Lopes HV, editores.
>
> Minayo MCS, coordenadora.
>
> Hühne Leda Miranda, organizadora.

e) Sobrenome com indicativo de parentesco.

- Nomes portugueses:

> Fause Maluf Filho **registra-se** Maluf Filho F.
>
> Vicente Amato Neto **registra-se** Amato Neto V.

- Nomes ingleses

> Jeremiah Brown Junior **registra-se** Brown J JR.

f) Sobrenome com prefixo.

> John Kelly Mac Donald **registra-se** Mac Donald JK.
>
> Ângela D'Angelo **registra-se** D'Ângelo A.

g) Sobrenome ligado por hífen.

> Maria Aparecida Shikanai-Yasuda **registra-se** Shikanai-Yasuda MA.

h) É importante observar que o Estilo Vancouver tem a opção de inserir também o prenome completo do autor.

Júnia Lessa França.

ou

França, Júnia Lessa.

ou

França JL.

i) Autor corporativo: organização e entidades governamentais nacionais e internacionais.

- Uma organização ou entidade é considerada autor quando assume a integral responsabilidade pela publicação.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

World Health Organization.

Diabetes Prevention Program Research Group

- Quando a autoria for de duas ou mais organizações, usa-se ponto e vírgula. Para identificar a hierarquização dentro da organização, usa-se vírgula.

Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. Relatório da OMS indica necessidade urgente de maior compromisso político para acabar com a tuberculose [Internet]. 2017. [Acesso em 11 Ago 2017]. Disponível em: http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5537:relatorio-da-oms-indica-necessidade-urgente-de-maior-compromisso-politico-para-acabar-com-a-tuberculose&Itemid=812.

- Quando se tratar de duas entidades governamentais, é necessário indicar, entre parênteses, o país ao qual elas se vinculam. Para isso, sugerimos o acesso ao seguinte endereço eletrônico: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK72493.

Centers for Disease Control and Prevention (US).; Agency for Toxic Substances and Disease Registry (US).

- As obras de organizações, como universidades, sociedades, associações, empresas ou órgãos do governo, assumem o papel de autor ou editor.

Instituto Nacional do Câncer. Registro hospitalar de câncer: dados das unidades hospitalares do INCA: relatório anual 1993. Rio de Janeiro: INCA; 2000.

National Library of Medicine. Indexing manual. Bethesda: National Library of Medicine; 2001.

7.1.2 Título

O título deve ser colocado exatamente como aparece no documento original. A letra maiúscula deve ser usada apenas para a inicial da primeira palavra do título sem negrito, itálico nem grifo. A letra maiúscula é usada também nas palavras cuja grafia assim o exigir.

7.1.3 Edição

A edição deve ser indicada a partir da segunda, em algarismos arábicos, seguida da abreviatura “ed.”. O número ordinal deve ser mantido no idioma original.

2. ed. (português e espanhol)

2nd ed. (inglês)

2e éd. (francês)

2. Aufl. (alemão)

7.1.4 Local de publicação

- O nome da cidade deve ser colocado como aparece no documento referenciado, separado da editora por dois pontos. Às vezes, é necessário acrescentar, no local de publicação, o qualificador geográfico.

Natal:

Rio de Janeiro:

New Brunswick, NJ:

Berne (Switzerland):

- Não sendo possível determinar o local, indica-se, entre colchetes, "local desconhecido".

Coles EH. Patologia clínica veterinária. 3. ed. [local desconhecido]: Manole; 1984.

7.1.5 Editora

Registrar o nome do publicador exatamente como aparece na publicação: suprimindo-se os elementos que designem a natureza jurídica ou comercial, separado da data de publicação por ponto e vírgula.

- Quando a editora for desconhecida, usar [editor desconhecido] na referência.

Maldonado Ballon R. Sexualidad y reproducción humana: visión médica; enciclopedia. 5. ed. La Paz [editor desconocido]; 1988. 4 vol.

- Documentos com local de publicação e editora desconhecidos.

Amjad H, tradutor. Nas articulações, dores artríticas: um tratado do século 13 desde o início da artrite [lugar desconhecido: editor desconhecido]; 1996. 13 p.

7.1.6 Ano de publicação

O ano de publicação deve ser referenciado por algarismos arábicos e, ao final da data, coloca-se ponto final.

✓ Data correta: 2011.

✓ Quando houver apenas a data do copyright: c2014.

✓ Quando houver múltiplas datas: 1971-1972.

✓ Datas aproximadas: [2012?].

Data desconhecida: quando não houver como identificar uma data de publicação, registra-se essa ocorrência dentro de colchete: [data desconhecida]. A expressão deve ser no idioma da publicação, por exemplo: para revistas americanas, substituir [data desconhecida] por [date unkown].

Marcuzzi A. Alimentazione: risorse e possibilita. Bologna (Italy): Malipiero S. p. A. Editore; [data sconosciuta]. 72 p.

7.1.6.1 Publicação com lugar, editor e data de publicação desconhecidos

Steriu D, Stefanoiu V. Terapia e combate zoonozelorparasita. [lugar, editor, data desconhecidos]. 205 p.

7.1.7 Elementos complementares

São as informações que, acrescentadas aos elementos essenciais, permitem uma melhor caracterização dos documentos.

- Paginação

Devem ser citadas as páginas iniciais e finais sem considerar a repetição de dezenas e centenas. Em livros, a paginação é colocada no final da referência. Já no caso de periódicos, deve ser colocada após o fascículo, separada por dois pontos.

89 p. (Total de página no livro)

p. 75-80 (Páginas de capítulo de livro)

(9):15-7. (Página inicial e final de um artigo)

- Paginação com algarismos romanos

Santana AF. Prefácio. In: Harnack G-A Von, editor. Manual de pediatria. São Paulo: EPU: Springer; 1980. p. xiii.

- Livro contendo séries e coleções

Organização Mundial de Saúde. Aborto espontaneo y provocado, informe de un grupo científico de la OMS, Ginebra, 10-14 de noviembre de 1969. Ginebra: OMS; 1970. (OMS. Informes Técnicos).

- Livro contendo volume

Vieira A. Sermões. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra; 2001. 2 v.

7.2 APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS

7.2.1 Referência de livro no todo

7.2.1.1 Um autor

Turabian KL. Manual para redação: monografias, teses e dissertações. São Paulo: Martins Fontes; 2001.

7.2.1.2 Dois autores

Ricco Flavio; Vannucci José Armando. Biografia da televisão brasileira. São Paulo: Matrix; 2017. vol. 1.

Peña M, Bacallao J, editores. La obesidad en la pobreza: un nuevo reto para salud pública. Washington (DC): Organización Mundial de la Salud; 2000.

7.2.1.3 De três até seis autores

Souza EL, Piuvezam G, Medeiros PR, Uchoa SAC, Pinheiro T, organizadores. Pesquisa em saúde coletiva. Natal: EDUFRN; 2018. Livro digital. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25491. ISBN: 978-85-425-0781-2.

7.2.1.4 Mais de seis autores

O Estilo Vancouver permite o uso da expressão "et al." para diminuir a apresentação de todos autores de uma publicação. Também, é admitido usar todos na entrada da referência.

Ferreira ZMCC, Silva AGS, Morel FDM, Freitas MAV, Araújo-Neto I, Bezerra FL, Dantas SJLD, Rêgo ACM, Araújo-Filho I. Intestinal angioedema: case report and literature review. J Gastro Dig Sys [Internet]. 2018 Aug [cited 2018 Sep 11]; 2(2):1-7. Available from: https://www.opastonline.com/wp-content/uploads/2018/08/intestinal-angioedema-case-report-and-literature-review-jgds-18.pdf.

Ferreira ZMCC, Silva AGS, Morel FDM, Freitas MAV, Araújo-Neto I, Bezerra FL, et al. Intestinal angioedema: case report and literature review. J Gastro Dig Sys [Internet]. 2018 Aug [cited 2018 Sep 11];2(2):1-7. Available from: https://www.opastonline.com/wp-content/uploads/2018/08/intestinal-angioedema-case-report-and-literature-review-jgds-18.pdf.

7.2.2 Referência de livro em parte

7.2.2.1 Livro em parte com autoria própria

Uchoa AC. Vivendo a medicina e contando estórias do coração. In: Vasconcelos ME, Frota LH, Simon E, organizadores. Perplexidade na universidade: vivências no curso de nutrição. São Paulo: Hucitec; 2006. p. 31-40.

7.2.2.2 Livro em parte sem autoria própria

Souza SME. Um outro olhar: filosofia. São Paulo: FTD; 1995. Capítulo 11, Liberdade: há limites para o ser humano?; p. 192-207.

- Livro em parte quando é utilizada apenas uma figura da obra

Thibodeau GA, Patton KT. Anatomia e fisiologia. 5. ed. Sta Louis (MO): Mosby; c2003. Figura 6-13, Onicólise; p. 179.

- Obra com tradutor

Ouaknin M-A. Biblioterapia. Campanério NN, tradutor. São Paulo: Loyola; 1996.

7.2.2.3 Bibliografia

As bibliografias são coleções de referências à literatura feita para um propósito específico, de modo a reunir referências sobre um assunto específico ou por um autor particular[3].

- Bibliografia no todo

Brasil. Biblioteca Nacional. Bibliografia do folclore brasileiro [bibliografia]. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações; 1971. 148 p.

Grayson L, compiler. Animals in research: for and against [bibliography]. London: British Library; c2000. 320 p.

- Bibliografia digital

Brasil. Ministério da Ciência e Tecnologia; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Bibliografia Brasileira de Ciência da Informação: (1980-1983) [Internet]. Brasília; 1986 [acesso em 18 Jan 2011]. v. 6. 415 referências. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1012/8/Bibliografia%20brasileria%20de%20Ci%C3%AAncia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%2019801983.%20v.6.pdf.

7.3 TRABALHOS ACADÊMICOS

7.3.1 Referência no todo

Lipinski JM. A assistência de enfermagem à mulher que provocou aborto discutido por enfermeiros em busca de uma assistência humanizada [dissertação]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, UFSC; 2000.

Sarmento BR. A qualidade ambiental de espaços livres em campi: um estudo na UFPB e UFRN sob a ótica da avaliação pós-ocupação [tese]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2017.

7.3.2 Referência em parte (capítulo)

Silva LA. Clara Nunes como obra de arte: a epistemologia das ciências humanas a partir da cultura musical. 2013 [Tese]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. 143 f. Capítulo 1, Clara mestiça: considerações históricas sobre uma arte híbrida; p. 8-22.

7.4 TRABALHOS APRESENTADOS EM EVENTOS

7.4.1 Referência no todo

Biblioteconomia, Ciência e Profissão. 26º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. 21-24 Jul 2015; São Paulo. São Paulo, 2015.

7.4.2 Referência em parte

Orlando Filho J. Profilaxia da infecção em cirurgia. Anais do 11º Congresso Brasileiro de Urologia; 20-22 Ago 1961; Rio de Janeiro, Brasil. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Urologia; 1962. p. 219-33.

7.5 PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

É importante destacar algumas observações:

a. que somente a primeira letra do título do artigo de periódico deve estar em maiúscula; diferentemente da ABNT, os títulos não deverão ser destacados;

b. os títulos dos periódicos devem ser abreviados pela lista de periódicos da *Index Medicus* (http://www2.bg.am.poznan.pl/czasopisma/medicus.php?lang=eng). Após o título, coloca-se um ponto para separá-lo do ano;

c. para abreviar os títulos de periódicos nacionais e latino-americanos, acesse o *site* http://portal.revistas.bvs.br. Os pontos da abreviatura devem ser retirados, com exceção do último ponto, que serve para separar do ano.

Acta microbiol virol immunol.

Br j cardiol.

Lancent.

Rev bras anestesiol.

7.5.1 Artigo de Revista

7.5.1.1 Publicação com autoria

Pitkin RM, Branagan MA, Burmeister LF. Accuracy of data in abstracts of published research articles. JAMA. 1999 Mar 24-31;281(12):1110-1.

Silveira ÉJD, Oliveira JMB, Freitas RA, Galvão HC, Souza EL. Granuloma piogênico. RGO. Jan/Mar 2004;52(1):30-33.

Haas AN, Castro GD, Moreno T, Susin C, Albandar JM, Oppermann RV, et al. A azitromicina como tratamento adjuvante da periodontite agressiva: 12 meses de ensaios clínicos randomizados. J Clin Periodontol. Ago 2008;35(8):696-704.

7.5.1.2 Artigo sem autoria

O segredo de correr na raia certa. Rev ABO Nac. 1999;2(1):2-5.

Cancer in South Africa [editorial]. S Afr Med J. 1994;84:15-28.

7.5.1.3 Número com suplemento

Arbos KA, Freitas RJS, Stertz SC, Carvalho LA. Segurança alimentar de hortaliças orgânicas: aspectos sanitários e nutricionais. Ciênc Tecnol Aliment. 2010;30 Supl 1:215-220.

7.5.1.4 Volume com suplemento

Fernandes PT, Noronha ALA, Araújo U, Cabral P, Pataro R, Boer HM, et al. Percepção de professores sobre epilepsia. Arq Neuro-Psiquiatr. 2007;65(Supl 1):28-34.

7.5.1.5 Número sem indicação de volume

Nunes ED. As Ciências Sociais em Saúde: reflexões sobre as origens e a construção de um campo de conhecimento. Saúde Soc. Mar 1992;(1):59-84.

7.5.1.6 Sem a indicação de volume e número

Lotze MT. Molecular biology and clinical applications to cancer. Curr Opin Gen Surg. 1994;245-54.

7.5.1.7 Volume com parte

Abend SM, Kulish N. The psychoanalytic method from an epistemological viewpoint. Int J Psychoanal. 2002;83(Pt 2):491-5.

7.5.1.8 Artigo publicado com correções

Meyaard L, et al. The epithelial celular adhesion molecule (Ep-CAM) is a ligand for the leukocyte-associated immunoglobulin-like receptor (LAIR). Journal of Experimental Medicine. 2003;198(7):1129. Corrigido e republicado do: J Experimental Med. 2001;194(1):107-112.

7.5.1.9 Artigo publicado com errata

Breadie MJ, Dichter MA. Antiepileptic drugs. N Engl J Med. 1996;334:168-75. Errata em: N Engl J Med. 1996;334:479.

Secretaria de Estado da Saúde (São Paulo). Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Pesquisas indicam pequena participação dos médicos no incentivo à vacina contra influenza. Rev Saúde Pública. 2004;38(4):607-8. Errata em: Rev saúde pública. 2004;38(5):1.

7.5.1.10 Artigo contendo retratação

Reichembach MT. A refeição em família: um lugar de encontro entre a história da alimentação e da enfermagem. Cogitare Enferm. 2005;10(3):86. Retratação de: Reichembach MT. Cogitare Enferm. 2004;9(2):53-65.

7.5.1.11 Referência de uma ilustração (figuras, quadro, tabelas) do artigo

Silva Filho AL, Carvalho JP. Ginecologia oncológica como área de atuação. Rev bras ginecol Obstet. Jan 2016;38(1):1-3. Tabela 1, Incidência dos cânceres ginecológicos no Brasil – Estimativa 2014; p. 2.

Navajas AF, Blascovi-Assis SM. Avaliação do comportamento motor de crianças entre zero a 12 meses incompletos em região periférica na cidade de Santos. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. Set/Dez 2016;27(3):246-53. Figura 1, Distribuição das crianças nos grupos avaliados; p. 249.

7.5.1.12 Título da revista publicado em dois idiomas

Canadian Family Physician = Medecin de Famille Canadien. Mississauga (ON): College of Family Physicians of Canada. Vol. 13, No. 7, Jul 1967 -   . English, French.

7.5.1.13 Artigo com indicação na PubMed

Amalberti R, Auroy Y, Berwick D, Barach P. Five system barriers to achieving ultrasafe health care. Ann Intern Med. 2005 May 3;142(9):756-64. Cited in: PubMed; PMID 15867408.

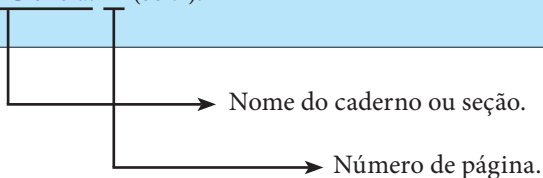
7.5.1.14 Artigo com paginação em números romanos

Fisher GA, Sikic BI. Drug resistance in clinical oncology and hematology. Introduction. Hematol Oncol Clin North Am. 1995 Apr;9(2):xi-xii.

7.5.1.15 Artigo de revista tendo como autor uma organização

The cardiac Society of Autralia and New Zeland. Clinical exercise stress testing safety and performance guidelines. Med J Aust. 1996;144(5):288-4.

7.5.2 Artigo de Jornal

7.5.2.1 Artigo com autoria

7.5.2.2 Artigo sem autoria

Ministério da Saúde faz auditoria e descobre que 15% dos mamógrafos do país estão sem uso e 85% são mal distribuídos. O Globo. 22 Jun 2011; Saúde: 3.

Major decline in U.S. deaths is recorded. New York Times (Washington Final). 2006 Apr 20;Sect. A:14(col. 6)

7.6 RELATÓRIO CIENTÍFICO OU TÉCNICO

Rocha PM, Uchoa AC, Souza ECF, Rocha ML, Escoda MSQ, Rocha NSPD, Pinheiro TXA. Projeto de expansão e consolidação saúde da família (PROESF) estudo de linha de base (pesquisa avaliativa): lote 1 – nordeste (21 municípios da Bahia, Ceará e Sergipe. Natal: NESC; 2005. 2 vol. Relatório Nº.: 5003/2004.

Organização Mundial da Saúde. Assistência ao parto normal: um guia prático. Genebra; 1996. Relatório Nº.: 45.

7.7 PATENTE

São considerados elementos essenciais: a entidade responsável e/ou autor, título, número da patente e datas (do período de registro).

- Impresso

Embrapa. Unidade de Apoio, Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária (São Carlos, SP). Paulo Estevão Cruvinel. Medidor digital multissensor de temperatura para solos. BR n. PI 8903105-9. 30 Maio 1995.

- Formato eletrônico

Carrara S, inventor. Recipiente e tampa isolantes térmicos para transporte de produtos perecíveis diversos [Internet]. BR patente PI0204891-4. 17 Jun 2003. [acesso em 9 Nov 2010]. Disponível em: http://www.patentesonline.com.br/recipiente-e-tampa-isolantes-termicos-paratransporte-de-produtos-pereciveis-diversos-160738.html.

7.8 DOCUMENTOS JURÍDICOS

Os documentos jurídicos utilizam um sistema único de citação, diferentemente do que ocorre na área biomédica. Esse estilo de referência é descrito em detalhes em *O Bluebook: um sistema uniforme de Citação*, essa publicação orienta os pesquisadores em como devem ser as normas seguidas nos Estados Unidos.

O requisito Vancouver representa os padrões de documentos seguidos nos Estados Unidos e não se enquadra nas informações e estruturas das leis brasileiras, ele não pode ser aplicável aos documentos de outros países. Recomenda-se, assim, ao referenciar os documentos jurídicos, utilizar a NBR 6023/2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

7.8.1 Legislação

7.8.1.1 Constituição

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado; 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. **Lex:** legislação federal e marginália, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

7.8.1.2 Leis e decretos

BRASIL. Lei nº 8.926, de 9 de agosto de 1994. Torna obrigatória a inclusão, nas bulas de medicamentos, de advertência e recomendações sobre o uso por pessoas de mais de 65 anos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, v. 132, n. 152, p. 12037, ago. 1994. Seção 1, pt. 1.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 8.617 de 4 de janeiro de 2005. Reconhece como de Utilidade Pública a Associação de Assistência ao Diabético e Hipertenso em Mossoró – AADHM, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**: Natal, n. 10.896, 5 jan. 2005. p.1.

BRASIL**. Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015.** Regulamenta o disposto no § 1ª do art. 9ª-C e no § 1ª do art. 9ª-D da Lei nª 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 23 mar. 2015. Seção 1, p. 10.

7.8.1.3 Portarias

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.524, de 19 de outubro 2006. Institui a Comissão de Ética do Ministério da Saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 202, p. 1, 20 out. 2006.

7.8.1.4 Resoluções

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196/96, de 10 de outubro 1996. Resolve Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, n. 201, p. 130, 10 out. 1996.

7.8.1.5 Medida provisória

BRASIL. Medida Provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 29514, 14 dez. 1997.

7.8.1.6 Jurisprudência (decisões judiciais)

- Compreende súmulas, enunciados, acórdãos, sentenças e demais decisões judiciais.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 14. *In*: BRASIL. **Súmulas.** São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 1994. p. 16.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. Apelação cível nº 94.01.12942-8-RO. Apelante: Ilen Isaac. Apelada: União Federal. Relator: Juiz Flávio Dino. Rondônia, 25 de agosto de 2000. **Lex:** jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 12, n. 136, p. 223-225, dez. 2000.

Silva, José Afonso da**. Direito Ambiental Constitucional.** 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

7.9 DOCUMENTOS NÃO PUBLICADOS

7.9.1 Artigo não publicado

Fonseca JCF. História natural da hepatite crônica B. Rev Soc Bras Med Trop. No prelo 2009.

Alves SLM, Gonçalves FN, Pires R, Vicente LLM, Decima TG. Mineração Sustentável. No prelo 2007.

7.9.2 Documentos apresentados em eventos como cartazes e papers

Castro CM. O secundário: esquecido em um desvão do ensino? Resumo. In: Anais do 1º Seminário Internacional de Avaliação da Educação; 17 a 22 agosto de 1995; Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio; 1995. p. 133-50.

Dayhoff JE, DeLeo JM. Redes neurais artificiais: abrindo a caixa preta. In: Conferência sobre Fatores Prognósticos e Estadiamento no Manejo do Câncer: Contribuições de Redes Neurais Artificiais e Outros Métodos Estatísticos; De 27 a 28 de setembro de 1999; Arlington, VA. Atlanta (GA): American Cancer Society; 2001. p. 1615-35. (Cancer; vol. 91, nº 8, supl.).

7.9.3 Documentos pessoais, cartas e comunicação pessoal

Santos P. (São Paulo, SP). Carta para: M. Silva (Porto Alegre, RS). 27 Jun 1999. 3 folhas. Solicita informação sobre linha de pesquisa da Faculdade de Agronomia da UFRGS.

Reed, Walter (Army Medical Museum, Washington, DC). Letter to: W. S. Halstead (Johns Hopkins Hospital, Baltimore, MD). 1985 Apr 10. 1 leaf. Located at: Modern Manuscripts Collection, History of Medicine Division, National Library of Medicine, Bethesda, MD; MS F 200.

7.9.4 Manuscrito

Um manuscrito é qualquer tipo de trabalho (escrito à mão ou digitado) que não foi publicado.

Roelas y Paz ML. Estímulos del Espírito Santo. 1729. 83 p. Localizado em: Coleção de manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro; C 131.

Wiprud T. O versátil Dr. Thornton. 1976. 86 p. Localizado em: Coleção de Manuscritos Modernos, Divisão de História da Medicina, Biblioteca Nacional de Medicina, Bethesda, MD; MS C 305.

7.9.5 Notas de aula

Cloe J. The normal distribution [Lecture notes on internet]. Melbourne: Monash University, Faculty of Medicine, Nursing and Health Sciences; 2012 [cited 2012 Jun 26]. Available from: http://moodle.vle.monash.edu.au.

Lima KC. Objetivos e/ou questões de pesquisa: especificando o problema [Anotações de sala de aula na Disciplina de Saúde Pública]. Natal: Mestrado de Odontologia Preventiva e Social – UFRN; 2004.

7.10 DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

As referências devem obedecer aos moldes indicados para os documentos monográficos, acrescentando as informações técnicas sobre escalas entre outras como latitudes, longitudes e meridiano.

7.10.1 Mapa

Instituto Geociências Aplicadas (MG). Alagoas [mapa]. Belo Horizonte: IGA; 1983. Escala: 1:50,000; 64,5 x 84,5 cm.; cor.

Buchholz D, cartógrafo. Mapa de ruas, San Diego, área sul [mapa]. Oceanside (CA): Global Graphics; 2000. 1 folha: 1:45,000; 89 x 68,5 cm.; cor.

7.10.2 Atlas

Bontrager K, editor. Manual prático de técnicas e posicionamento radiográfico [atlas]. 7. ed. São Paulo: Elsevier; 2010.

7.11 MATERIAL AUDIOVISUAL

7.11.1 Videocassete

Práticas em inteligências múltiplas [videocassete]. São Paulo: ATTA; 1999. 1 videocassete: 60 min., som, cor, 1/2 pol.

7.11.2 Fitas cassetes

Fagner R. Revelação [fita cassete]. Rio de Janeiro: CBS, 1998. 1 fita cassete: 60 min, estéreo.

7.11.3 Filme

Jogos e brincadeiras aquáticas com material não-convecional [filme]. Produtor: Wagner Domingos Fernandes. Rio de Janeiro: Sprint; c2003.

O nome da Rosa [filme]. Direção: Jean-Jacques Annaud, Produção: Bernd Eichinger. Frankfurt (DE): Constantin Film; 1986. 1 fita cassete: 130 min., som, cor.

7.11.4 *Slide*

Doença de Chagas [diapositivo]. São Paulo: Audiovis; 1992. 36 diapositivos, color.

7.12 DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

São documentos bidimensionais, tais como original e reprodução da obra de arte, fotografia, desenho técnico, transparência etc.

7.12.1 Fotografia

Kobayashi K. Doença dos xavantes. [S. l.]. 1980. [fotografia]: preto e branco, 8 x 10 plo.

7.12.2 Cartaz

Couto J. Cantinho da leitura: ateliê arte amiga [poster]. São Paulo: [data desconhecida]. 1 cartaz: color, 30 x 25cm.

7.12.3 Folder

Centro de Qualidade em Horticultura. Classificação da uva rústica *vitis labrusca L* [folder]. Curitiba: Ceasa; [2006?]. 1 impressão: color.

7.13 PUBLICAÇÕES EM FORMATO ELETRÔNICO

7.13.1 Livro no todo

Carvalho JS. Redes e comunidades: ensino-aprendizagem pela Internet [Internet]. São Paulo: Instituto Paulo Freire; 2011 [acesso em 20 Fev 2012]. Disponível em: http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/referencias-bibliograficas/redes-ecomunidades-ensino-aprendizagem-pela-internet.

Patrias K. Citando medicina: o guia de estilo NLM para autores, editores e editores [Internet]. 2. ed. Wendling DL, editor técnico. Bethesda (MD): Biblioteca Nacional de Medicina (EUA); 2007 - [atualizado em 2 Out 2015; acesso em 22 Out 2017]. Disponível em: http://www.nlm.nih.gov/citingmedicine.

Anderson SC, Poulsen KB. Anderson's electronic atlas of hematology [CD-ROM]. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins; 2002. 1 CD-ROM: sound, color, 4/3 in.

Subbarao M. Tough cases in carotid stenting [DVD]. Woodbury (CT): Cine-Med, Inc.; 2003. 1 DVD: sound, color, 4 3/4 in.

7.13.2 Partes de livro

Folha de fato: os recursos de informação de AIDS [Internet]. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US); Bethesda (MD): National Library of Medicine (EUA); 2003 May 2 [atualizado em 14 Jul 2005; acesso em 15 Nov 2006]. [cerca de 3 telas]. Disponível em: http://www.nlm.nih.gov/pubs/factsheets/aidsinfs.html.

Silva RS. A transculturação dos conquistadores: Abel Posse e a trilogia do descobrimento [Internet]. Natal: EDUFRN; 2017. Capítulo 3, Colombo e as utopias; p. 109-135. [acesso em 3 Ago 2017]. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23673.

Morais ACS, Pereira WEN. Emprego formal na indústria das cidades médias do Nordeste: localização e urbanização. In: Pereira WEN, Silva MLS, Apolinário V, Macedo LD, organizadores. Recortes analíticos sobre emprego formal, cidades médias e políticas públicas no Nordeste [Internet]. Natal: EDUFRN; 2016. [acesso em 2 Dez 2016]. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23541/1/recortes_analiticos_final.pdf.

7.14 TRABALHOS ACADÊMICOS

7.14.1 Referência no todo

Souza LL. Padronização e flexibilidade: proposta de um edifício tipo para uma escola técnica profissionalizante [dissertação]. [Natal]: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2012. 176 p. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12434.

7.14.2 Referência em parte

Lira LQ. Efeito do estado nutricional bioquímico de retinol e alfa tocoferol sobre seus níveis em lactantes [dissertação]. [Natal]: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2011. 75 p. Capítulo 1, Vitamina A; p. 13-5. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12581.

7.14.3 Trabalho acadêmico acompanhado por um CD-ROM

Lukasik-Sedmak DM. How to develop an interactive MRI brain cross-sectional anatomy CD-ROM and Web-based educational materials to meet the needs of medical imaging specialists working in magnetic resonance imaging [dissertation]. [Milwaukee (WI)]: Cardinal Stritch University; 2002. 113 p. Accompanied by: 1 CD-ROM.

7.15 ORGANIZAÇÃO OU SOCIEDADE COMO AUTOR

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2009 [acesso em 3 Jun 2014]. 64 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023/2002: informação e documentação: referências – elaboração [Internet]. Rio de Janeiro: 2002 [acesso em 22 Set 2015]. Disponível em: www.abntcatalogo.com.br/.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Prevenção ao bullying também deve ocorrer em consultórios pediátricos [acesso em 12 Ago 2017]. Disponível em: http://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/sociedade-brasileira-de-pediatria-divulga-orientacoes-para-prevenir-o-bullying-entre-criancas-e-adolescentes/.

7.16 ARTIGO DE REVISTA

7.16.1 Partes de revistas

Lucena AR, Velasco e Cruz AA, Cavalcante R. Estudo epidemiológico do tracoma em comunidade da Chapada do Araripe – Pernambuco – Brasil. Arq Bras Oftalmol [Internet]. Mar/Abr 2004 [acesso em 4 Jul 2004];67(2):197-200. Disponível em: http://www.abonet.com.br/abo/672/197-200.pdf.

- Quando a paginação do artigo não é fornecida (em geral, isso ocorre), calcula-se o tamanho do artigo, usando, por exemplo: número aproximado de páginas (cerca de), (*about* 5 p.), telas (*screen* ou telas), parágrafos ou tamanho do arquivo.

Boclin R. Avaliação de docentes do ensino superior: um estudo de caso. Ensaio: Aval. pol. públ. educ. [periódico na internet]. Out 2004. [acesso em 3 Out 2004];9(4):[cerca de 4 telas]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104.

7.16.2 Artigo de revista incluindo a estação do ano

Withers R, Casson R, Shrimplin A. Narrowcasting to faculty and students: creating an efficient "research by subject" page. Electron J Acad Spec Librariansh [Internet]. 2005 Winter [cited 2005 Dec 28];6(3):[about 11 p.]. Available from: http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v06n03/withers_r01.htm.

7.16.3 Artigo com DOI (Digital Object Identifier)

Aguiar F, Rech RES, Kock KS. Intervenção fisioterapêutica em adultos roncadores. Fisioter Mov [Internet]. Mar 2010 [acesso em 29 Jun 2011];23(1):11-23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-51502010000100002&lng=pt doi: 10.1590/S0103-51502010000100002.

7.16.4 Artigo com indicação na PubMed

Desai MH, Rutan RL, Herndon DN. Conservative treatment of scald burns is superior to early excision. J Burn Care Rehabil. 1991;12(5):482-4. PubMed: PMID1752885.

7.16.5 Artigo em CD-ROM

Kauffman CA, Bonilla HF. Tendências da resistência aos antibióticos com ênfase no VRE. FPR [CD-ROM]. Out 1998;20(10):[cerca de 5 telas].

7.16.6 Artigo de jornal

Silva Y. Confidência a uma ilustre ausente. Tribuna do Norte [Internet] 20 Ago 2015 [acesso em 2015 Ago 20]; Viver: [cerca de 1p]. Disponível em: http://tribunadonorte.com.br/

Castro D. Projeto obriga emissoras a exibir filmes nacionais [Internet]. A Folha de São Paulo. 10 Jan 2001 [acesso em 25 Jan 2001]. Disponível em: http://www.uol.com.br/fsp/ilustrad/inde10012001.htm.

7.17 PARTE DE *HOMEPAGE/WEB SITE*

Literatura científica e técnica da América Latina e Caribe [Internet]. São Paulo: BIREME; 1982 [atualizado em 11 Ago 2017; acesso em 19 Set 2017]. Disponível em: http://lilacs.bvsalud.org/.

7.18 BANCO DE DADOS

Birema. LILACS: Revisão sistemática [Internet]. São Paulo: OPAS, OMS; 2018 [atualizado em 1 Out 2018; acesso em 5 Out 2018]. Disponível em: http://lilacs.bvsalud.org/.

7.19 LISTA DE DISCUSSÃO

Cunha MB. Elsevier pretende facilitar o acesso livre [lista de discussão na Internet]. Brasília; 2009 [acesso em 18 Jan 2012]. [aproximadamente 3 telas].

REFERÊNCIAS

1 International Committee of Medical Journal Editors. Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals: Writing and Editing for Biomedical Publication [Internet]. 2011. [cited 2014 July 2] Available from: http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html.

2 Savi MGM, Burg HS. Como elaborar referências bibliográficas, segundo o estilo de Vancouver [Internet]. Florianópolis: UFSC; [adaptado em 22 Out 2013; acesso em 8 Dez 2014]. Disponível em: http://www.bu.ufsc.br/ccsm/vancouver.html#pagina.

3 Patrias K. Citing medicine: the NLM style guide for authors, editors, and publishers [Internet]. 2nd ed. Wendling DL, technical editor. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US); 2007 - [updated 2015 Aug 11; cited 2014 Nov 11]. Available from: http://www.nlm.nih.gov/citingmedicine.

INICIANDO A PESQUISA

Clélia de Oliveira Lyra
Evânia Leiros de Souza
Nilma Dias Leão Costa

Depois da preparação da leitura em torno do tema escolhido, é hora de definir a pesquisa por meio de um "... procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento", conforme Ander-Egg[1(p48)].

Em geral, a investigação científica objetiva a geração de novos conhecimentos, e a pesquisa na área da Saúde, em particular, tem uma grande relevância social pelos próprios objetos de estudo que contempla. Nesse sentido, pesquisar implica gerar conhecimentos que visam ao bem-estar do ser humano e a uma melhor qualidade de vida. Diante disso, é importante enfatizar o componente ético dos processos investigativos.

A pesquisa constitui um ato dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento. No entanto, para que a pesquisa receba a qualificação de científica, é preciso utilizar os métodos e as técnicas adequados. Isso implica assumir que o primeiro objetivo do pesquisador é a operacionalização de técnicas de investigação que tenham contribuído para a socialização do saber e para o desenvolvimento da consciência crítica. Além disso, deve-se buscar, na prática do cotidiano, informações, revisão de experiências, habilidades e competências, com vistas a descobrir novos fatos e fenômenos, bem como discutir questões práticas sob o olhar científico, de acordo com Souza[2].

Para a realização de uma pesquisa científica, é importante fazer uma avaliação da proposta inicial, considerando: interesse pessoal; relevância social da investigação a ser feita; viabilidade política e técnica; criatividade e ética.

Fazer pesquisa é defender uma ideia, fundamentando-a com referências criteriosas. Minayo[3(p47)] alerta ainda que a atividade de pesquisa deve ser marcada pelo quadro teórico que o pesquisador adota, considerando sua visão de mundo e compromisso social, assim como pelos limites do conhecimento, próprios de seu tempo em todas as fases de sua realização.

O pesquisador deve estar atento a todas as etapas do processo de investigação, visto que, mesmo na organização inicial das informações sobre um dado tema, pode haver uma predominância de determinados fatores, aspectos ou circunstâncias de maior interesse, que justifiquem o prosseguimento do estudo.

Portanto, a avaliação crítica das informações disponíveis pode sugerir pontos controvertidos e outros ainda não devidamente investigados: trata-se das lacunas do conhecimento a serem pesquisadas. Nesse caso, o passo seguinte consiste em programar o novo estudo, visando à geração de dados convincentes sobre o tema.

Para se realizar uma pesquisa, são necessárias seis etapas conforme Drumond, Silva, Coutinho[4]:

- definição da questão a ser pesquisada;
- esboço inicial do protocolo;
- teste, revisão e elaboração final do protocolo;
- desenvolvimento do estudo;
- análise dos resultados;
- extração e disseminação das conclusões.

A questão a ser pesquisada deve ser explicitada de maneira clara e concisa. As características de uma boa questão podem ser resumidas em cinco itens: (1) ser factível; (2) mostrar-se interessante; (3) abordar novo aspecto referente à temática; (4) encontrar-se dentro dos princípios da ética; (5) apresentar relevância.

A elaboração do protocolo representa o arcabouço do projeto em um processo dinâmico. Nessa etapa, são acrescidos novos aspectos e contextos às partes constitutivas da pesquisa. A finalidade do protocolo é planejar um estudo factível e econômico, que, ao final, possa oferecer uma resposta válida à questão de pesquisa. Os itens que devem constar em um protocolo de pesquisa estão enumerados a seguir.

Quadro 1 – Principais itens de um Protocolo de Pesquisa

1.	Objetivos gerais e específicos.
2.	Critério de seleção de indivíduos (compreende critérios de inclusão e exclusão).
3.	Método de avaliação dos indivíduos (técnicas de aferição).
4.	Planejamento da pesquisa (período da coleta de dados, metodologia de seleção dos sujeitos, treinamento da equipe, instrumentos utilizados para coleta de dados: questionário padronizado ou validado, formulário, equipamento).
5.	Aspectos éticos (inclui Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa).
6.	Estimativa do tamanho da amostra.
7.	Análise dos dados (implica a escolha do sistema de computação para a apuração e consolidação dos dados, bem como a análise estatística que inicialmente será descritiva, representando os dados em uma distribuição de frequência e em tabelas/gráficos. Posteriormente, faz-se uma análise analítica ou indutiva para verificar associação causal).
8.	Cronograma de execução (devem estar apresentadas todas as fases da pesquisa, que inclui desde a escolha do tema até a redação final do texto por meio do qual a pesquisa será tornada pública).
9.	Orçamento (inclui todos os gastos utilizados na pesquisa, independente da origem dos recursos financeiros).

Fonte: Adaptado de Drumond, Silva, Coutinho[4 (p145)]

Para a elaboração das conclusões, deve-se levar em conta que sua disseminação se refere ao processo de discussão e publicação dos resultados como um todo. Os pesquisadores necessitam rever, criticamente, o planejamento e os achados e apresentá-los com informações suficientes, de modo que os leitores tenham elementos para avaliá-los de forma apropriada.

Segundo Drumond, Silva, Coutinho[4(p145)], a redação final de uma pesquisa obedece aos itens costumeiros, quais sejam:

1 Resumo	– Síntese da pesquisa realizada.
2 Introdução	– Como começou a pesquisa
3 Objetivos	– O que se fez?
4 Procedimentos metodológicos	– Como se fez?
5 Resultados	– O que se encontrou?
6 Discussão	– O que isso significa?
7 Conclusões	– Qual foi a lacuna da literatura preenchida?

8.1 TIPOS DE PESQUISA

É indispensável utilizar três critérios para identificar a natureza metodológica do trabalho científico: (1) quanto ao objetivo; (2) quanto aos procedimentos; (3) quanto à coleta de dados[5].

8.1.1 Quanto aos objetivos

a) Pesquisa descritiva: relaciona fatos ou características de um grupo de pesquisa. O pesquisador busca não interferir nos fatos, e os resultados podem ser quantitativos ou qualitativos.

b) Pesquisa explicativa: identifica os fatores e determina a ocorrência dos fenômenos. Esse tipo de pesquisa é mais utilizado nas ciências naturais.

c) Pesquisa exploratória: estabelece um primeiro contato com o tema e visa à criação de uma maior familiaridade em relação ao fato ou fenômeno.

8.1.2 Quanto aos procedimentos

a. Pesquisa bibliográfica: busca de fontes secundárias, desenvolvidas a partir de fontes já publicadas. "É o levantamento de um determinado tema, processado em bases de dados nacionais e internacionais que contêm artigos de revistas, livros, teses e outros documentos"[6(p2)].

b. Pesquisa documental: busca de fontes primárias, ou seja, documentos que não receberam tratamento analítico ou não foram publicados.

c. Pesquisa experimental: o pesquisador interfere diretamente nas variáveis em estudo, procurando explicar as causas dos eventos.

d. Pesquisa *ex-pos-facto*: trata-se de um tipo de pesquisa experimental, que trabalha com o fato já ocorrido. O pesquisador não tem controle sobre as variáveis independentes. E por isso, identifica as situações que se desenvolveram naturalmente, trabalhando como se estivessem submetidas a controle.

e. Estudo de caso: é um tipo de estudo em que o pesquisador tem que dominar o assunto completamente, até esgotar todas as fontes de pesquisa.

8.1.3 Quanto ao levantamento dos dados

a. Pesquisa bibliográfica: recorre a fontes primárias e/ou secundárias, mas não apresenta, por exemplo, geração de dados em campo.

b. Pesquisa de campo: trabalha no levantamento de dados no local onde os fenômenos acontecem.

c. Pesquisa de laboratório: realiza-se de forma controlada, em laboratório específico.

8.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para se fazer qualquer investigação acadêmica. Ela se faz especialmente importante na etapa de planejamento. Nesse sentido, Macedo[5(p13)] afirma que "... a pesquisa bibliográfica precisa ser subsidiada por um planejamento de trabalho e pela adoção de critérios para facilitar, posteriormente, a redação da monografia".

Na elaboração de uma pesquisa, devem ser levados em consideração o planejamento, a leitura, o fichamento e a sua execução, devendo observar as seguintes fases.

1ª fase: escolha e delimitação do tema

- Habilidade para trabalhar com esse assunto;
- Relevância do tema;
- Existência de bibliografia;
- Delimitação do objeto da pesquisa no tempo e no espaço geográfico.

2ª fase: levantamento bibliográfico

- Utilizar os serviços de levantamento oferecidos pelas bibliotecas;
- Consultar as bibliotecas virtuais;
- Consultar os documentos de fontes primárias e secundárias.

3ª fase: seleção e fichamento da bibliografia

- Ler sistematicamente e fazer apontamentos;
- Registrar as ideias dos autores em citações diretas ou não;
- Dar preferência ao tipo de fichamento de documentação e temático.

4ª fase: elaborar e redigir o trabalho (Introdução, Desenvolvimento e Conclusão).

A iniciação científica é um processo indispensável para socialização e integração do estudante no processo de pesquisa, percorrendo as etapas da construção e os caminhos da pesquisa. Conclui-se que ela implica em um conjunto ordenado de procedimentos para fundamentar teoricamente o objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

1 Ander-Egg E. Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales. 4. ed. Buenos Aires: Ed. Hvmanitas; 1974.

2 Souza EL. O ensino requerido pela nova universidade. Rev. Saúde. 2001;15(1):1.

3 Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. rev. São Paulo: Hucitec; 2006. 406 p.

4 Drummond JP, Silva E, Coutinho M. Medicina baseada em evidências: novo paradigma assistencial e pedagógico. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu; 2002.

5 Macedo ND de. Iniciação à pesquisa. 2. ed. São Paulo: Loyola; 1994.

6 Neves LMB, Jankoski DA, Schnaider MJ, organizadores. Neves. Tutorial de Pesquisa Bibliográfica Este Tutorial faz parte da programação de treinamentos da Biblioteca de Ciências da Saúde – Sede Serve como material de apoio e não possui fins lucrativos [Internet]. 2013 [acesso em 8 Mar 2016]. Disponível em: http://www.portal.ufpr.br/pesquisa_bibliogr_bvs_sd.pdf.

PESQUISA EPIDEMIOLÓGICA

Clélia de Oliveira Lyra
Nilma Dias Leão Costa
Tatyana Maria Silva de Souza Rosendo

A pesquisa epidemiológica é empírica, baseada na coleta sistemática de informações sobre eventos ligados à Saúde em uma população definida e na quantificação desses eventos, assinalam Bloch, Coutinho[1].

Os principais componentes metodológicos na pesquisa epidemiológica constituem-se nos critérios de seleção da população de estudo de forma probabilística, nos de definição da doença (critérios de diagnóstico) e de tipo de estudo (delineamento ou desenho de estudo), além da análise das informações com base em recursos estatísticos.

A seguir, apresentam-se os itens que devem fazer parte do método em epidemiologia.

a. Tipo de estudo: descrição do desenho de estudo utilizado cujo delineamento é decidido em função da pergunta de pesquisa e dos objetivos do estudo.
b. População de estudo: determinação do tamanho amostral, descrição da população de estudo e da área geográfica.
c. Aspectos éticos: submissão do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa e explicitação de como as informações serão repassadas aos participantes.
d. Coleta de dados: informações sobre os instrumentos (questionários) e as estratégias de coleta de dados.
e. Análise dos dados: construção de banco de dados, indicadores e/ou forma de análise dos dados com descrição detalhada da estatística utilizada.

9.1 DESENHOS DE ESTUDOS EPIDEMIOLÓGICOS

O processo pelo qual as hipóteses conceituais são transformadas em hipóteses operacionais é intermediado pelos desenhos de estudos. Os tipos de estudos epidemiológicos, bem como a sua estrutura e os seus objetivos, estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Demonstração dos tipos, estrutura e objetivos de estudos epidemiológicos

TIPOS DE ESTUDOS EPIDEMIOLÓGICOS	ESTRUTURA E OBJETIVOS DE ESTUDOS EPIDEMIOLÓGICOS
DESCRITIVOS	
✓ Populacionais ou de campo	
✓ Ecológicos ou de base de dados secundária	
✓ Individuais: – relato de casos ou de série de casos – de corte transversal ou de prevalência (cross-sectional)	**Estrutura:** população definida (casos e não casos) **Objetivo:** prevalência
ANALÍTICOS	
✓ De observação	
– casos-controle	**Estrutura:** característcas (casos e controles) **Objetivo:** causa
– de coorte ou de incidência ✓ retrospectivos ✓ prospectivos	**Estrutura:** eventos (grupo específico e grupo controle) **Objetivo:** prognóstico
✓ De intervenção ou experimental	**Estrutura:** amostra = grupo estudado (intervenção) e grupo de controle (não intervenção) resultados **Objetivo:** terapêutico

Fonte: adaptado de Drumond, Silva, Coutinho[2]

9.2 POPULAÇÃO DO ESTUDO

Os estudos epidemiológicos têm como objeto o estudo do processo saúde-doença nas populações. A população de referência do estudo é determinada em função do seu objetivo. Por exemplo: se o objetivo é determinar a prevalência de câncer de próstata no município de Natal, RN, Brasil, no ano de 2010, podemos dizer que a população de referência do estudo seria composta por todos os homens na faixa etária adulta desse município, no referido ano. Como, do ponto de vista operacional, seria praticamente impossível examinar todos os homens com essas características para identificar a ocorrência de câncer de próstata, faz-se necessário selecionar indivíduos que representem essa população compondo uma amostra, a partir da qual serão coletados os dados e geradas as informações.

A amostragem (forma de compor uma amostra) vai depender do delineamento do estudo. De maneira geral, a amostragem probabilística ou aleatória – aquela em que a escolha dos elementos amostrais é feita por sorteio, permitindo que todos os sujeitos da população tenham oportunidade de participar da amostra – possibilita que seus resultados sejam generalizados, por intermédio de métodos estatísticos para a população de referência. O ponto crucial em relação à amostra é que ela seja representativa da população de referência e que seu tamanho seja o suficiente para permitir as estimativas populacionais. Informações adicionais de amostragem podem ser obtidas em livros específicos de Epidemiologia e de Bioestatística[3,4].

9.3 ASPECTOS ÉTICOS

Por se tratarem de pesquisas realizadas em seres humanos, as pesquisas epidemiológicas devem seguir os critérios e as exigências estabelecidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e obedecer às recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) local, onde o projeto de pesquisa deve ser apreciado antes da coleta de dados. Informações adicionais sobre as questões éticas podem ser obtidas no capítulo 13 – Projeto de Pesquisa.

9.4 OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O principal instrumento de coleta de dados em pesquisas epidemiológicas é o questionário. Segundo Klein, Bloch[4(p126)], "... o questionário é um instrumento de coleta de informações que poderá ter seu conteúdo e formato determinado pelas características culturais específicas da população alvo". Ele permite o preenchimento com observações feitas pelos próprios pesquisadores de campo, sem necessariamente dirigir a pergunta ao entrevistado. Nesses casos, diz-se que foram realizadas medidas diretas. Existem algumas informações que podem oferecer alternativas de observação direta ou indireta, podendo-se citar o peso, a altura e a idade. Fazer essas perguntas é uma manobra mais simples comparada à solicitação de um documento que registre a data de nascimento ou confirme as medidas ou ainda fazer a própria aferição do peso e da altura, por exemplo. Todavia, se a primeira alternativa é mais rápida e abrangente, a segunda pode ser mais precisa, ainda que também sujeita a erro.

Segundo esses mesmos autores, há duas formas de aplicação de questionários: os autoaplicados e os aplicados por entrevistadores treinados.

Os autoaplicados são preenchidos pelos próprios entrevistados, que podem receber o questionário por via postal ou por intermédio de um portador treinado para esclarecimentos. Esse tipo de questionário deve apresentar uma linguagem simples, clara, permitindo que o entrevistado compreenda rapidamente o que se está perguntando. Ele pode conter desenhos ou croquis da anatomia humana para que os entrevistados apontem locais de dor ou outros sinais. São também úteis para obter respostas para perguntas embaraçosas, desde que assegure o sigilo, ou seja, a não identificação dos entrevistados. Sobre esse tipo de questionário, Marconi, Lakatos[5] alertaram que, em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução.

Nesse sentido, em estudos na área da Saúde, são preferíveis os questionários aplicados por entrevistadores treinados. Esses profissionais podem ser capacitados para realizar as medidas diretas, seja por observação simples ou com uso de instrumentos específicos, tais como coleta de sangue, exame físico, antropométrico, dentre outros.

> Os questionários podem apresentar questões abertas, fechadas ou mistas. As questões fechadas são aquelas em que as alternativas de resposta já estão explicitadas no questionário. As abertas são aquelas em que não há alternativas preestabelecidas de respostas, portanto, as respostas deverão ser registradas de forma literal com as expressões usadas pelos entrevistados. As questões mistas contêm algumas alternativas preestabelecidas, mas admitem respostas não previstas, tipo: outros, qual? As questões fechadas e em menor grau as mistas são as que oferecem as menores dificuldades para os tratamentos necessários para as análises quantitativas.[6(p199)]

Em estudos epidemiológicos, é mais frequente a aplicação de um questionário de estrutura modular, qual seja: módulo de identificação, de aspectos relacionados à doença em questão, de aspectos relacionados a fatores de exposição, de características socioeconômicas e assim por diante. A distribuição desses módulos e de suas perguntas deve ter uma sequência adequada, fácil de seguir, de modo que, ao longo da entrevista, estabeleça-se uma boa relação entre o entrevistador e o respondente.

Assim, é imperativo evitar perguntas que provoquem algum grau de constrangimento logo no início do questionário (renda, hábitos pessoais, dentre outros). Essas perguntas devem ser distribuídas parcimoniosamente ao longo do questionário, de preferência nos módulos finais. Ao final desse trabalho, é importante realizar um pré-teste com cerca de 10 a 30 entrevistas com indivíduos não participantes do estudo, a fim de avaliar a informação coletada e a viabilidade do questionário (tempo de aplicação, recursos humanos e financeiros), em conformidade com o que afirmaram Marasciulo, Nassar[7].

A propósito, esses autores enfatizaram que o uso do aplicativo Epi-Info para o registro das informações do questionário nas pesquisas clínico-epidemiológicas é muito útil, uma vez que o questionário já foi criado e codificado para a criação da base de dados. Sua digitação é facilitada pela visualização do próprio questionário na tela, diferente de planilhas ou outros geradores de banco de dados. Esse programa é de domínio público e está disponível para *download* no sítio do Centers for Disease Control and Prevention (CDC), em quatro línguas: português, inglês, espanhol e francês*.

---

* Disponível em: https://www.cdc.gov/epiinfo/index.html.

9.5 A ANÁLISE DE DADOS

O tratamento numérico dos fatores investigados se dá por meio de três procedimentos relacionados: mensuração de unidades de observação, estimação de parâmetros populacionais e testes estatísticos de hipótese[1].

a) Mensuração: é a atribuição de valor ou qualidade a cada unidade de observação.

Exemplo de mensuração

A quantificação do peso ao nascer, medido em gramas, é uma medida. A mensuração ocorre quando se qualifica a medida: o peso ao nascer pode ser mensurado em número de crianças que nasceram com baixo peso e com peso adequado. As que apresentam baixo peso são aquelas nascidas com peso inferior a 2,500g, e as com peso adequado nasceram com peso igual ou superior a 2,500g, segundo a Organização Mundial de Saúde.

A mensuração do peso ao nascer, categorizado em baixo peso e peso adequado, pode relacionar-se ao gênero, à idade, ao estado nutricional ou às condições socioeconômicas da mãe.

b. Estimação: processo matemático obtido por meio de uma amostra (estimativa) para representar o valor numérico de determinada variável em uma população (parâmetro). Parâmetro é um número fixo que descreve a população, mas, na prática, não se conhece seu valor. É costume se utilizar um recurso estatístico para estimar o valor de um parâmetro desconhecido.

Exemplo de estimação

Em 2005, durante a 2ª etapa da Campanha Nacional de Vacinação, o Ministério do Desenvolvimento Social, com o apoio do Ministério da Saúde, realizou na região do semiárido brasileiro o inquérito denominado Chamada Nutricional 2005 (BRASIL, 2006). O referido inquérito estudou uma amostra probabilística das crianças menores de cinco anos que compareceram aos postos de vacinação localizados nos municípios que integram essa região. Os municípios do semiárido,

no total de 1.133, estão localizados no norte do estado de Minas Gerais e em todos os estados da macrorregião Nordeste, excetuado o Maranhão. A prevalência da forma crônica da desnutrição é identificada por meio do índice de baixa altura para a idade, que reflete nanismo nutricional. A prevalência de baixa altura para a idade foi de 6,6% para o semiárido brasileiro. Nesse sentido, o que o estudo pretendeu demonstrar foi que, dentre os avaliados, em média, 6,6% das crianças (n= 75) apresentaram baixa altura para a idade. O número 6,6% é uma estatística.

A população sobre a qual a pesquisa deseja tirar conclusões consiste em todas as crianças menores de cinco na região do semiárido brasileiro. Porém, essa proporção é uma estimativa de uma medida relativa ao tamanho populacional do estudo.

O parâmetro de interesse é a percentagem de todas as crianças residentes no semiárido, menores de cinco anos, que apresentaram nanismo nutricional. De fato, não se conhece o verdadeiro valor desse parâmetro, uma vez que é uma estimativa e uma medida relativa.

c) Testes estatísticos de hipótese: avaliam o quanto o acaso pode ser responsável por um resultado encontrado em uma amostra, por meio de testes de inferência estatística.

O procedimento estatístico denominado de teste de hipótese é usado amplamente nas áreas do conhecimento humano em que as variáveis envolvidas estão sujeitas à variabilidade. Nesse sentido, seu objetivo é avaliar a evidência fornecida pelos dados contra uma hipótese nula (H_0), em favor de uma hipótese alternativa (H_1). Para cada situação, muitas hipóteses alternativas poderão ser formuladas, como assinalam Soares, Siqueira[7].

As hipóteses são formuladas em termos de parâmetros populacionais. Em geral, H_0 é uma afirmação de que não há qualquer efeito presente. Efeito presente é aquele em que não há diferença real (verdadeira) entre as médias ou proporções dos grupos que estão sendo comparados. Dito de outro modo, pode-se afirmar que não existe associação real entre duas variáveis que estão sendo comparadas, conforme Moore, McCabe[8].

Exemplificando

> Pretende-se provar a efetividade de um novo tratamento, comparando-se o tratamento padrão e o novo tratamento.
>
> A comprovação de H_0 é a situação em que existe a igualdade com H_1 entre os tratamentos ($H_0 = H_1$).
>
> A comprovação de H_1 será sempre a inexistência de igualdade entre os tratamentos ($H_0 \neq H_1$).

Segundo Jekel, Katz, Elmore[9], a ciência é baseada no seguinte conjunto de princípios:

- as experiências prévias servem como base para desenvolver hipóteses;
- as hipóteses servem como base para desenvolver predições;
- as predições devem ser submetidas a testes experimentais ou observacionais.

Ao decidir se os dados são coerentes ou incoerentes com as hipóteses, os investigadores estão sujeitos a dois tipos de erros:

- *erro alfa*, representado pela letra grega α ou *do tipo I:* defende-se que os dados apoiam a hipótese, quando de fato a hipótese é falsa, isso seria um erro falso positivo;
- *erro beta*, representado pela letra grega β ou *do tipo II:* defende-se que os dados não apoiam a hipótese, quando de fato a hipótese é verdadeira, isso seria um erro falso negativo.

Vale salientar que, ao se considerar um teste diagnóstico, um erro falso negativo pode significar deixar de tratar uma pessoa com determinada doença até que seja muito tarde para instituir quaisquer terapias e/ou não utilizar um tratamento médico eficaz, tornando esse erro o mais grave, afirmam Jekel, Katz, Elmore[9].

Há, no entanto, um segundo tipo de erro que consiste em não rejeitar a hipótese de igualdade, quando de fato esses dois tratamentos, no caso do exemplo acima, são realmente diferentes. Isso implicaria a não liberação do novo tratamento, cujo efeito real não estaria sendo percebido.

Em termos técnicos, para evitar o *erro de tipo I (α)*, é estabelecido um critério de decisão (que corresponde a um percentil de uma distribuição de probabilidade) que torna esse erro pouco provável. Na literatura, a probabilidade de cometer esse erro recebe o nome de *nível de significância do teste (p-valor)***.** Interpretando o valor p ou p-valor, existem duas opções para expressar a conclusão final de um teste de hipóteses, conforme Soares, Siqueira[7].

- Comparar o valor da estatística do teste com o valor obtido a partir da distribuição teórica, específica para o teste, para um valor pré-fixado do nível de significância (por exemplo: 5% ou 1%);
- quantificar a chance do que foi observado ou resultados mais extremos, sob a hipótese de igualdade dos grupos.

Assim, essa opção baseia-se na probabilidade de ocorrência de valores iguais ou superiores ao assumido pela estatística do teste, sob a hipótese de que H_0 é verdadeira. Como o valor é calculado supondo-se que H_0 é verdadeira, pode-se fazer duas conjecturas quando se obtém um valor muito pequeno: 1) um evento que é extremamente raro pode ter ocorrido; 2) a hipótese H_0 não deve ser verdadeira.

Portanto, quanto menor o valor de p, maior a evidência para se rejeitar H_0. De um modo geral, na área da Saúde, considera-se que *valor p menor ou igual a 0,05* indica que há diferenças significativas entre os grupos comparados. Os processos para a estimação de parâmetros e testes de hipóteses, assim como as limitações desses procedimentos, podem ser mais bem estudados em livros sobre estatística, bioestatística e epidemiologia, não sendo objeto de estudo deste livro.

O exemplo a seguir ilustra alguns dos recursos estatísticos que podem ser utilizados em pesquisas na área da Saúde.

Os processos para a estimação de parâmetros e testes de hipóteses, assim como as limitações desses procedimentos, podem ser mais bem estudados em livros sobre estatística, bioestatística e epidemiologia, não sendo objeto de estudo deste livro.

Rodrigues ESR, Cheik NC, Mayer AF. Nível de atividade física e tabagismo em universitários. Rev. Saúde Pública. 2008;42(4):672-678.

OBJETIVO: avaliar o nível de atividade física em estudantes universitários e sua associação com o hábito de fumar.

MÉTODOS: estudo transversal com amostragem estratificada proporcional por conglomerados, realizado em Gurupi, TO, em 2005. A amostra estudada incluiu 871 universitários. Para avaliar o nível de atividade física foi aplicado o questionário *International Physical Activity Questionnaire*. O consumo tabagístico foi avaliado por questionário modificado da Organização Mundial da Saúde; e o grau de dependência nicotínica dos fumantes, pela escala de Fagerström. As frequências, prevalências e razões de prevalência de tabagismo e sedentarismo foram determinadas aplicando-se o teste qui-quadrado pelo método de Yates ou o teste exato de Fisher, segundo grupo geral, e estratificadas por área, curso, turno e sexo, ao nível de significância de 5%.

RESULTADOS: a média de idade foi 25 (dp±8) anos e a média da idade da primeira experiência tabagística foi 17 (dp±4) anos. A prevalência de sedentarismo foi de 29,9% e de tabagismo 7,2%. A prevalência geral de sedentários fumantes foi de 8,5% e a de não-fumantes 91,5%; mas sem diferença na proporção de sedentários entre fumantes e não-fumantes. Tabagismo e sedentarismo foram mais prevalentes em indivíduos acima de 25 anos (48,6%, $p<0,05$). O grau de dependência nicotínica muito baixo foi o mais prevalente (68,2%, $p<0,05$). O consumo tabagístico foi mais prevalente no sexo masculino (10,8%, $p<0,05$), e a prevalência de sedentarismo não foi diferente entre os sexos ($p>0,05$).

CONCLUSÕES: sedentarismo ocorreu em fumantes e não-fumantes na mesma proporção, não indicando associação entre esses dois fatores. As baixas prevalências de sedentarismo e tabagismo encontradas podem estar associadas à atuação de programas nacionais de medidas preventivas e educativas contínuas, sendo necessário mantê-los em longo prazo.

Descritores: Estudantes. Exercício. Tabagismo.
Estilo de Vida. Estudos Transversais.

O quadro que se segue é uma forma de resumir as fases de planejamento de um estudo, por isso a probabilidade de ocorrência do evento na população em estudo pode ser baixa, média ou alta, considerando que depende do recrutamento dos sujeitos a partir de critérios de inclusão e exclusão rígidos ou não.

A escolha do tipo mais adequado de delineamento de estudo é definida a partir dos objetivos iniciais do projeto. Ressalta-se, ainda, que o capítulo ora apresentado não pretende abordar e descrever todos os tipos de delineamento de estudos ou outras técnicas de análise de dados aplicáveis à pesquisa epidemiológica, uma vez que existem livros específicos com essa finalidade (Drummond, Silva, Coutinho[2]; Medronho[3]; Soares, Siqueira[7]; Moore, McCabe[8]; Jekel, Katz, Elmore [9]).

Quadro 2 – Guia resumido dos principais tipos de delineamento de Pesquisas Clínicas Epidemiológicas.

Objetivo do Estudo	Probabilidade de ocorrência do evento na população em estudo	População de estudo	Variável resposta em questão
Estimativa de valores populacionais; associações entre variáveis; planejamento local em saúde.	Média ou alta.	Comunitária ou definida (hospitalar).	Categóricas e/ou contínuas.
Associações entre variáveis; causalidade; risco/incidência.	Média ou alta.	Comunitária.	Categóricas.
Associações entre variáveis; ensaio clínico-terapêutico.	Alta, dependente de critérios de aleatorização para inclusão no estudo	Definida (hospitalar, portadores de certa enfermidade)	Categóricas/ dicotômica
Associações entre variáveis; causalidade; estimativas de risco;	Baixa.	Definida(hospitalar comunitária)	Categóricas
Definição de um ou mais grupos de novas variáveis; redução de variáveis.	Alta	Definida	Categóricas e/ou contínuas
Associações entre variáveis quaisquer e variáveis geográficas; distribuição espacial de eventos; geografia médica.	Independe por utilizar técnicas de padronização.	Categóricas.	Inicialmente alto, por depender de tecnologia em desenvolvimento. Após a instalação do projeto, custos tendem a cair.
Análise de dados sobre a ocorrência de eventos de interesse (morte, incidência de doença, recidiva, resposta terapêutica).	Depende do objetivo do estudo.	Tempo até a ocorrência do evento de interesse (variável tempo-dependente).	Baixo quando se trata de dados secundários; alto no caso de testes terapêuticos.
Respostas às frequentes polêmicas da prática clínica diária.	Baixa	Categóricas	Baixo
Descritivo.	Baixa	Não se aplica	Baixo

Fonte: adaptado de Drummond, Silva, Coutinho[2].

Quadro 3 – Guia resumido dos principais tipos de delineamento de Pesquisas Clínicas Epidemiológicas.

Objetivo do Estudo	Custo do projeto	Tempo de duração da pesquisa	Tipo de desenho/análise
Estimativa de valores populacionais; associações entre variáveis; planejamento local em saúde.	Baixo, se o projeto não depender de equipamentos para mensurações.	Curto.	Transversal ou prevalência.
Associações entre variáveis; causalidade; risco/incidência.	Alto.	Longo.	Longitudinal ou Coorte.
Associações entre variáveis; ensaio clínico-terapêutico.	Alto, geralmente estudos multicêntricos.	Médio/longo	Longitudinal ou Coorte.
Associações entre variáveis; causalidade; estimativas de risco;	Baixo/Médio	Médio/Longo	Caso-Controle
Definição de um ou mais grupos de novas variáveis; redução de variáveis.	Variável	Variável	Análise Fatorial
Associações entre variáveis quaisquer e variáveis geográficas; distribuição espacial de eventos; geografia médica.	Inicialmente alto, por depender de tecnologia em desenvolvimento. Após a instalação do projeto, custos tendem a cair.	Médio/longo.	Estudos ecológicos: Análise espacial e geo-processamento em saúde. / Sistemas de Informação Geográfica.
Análise de dados sobre a ocorrência de eventos de interesse (morte, incidência de doença, recidiva, resposta terapêutica).	Baixo quando se trata de dados secundários; alto no caso de testes terapêuticos.	Geralmente longo.	Análise de sobrevida; modelos de risco; proporcionais de Cox
Respostas às frequentes polêmicas da prática clínica diária.	Baixo	Curto/Médio.	Metanálise em medicina.
Descritivo.	Baixo	Curto.	Estudo de caso.

Fonte: adaptado de Drummond, Silva, Coutinho[2].

Enfatizamos, até então, os elementos metodológicos essenciais para a realização da pesquisa epidemiológica, que se trata de uma das principais formas de se realizar pesquisas na área da saúde. A epidemiologia é um ramo das ciências da saúde que estuda, na população, a ocorrência, a distribuição e os fatores determinantes dos eventos ou dos padrões relacionados com a saúde[2].

Os tipos de delineamento dos estudos epidemiológicos foram apresentados de forma sintética, com ênfase nos aspectos gerais que definem cada um destes estudos. Ressalta-se que sua aplicabilidade vai depender tanto do problema do serviço de saúde quanto da própria saúde da população.

9.6 APLICAÇÃO DA PESQUISA EPIDEMIOLÓGICA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A pesquisa epidemiológica pode ser incorporada às práticas dos serviços de saúde por meio de diferentes estratégias. É possível a aplicação dos estudos epidemiológicos tanto nas ações de vigilância e monitoramento de indicadores quanto no planejamento, na avaliação e na gestão dos serviços de saúde. Paradoxalmente, talvez o grande desafio da Epidemiologia atual seja a sua aplicação e a utilização das suas ferramentas na rotina dos serviços de maneira institucionalizada, de forma que ela possa contribuir com todas as suas potencialidades para a melhoria da saúde da população.

No campo da Vigilância Epidemiológica, é possível perceber grandes avanços no que se refere à aplicação das pesquisas epidemiológicas nos serviços de saúde, provavelmente, devido à tradição histórica da vigilância no Brasil, que tem sua origem ainda no início do século XX por intermédio de medidas estatais direcionadas ao controle das doenças infecciosas e parasitárias, mesmo que, naquela época, não houvesse aplicação do método epidemiológico tal qual dispomos hoje[11].

Os estudos com delineamento observacional, que identificam a prevalência, bem como os possíveis fatores associados e também os que avaliam a evolução temporal de eventos relacionados à saúde, são muito adequados à proposta da vigilância epidemiológica de fornecer informação para a decisão/ação na perspectiva da prevenção e do controle de doenças e agravos. Essa informação pode ser gerada cotidianamente pelos serviços ou pode ser fruto de pesquisas com objetivos e periodicidade específicos.

Exemplificando

Ex. 1: situação da dengue no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. O acompanhamento mensal do número de casos de dengues notificados e confirmados no estado permite a adoção de estratégias de controle e de prevenção dessa doença. A população-alvo, nesse caso, é a do estado do Rio Grande do Norte e a coleta de dados é realizada por meio dos sistemas de informações que, por sua vez, são alimentados, rotineiramente, pelos dados contidos nas fichas de notificação compulsória e nas fichas de investigação disponíveis nos serviços de saúde.

Ex. 2: o Vigitel[12] trata-se de um inquérito telefônico realizado em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal que tem como população-alvo adultos com 18 ou mais anos de idade, residentes em domicílios servidos por pelo menos uma linha telefônica fixa no ano. O seu objetivo é identificar a prevalência de doenças crônicas e de seus fatores de risco, como, por exemplo, a proporção de indivíduos fumantes, que possuem diabetes, que consomem álcool, que realizam atividade física, entre outros.

Na sua interface com o planejamento e com a gestão, as pesquisas epidemiológicas podem contribuir para o momento de reconhecimento e explicação das causas dos problemas das populações e, consequentemente, fornecer subsídios para a tomada de decisão. No campo da avaliação, as possibilidades também são inúmeras, podendo ser desde a avaliação de cobertura e de acessibilidade até a avaliação de efetividade, também conhecida como avaliação de impacto. A efetividade mede o resultado de uma intervenção na situação real ou na prática habitual dos serviços, diferentemente da eficácia que mede os benefícios da intervenção em condições ideais[13]. De maneira geral, os inquéritos são muito utilizados para avaliação de cobertura. Para a avaliação de efetividade os estudos mais adequados são os longitudinais de intervenção, como os ensaios clínicos e os observacionais, como os de coorte e caso-controle[13].

Com o crescimento do uso de evidências científicas norteando as decisões na prática clínica e posteriormente sendo incorporado nos serviços de saúde mediante o movimento conhecido como Medicina Baseada em Evidências ou Saúde Baseada em Evidências, as revisões sistemáticas e as metanálises passaram a possuir um local de destaque na produção de informações relativas à

efetividade. A revisão sistemática pode ser definida como uma investigação que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema, por intermédio de uma busca sistematizada, definindo critérios de seleção de maneira que se produza uma informação sintética e de qualidade, minimizando os vieses e produzindo evidências da efetividade de determinada intervenção ou terapia[14]. A metanálise, por sua vez, é uma revisão sistemática que produz, por meio de análises estatísticas, uma medida que sintetiza os achados dos diferentes estudos[15]. Portanto, a revisão sistemática e as metanálises resumem a informação mais confiável e atual sobre a efetividade do que se está investigando. Inúmeros *guidelines* ou protocolos de conduta clínica têm sido produzidos para aplicação nos serviços de saúde a partir dessas evidências.

Exemplificando

Ex. 1: estudo epidemiológico na identificação de problemas para subsidiar o planejamento em saúde e a avaliação de cobertura. Um inquérito domiciliar sobre cobertura vacinal realizado em Salvador, Brasil, identificou que a cobertura vacinal pelo esquema completo ao final dos 18 meses de idade, com doses válidas, foi insatisfatória especialmente nos grupos mais pobres[16]. De posse dessas informações, o gestor pode planejar estratégias priorizando essa população em relação às imunizações.

Ex. 2: uso de revisão sistemática subsidiando a tomada de decisão nos serviços de saúde. Uma revisão sistemática avaliou se o uso de sulfato de magnésio previne a mortalidade em mulheres com eclampsia e pré-eclampsia. Foram pesquisados artigos nas bases de dados Embase e Medline no período compreendido entre 1990 e 2010, e foram selecionados estudos de coorte, estudos de antes e depois e do tipo seccional. Concluiu-se que o uso de sulfato de magnésio nesses casos é efetivo[17].

Os dados epidemiológicos gerados pelo próprio serviço podem ser organizados e sistematizados por intermédio de ambientes físicos ou virtuais conhecidos como Sala de Situação, que concentra informações estratégicas e atualizadas capazes de orientar as ações de vigilância, o planejamento e a avaliação descritos anteriormente. Além disso, a publicização desses dados facilita a realização de

pesquisas e o relacionamento com a comunidade. O Ministério da Saúde disponibiliza por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS – www.datasus.gov.br) dados epidemiológicos para todo o Brasil.

De maneira geral, um ponto crucial na aplicação das pesquisas epidemiológicas nos serviços de saúde é a qualidade das informações produzidas nas rotinas dos próprios serviços. O conhecimento da distribuição e dos determinantes dos agravos à saúde deve ser conduzido a partir do acesso a dados adequados para a produção da informação[18]. Em outras palavras, é preciso superar os problemas de subinformação e subregistro dos eventos relacionados à saúde, a fim de que as pesquisas epidemiológicas que têm como fonte de informação os dados produzidos no cotidiano dos serviços possam ser mais valorizadas e estimuladas. Além disso, é necessário que esforços sejam direcionados para a mudança da lógica dos modelos assistenciais em saúde para uma prática estruturada e orientada pela epidemiologia. Dessa forma, a incorporação da pesquisa epidemiológica nas ações dos serviços de saúde acontecerá de maneira natural e os desafios para que os resultados dessas pesquisas sejam incorporados no cotidiano serão superados.

REFERÊNCIAS

1 Bloch KV, Coutinho ESF. Fundamentos da Pesquisa Epidemiológica. In: Medronho RA, Carvalho DM, Block KV, Luiz RR, Werneck GL, editores. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Ed. Atheneu; 2009. p. 173-179.

2 Drummond JP, Silva E, Coutinho M. Medicina baseada em evidências: novo paradigma assistencial e pedagógico. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu; 2002.

3 Medronho RA, editor. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu; 2009.

4 Klein CH, Bloch KV. Estudos Seccionais. In: Medronho RA, Carvalho DM, Block KV, Luiz RR, Werneck GL. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu; 2009. p. 193-219.

5 Marconi MA, Lakatos EM. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas; 2001.

6 Marasciulo ACE, Nassar SM. Noções sobre planejamento de estudos clínico-epidemiológicos. In: Drummond JP, Silva E, Coutinho M. Medicina baseada em evidências: novo paradigma assistencial e pedagógico. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu; 2002. p. 125-142.

7 Soares JF, Siqueira AL. Introdução à Estatística Médica. 2. ed. Belo Horizonte: COOPEMED; 2002.

8 Moore DS, Mccabe GP. Introdução à prática da estatística. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos; 2002.

9 Jekel JF, Katz DL, Elmore JG. Epidemiologia, bioestatística e Medicina Preventiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed; 2005.

10 Teixeira MG, Costa MCNC. Vigilância Epidemiológica: políticas, sistemas e serviços. In: Giovanella L, Escorel S, Lobato LVC, Noronha JC, Carvalho AI, organizadores. Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz; 2008. p. 795-817.

11 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Vigitel Brasil 2009: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde; 2010. 150 p.

12 Aquino R, Medina MG, Barreto ML. Epidemiologia e avaliação em saúde. In: Almeida Filho N. Epidemiologia & Saúde: fundamentos, métodos e aplicações. Rio de janeiro: Ed. Guanabara Koogan; 2012. p. 631-642.

13 Sampaio RF, Mancini MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Rev Bras Fisioter. 2007;11(1):83-89.

14 Cook DJ, Sacket DL, Spitzer WO. Methodological guidelines for systematic reviews of randomized controlled trials in health care from the Potsdam consultation on meta-analysis. Journal of Clinical Epidemiology. 1995;48:167-171.

15 Barata RB, Pereira SM. Desigualdades sociais e cobertura vacinal na cidade de Salvador, Bahia. Rev. bras. epidemiol. 2013;16(2):266-277.

16 McDonald SD, et al. A systematic review of maternal and infant outcomes following magnesium sulfate for pre-eclampsia/eclampsia in real-world use. International Journal of Gynecology and Obstetrics. 2012;118:90-96.

17 Drumond Jr M. Epidemiologia em serviços de saúde. In: Campos GWS, et al. Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2006. p. 419-456.

PESQUISA QUALITATIVA

Alice da Costa Uchôa
Antônio Medeiros Júnior
Renata Maroto

Apesar de a utilização de métodos qualitativos na área da Saúde, na última década, ser crescente, eles podem parecer estranhos aos profissionais e trabalhadores desse campo e aos pesquisadores com formação biomédica ou em ciências naturais. Isso porque, tradicionalmente, as pesquisas qualitativas são empregadas nas ciências sociais e humanas; na área da Saúde, porém, predominam os métodos experimentais e quantitativos, típicos das pesquisas clínica, biológica e epidemiológica.

O ainda restrito conhecimento sobre a natureza dos métodos qualitativos e de sua aplicação é o que leva à falsa rotulação de "não cientificidade" ou de "opinião". Ainda que não haja oposição entre os métodos quantitativos e qualitativos, que, de acordo com o objeto e a pergunta de pesquisa, podem ser usados isolados ou de forma complementar, há a necessidade de explicitar a especificidade da pesquisa qualitativa.

Para construir essa especificidade, serão apresentadas suas principais características e aplicações, o enfoque da interpretação dos resultados, a influência do pesquisador, a questão da população e da amostragem. No último tópico, serão discutidos alguns dos principais métodos de coleta de dados e aspectos gerais desse tipo de pesquisa.

10.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÕES

A pesquisa qualitativa é comumente referida como pesquisa interpretativa e está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as compreendem nesse mundo. Objetiva, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações e comportamentos) em termos dos sentidos que as pessoas lhes dão, conforme Pope, Mays[1].

Nesse tipo de pesquisa, o investigador tenta justamente questionar as suposições do senso comum. Assim, em vez de simplesmente contar o número de abortos provocados por adolescentes que residem em Natal, conforme é

feito em uma pesquisa epidemiológica, o pesquisador busca refletir sobre o que representa o aborto para esses adolescentes ou o que significa o aborto em suas vidas, buscando desvendar as suas referências individuais ou coletivas presentes no mundo social. Desse modo, apreender e apresentar os fenômenos humanos e a sua essência, nas condições concretas do mundo, exigem um método de pesquisa e um olhar experiente (Canzonieri)[2].

Em outras palavras, diferentemente dos métodos quantitativos utilizados para a descrição de variáveis por meio de uma tendência central ou por dispersão (média, mediana, moda) ou para a divisão em categorias e descrição de sua frequência (taxas e medidas de risco) em grandes populações, a pesquisa qualitativa investiga explicações contextuais geralmente para um pequeno número de casos, com uma ênfase no significado do fenômeno, como sugerem Victora, Knauth, Hassen[3]. Na abordagem qualitativa, o pesquisador substitui as correlações estatísticas pelas descrições, análises permeadas pela cultura, e as conexões causais objetivadas pelas interpretações, conforme Martins, Bicudo[4].

O foco do estudo qualitativo é centralizado no específico, no peculiar, buscando a compreensão do fenômeno estudado. Tomam-se como objetos de estudo as atitudes, as crenças, as motivações, os sentimentos da população estudada, para atualizar a natureza humana. As técnicas qualitativas podem proporcionar uma oportunidade para as pessoas revelarem seus sentimentos (ou a complexidade e intensidade deles). Nesse sentido, o modo como falam sobre suas vidas é importante, posto que a linguagem utilizada e as conexões realizadas revelam o mundo como é percebido por elas, assinala Flick[5].

10.2 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Para Flick[5], as pesquisas qualitativas apontam acontecimentos e conhecimentos cotidianos como elementos da interpretação de dados. Os acontecimentos no âmbito do processo de pesquisa não são desvinculados da vida, por isso a contextualização é o fio condutor da análise.

A contextualidade implica um processo de reflexão contínua sobre o seu comportamento enquanto pesquisador (vigilância sobre si próprio) numa interação dinâmica entre pesquisador e sujeito pesquisado. Daí se dizer que a

pesquisa qualitativa se dá numa relação entre sujeitos (intersubjetiva). Segundo Günther[6], a generalização de resultados da pesquisa qualitativa passa por quatro dimensões. Se os achados na pesquisa qualitativa se apoiam em um estudo de um caso, por exemplo, a generalização depende de uma argumentação convincente, apontando o que pode ser factível para contextos semelhantes. No caso de uma pesquisa sobre processo de trabalho em unidade de saúde, é necessária uma contextualização detalhada para que se possa pensar os processos de trabalho em unidades semelhantes.

Na realização de uma pesquisa qualitativa, o pesquisador desenvolve intuição e sensibilidade para perceber os fenômenos, sem isolá-los das realidades sociais locais e da cultura dos sujeitos imbricados nesse processo, no intuito de relacioná-los a ambientes análogos, sem fazer generalizações[2]. No caso da pesquisa quantitativa, por sua vez, uma amostra representativa já asseguraria a possibilidade de uma propagação dos resultados.

Para Günther[6], ao considerar a variabilidade do comportamento e dos estados subjetivos (pensamentos, sentimentos, atitudes), deve-se formular a seguinte pergunta: a que atribuir essa variabilidade? No campo das ciências sociais, no qual se origina a pesquisa qualitativa, existem quatro aproximações principais do pesquisador para compreender o comportamento e os estados subjetivos:

- ✓ Observar o comportamento que ocorre naturalmente no âmbito real (observação);
- ✓ Criar situações artificiais e observar o comportamento diante das tarefas definidas para essas situações (pesquisas experimentais);
- ✓ Perguntar às pessoas sobre o seu comportamento, o que fazem ou fizeram, o que pensam e sobre os seus estados subjetivos (questionário, entrevistas);
- ✓ Interpretar fatos ou situações a partir da análise de documentos.

Em relação à elaboração de um projeto de pesquisa, na seção dos “procedimentos metodológicos”, no primeiro item “tipo de estudo”, o investigador deverá registrar: pesquisa qualitativa, utilizando método da observação, ou da experimentação, entrevista e/ou análise documental. Na maioria das vezes, utiliza-se mais de um instrumento de coleta de dados, conforme se pode ver adiante.

10.3 POSTURA PESSOAL DO PESQUISADOR

Na pesquisa qualitativa, há a aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria, a escolha de tópicos de pesquisa, o método e a interpretação de resultados. Subjacente a tal perspectiva, em um projeto de pesquisa, existem dois importantes elementos que não devem ser esquecidos: a suposição filosófica e o método, no sentido de existir confiabilidade[7].

Güntner[6] considera que, embora explícitos na qualitativa, os valores também estão presentes na quantitativa, não havendo neutralidade em qualquer tipo de pesquisa. A questão que se coloca para ambas, com maior exigência de vigilância para a pesquisa qualitativa, é como lidar com essa influência de modo a garantir a objetividade na produção de conhecimentos originais.

Para Santos[8], o que garante a objetividade é a aplicação honesta e correta dos métodos disponíveis para cada disciplina, de modo que o desenho do estudo e os instrumentos não induzam a resultados desejados, mas ofereçam a mesma chance de confirmação ou de negação da hipótese.

10.4 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM EM PESQUISA QUALITATIVA

Na pesquisa qualitativa, a população é denominada de sujeitos da pesquisa por seu caráter relacional ou intersubjetivo: sujeito pesquisador e sujeito pesquisado. Os pesquisados variam em número: desde um indivíduo até grupos numerosos. O foco do estudo também pode variar de uma ação particular (de uma pessoa ou de um pequeno grupo) a uma complexa instituição.

Quando se pesquisam grandes grupos, o tamanho da amostra é proposital (*purposeful sampling*), uma vez que se busca entender certos casos selecionados sem necessidade de generalização para todos os casos possíveis, e sim para contextos semelhantes.

Nesse sentido, Minayo[9] alerta para alguns cuidados que devem ser tomados em relação ao processo de amostragem com a finalidade de refletir a totalidade (população) em suas múltiplas dimensões, tais como:

- privilegiar os sujeitos que detêm as informações e experiências que o pesquisador deseja conhecer;
- considerar um número suficiente para a reincidência das informações. Essa reincidência ou repetição das informações, também denominada de saturação das respostas, vai determinar o tamanho da amostra sem que haja necessidade dos cálculos das amostras probabilísticas das pesquisas quantitativas. Para tanto, é necessário escolher um conjunto de informantes que possibilite a apreensão de semelhanças, diferenças e especificidades dos aspectos estudados.

Com esse direcionamento, a amostra proposital será composta diferentemente a partir dos objetivos e do propósito do estudo. Os tipos de amostra em estudos qualitativos podem ser, conforme Günther[6], formados por:

- casos extremos ou desviantes;
- casos típicos, que contemplem alguma dimensão escolhida;
- casos críticos, com variação máxima ou mínima, mais delicados ou politicamente importantes;
- casos do tipo *snowball* (ou “bola de neve”), aqueles que vão surgindo em cadeia, procurando identificar os casos de interesse a partir da própria população que está sendo pesquisada;
- amostra padrão (todos os casos);
- amostra com casos confirmadores e não-confirmadores de uma ideia ou hipótese;
- caso conveniente, que pode ser composto pelos casos mais fáceis de examinar, que economizam tempo, dinheiro e esforço. Esse é o menos recomendado.

10.5 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa qualitativa é usada em vários campos (Sociologia, Antropologia, Saúde, entre outros), de formas um pouco distintas. Porém, de um modo geral, englobam a análise de textos, documentos, discursos ou ainda de comportamentos

gravados (áudio e/ou vídeo), além da observação direta de fatos e entrevistas. Neste capítulo, enfocaremos três tipos principais de métodos de coleta de dados: a observação, a entrevista e o grupo focal.

A observação de fatos, comportamentos e cenários reúne não apenas a percepção visual, mas também aquelas baseadas na audição, no tato e no olfato, conforme Adler, Adler[10]. Esse método tem sido utilizado com o objetivo de descrever ambiente, cultura, comunidades, instituições, lares, ruas, salas de aula e outros, a partir da inserção do pesquisador em seu interior.

Patton[11] ressalta o fato de que, embora haja semelhanças com a observação do dia a dia pelo senso comum, a observação como método exige habilidade de inserção no ambiente da pesquisa e nas relações interpessoais; critérios para seleção do material a ser registrado; além de condições para mudanças na estratégia de investigação quando se fizerem necessárias.

Segundo o grau de participação do pesquisador, a observação pode ser: participante e não-participante.

Na observação participante, é o próprio investigador o instrumento principal de observação. Ele integra o meio a ser investigado, "veste" o papel de ator social podendo assim ter acesso às perspectivas de outros seres humanos ao viver os mesmos problemas e as mesmas situações que eles. Assim, a participação tem por objetivo recolher dados (sobre ações, opiniões ou perspectivas) aos quais um observador exterior não teria acesso. A observação participante é uma técnica de investigação qualitativa adequada ao investigador que pretende compreender, num meio social, um fenômeno que lhe é exterior e que lhe vai permitir integrar-se nas atividades/experiências das pessoas que nele vivem.

A esse propósito, Adler, Adler[10] apontam que os investigadores qualitativos devem tentar interagir com os seus sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora. Como os investigadores qualitativos estão interessados no modo como as pessoas normalmente se comportam e pensam nos seus ambientes naturais, tentam agir de modo a que as atividades que ocorrem na sua presença não difiram significativamente daquilo que se passa na sua ausência.

Na observação não-participante, o investigador não interage de forma alguma com o objeto do estudo no momento em que realiza a observação, logo não poderá ser considerado participante. Este tipo de técnica reduz

substancialmente a interferência do observador no observado e permite o uso de instrumentos de registro sem influenciar o objeto do estudo[10].

A observação participante implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para "negociar" sua entrada na área.

A pesquisa de observação participante e a pesquisa participante implicam, necessariamente, num processo longo. Tendo em vista, quando o pesquisador deixa de ser um observador externo aos acontecimentos e passa a fazer parte deles, e/ou a conviver onde o fenômeno acontece. Esse modo de fazer pesquisa tem sido mais utilizado quando se pretende investigar, por exemplo, alguma seita religiosa ou grupos que vivem isolados, e o pesquisador adota o estilo de vida dos observados. Contudo há cientistas que o desaconselham por entenderem que se deve manter certa distância do objeto e dos sujeitos de pesquisa como forma de garantir a objetividade científica.

Segundo Flick[5], nas discussões recentes, enquanto decai o interesse pelo método da observação participante, a estratégia da etnografia tem atraído maiores atenções por entrelaçar observação e participação a outras técnicas de pesquisa (entrevista, análise de documentos, entre outros).

A etnografia, literalmente, é o estudo das pessoas e tem origem na Antropologia Social – um dos quatro campos da Antropologia –, que surgiu da necessidade de compreender as relações socioculturais, os comportamentos, os ritos, as técnicas, os saberes e as práticas das sociedades até então desconhecidas, e que vem sendo adaptada a problemas comuns da atualidade. Os antropólogos, normalmente, têm a tarefa de estudar culturas que são completamente diferentes das sociedades nas quais eles vivem, analisar as diferenças entre as suas experiências e os seus costumes, assim como entender como funcionam. Este estudo por observação é necessário porque parte do comportamento das pessoas é baseado em conhecimento não-falado, o conhecimento tácito. Assim, não é suficiente fazer perguntas, é necessário observar o que as pessoas fazem, as ferramentas que utilizam e como se relacionam entre si[5].

A utilização de mais de um método ou técnica de coleta de dados num mesmo estudo é denominada "triangulação" de métodos ou de técnicas, o que, em geral, confere maior credibilidade à pesquisa qualitativa. Desse modo,

reforça-se a tentativa de assegurar, com a utilização de métodos mistos, uma maior apreensão dos problemas de pesquisa (Creswell)[7].

Nessa estratégia, a coleta de dados está subordinada, de forma mais consistente, às perguntas de pesquisa e mais afeita a um pequeno número de casos ou mesmo a um só caso. A triangulação na pesquisa qualitativa significa a ampliação do trabalho para maior confiabilidade dos resultados (Flick)[5]. A tendência é trabalhar inicialmente com dados "não estruturados" (não codificados, não sistematizados em categorias escolhidas previamente pelo pesquisador, ou seja, antes de sua ida ao campo). Nesse tipo de pesquisa, a análise dos dados envolve sobremaneira a interpretação interativa e participativa (descrição e explicação). A análise estatística, por sua vez, quando muito, desempenha um papel secundário.

Ao considerar a utilização ou não de instrumentos, a observação pode ser não estruturada e estruturada. A primeira (também denominada ocasional, assistemática ou livre) é realizada sem planejamento, sem instrumentos de controle anteriormente elaborados e sem determinar previamente os aspectos a serem observados, bem como os meios de observação a serem utilizados. É mais indicada nos estudos exploratórios, especialmente para levantamento de hipóteses para estudos posteriores.

A observação estruturada ou sistemática realiza-se em situação controlada, para responder a objetivos definidos previamente, requerendo planejamento prévio. Nesse planejamento, incluem-se a indicação da população a ser observada, quando, onde e com que duração. Ela pode utilizar apenas os sentidos do pesquisador (observando de modo direto o campo pesquisado) e/ou os registros de informações, por meio do uso de diferentes instrumentos, tais como o roteiro de observação.

De acordo com Nogueira-Martins, Bógus[12], a execução da observação passa pelas etapas de entrada, rotinização e encerramento do trabalho de campo. A entrada no trabalho de campo compreende a negociação com os participantes sobre o trabalho a ser realizado e a entrada propriamente dita para coleta do material. Deve existir alguma razão para a cooperação, o contato dos participantes e uma espécie de troca.

Na etapa de rotinização do trabalho de campo, o pesquisador deve estar preparado para se concentrar na coleta. Pode ocorrer maior empatia por um

informante que por outros. Também nessa fase é possível recorrer-se a informantes-chave, que são pessoas que têm um conhecimento particular sobre a situação observada. Embora essa estratégia possa ajudar no processo, deve-se ter cuidado com ela, pois as informações prestadas representam a percepção do informante, e não a verdade. Logo, os depoimentos desses informantes devem ser especificados dessa maneira nas anotações do campo.

A etapa de encerramento do trabalho de campo depende dos interesses, recursos e necessidades da pesquisa. A análise já se inicia antes de deixar o campo. É recomendável devolver os resultados e análises aos participantes.

Os registros da observação podem ser na forma de:

- apontamentos: pequenas notas, frases, palavras-chave para reavivar a memória dos pesquisadores;
- diário de campo: registro das atividades e observações;
- notas de campo: notas expandidas após cada observação ou após um determinado período para orientar a análise;
- notas reflexivas: *insights* do pesquisador sobre o método aplicado, os dilemas éticos e as mudanças de ideias do pesquisador para auxiliar na futura análise.

Vale ressaltar que o pesquisador, durante o processo de pesquisa, não deve representar um "intruso" no grupo. Deve ser bom ouvinte e mostrar-se como participante. Além disso, o registro das observações pode ser pensado como capaz de contar uma história: quem, o que, quando, onde, por que e como.

As vantagens da observação são muitas, por exemplo: não depender do nível de conhecimento dos pesquisados, permitir checar a veracidade de depoimentos fornecidos por entrevistas, registrar os fatos no contexto sócio-histórico em que ocorrem. Já as dificuldades desse método são decorrentes da posição sociocultural do pesquisador, suas ideologias e emoções, que podem ser minimizadas com a autovigilância. Outro problema é a mudança de comportamento dos observados pela presença do pesquisador. Essa mudança, porém, pode ser minimizada pela permanência mais prolongada no campo, conforme Alves-Mazzotti, Gewandsznajder[13].

A entrevista é uma forma de conseguir informações ou coletar dados que não seriam possíveis na pesquisa bibliográfica, mas somente por meio da observação. A entrevista é considerada a técnica mais utilizada no trabalho de campo. Haguette[14(p86)] a define como um "... processo de interação social entre duas pessoas, no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado".

Para Lakatos, Marconi[15], a preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa. Esse instrumento requer tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se: o planejamento cuidadoso das questões, entrelaçando-as com o(s) objetivo(s) a ser(em) alcançado(s); a escolha dos entrevistados, haja vista o tema pesquisado; a disponibilidade deles; a marcação da entrevista com antecedência; as condições ambientais favoráveis para garantir confidencialidade da identidade e das informações; a preparação de um roteiro e a seleção das questões mais importantes.

O instrumento de coleta de dados denominado "roteiro de entrevista" deve ser flexível de modo a poder sofrer modificações, tais como retiradas ou acréscimo de itens, em decorrência de inadequações reveladas pela aplicação de pré-testes. Esses pré-testes são entrevistas preliminares com um número menor de informantes, conforme assinalam Nogueira-Martins, Bógus[12].

As perguntas devem ser feitas de modo a dar continuidade à conversação e a fazer sentido para o entrevistado. Devem-se evitar perguntas absurdas, arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. Para se conseguir uma narrativa natural, muitas vezes, não é interessante fazer uma pergunta direta, mas levar o pesquisado a relembrar parte de sua vida (Bourdieu)[16].

As duas principais formas de registro de dados são as gravações diretas e a anotação durante a entrevista. A gravação tem a vantagem de registrar todas as expressões orais, deixando o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado. A desvantagem é que se desconsideram as expressões faciais, os gestos, as mudanças de postura, além de poder representar, para alguns entrevistados, um fator constrangedor. Uma dificuldade adicional da gravação é a sua transcrição para o papel. Essa operação é bastante trabalhosa e demorada, mas em compensação disponibiliza todo o material fornecido pelo informante.

Nas anotações, boa parte do registro é feita na hora da (ou logo depois de finda a) entrevista, e o pesquisador já vai selecionando os aspectos mais importantes, o que pode facilitar a análise. Entretanto partes das informações são perdidas ao se escrever com base no filtro e na memória, ainda que recente, do pesquisador.

As formas de entrevistas mais utilizadas são: a entrevista estruturada, semiestruturada, aberta, entrevista com grupos focais, história de vida e entrevista projetiva. Assim como para quaisquer técnicas de coleta de dados, sua escolha depende da adequação ao problema da pesquisa.

As entrevistas estruturadas servem para recolher informações de uma forma padronizada. Utiliza-se como instrumento de coleta um questionário apresentado oralmente, que pode conter perguntas abertas ou fechadas à semelhança daqueles usados nas pesquisas quantitativas. Todas as pessoas interrogadas respondem a perguntas idênticas, recebem as mesmas explicações e as conversas desenrolam-se em condições tão idênticas quanto possível.

As principais diferenças em relação à aplicação do questionário nas pesquisas quantitativas residem na natureza do objeto a ser investigado (comportamentos, culturas, motivações, entre outros), na amostra não probabilística e na forma de interação entre pesquisador e pesquisado, que, nesse caso, é de uma conversa.

Nas entrevistas semiestruturadas, o informante tem a possibilidade de, num contexto semelhante ao de uma conversa informal, discorrer sobre o tema proposto a partir de um conjunto de questões previamente definidas. O entrevistador precisa ficar atento para dirigir a discussão ao assunto que o interessa, no momento que considerar oportuno. Para isso, pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, especialmente nos casos em que o informante tenha "fugido" ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema. Essa intervenção no processo visa a alcançar os objetivos de pesquisa (Nogueira-Martins, Bógus)[12].

A técnica de entrevistas abertas é voltada principalmente para finalidades exploratórias, de forma a obter um maior número de detalhamentos possíveis

de informações. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal, quando o entrevistador introduz o tema, oferecendo liberdade ao entrevistado para discorrer sobre ele. Nesse caso, o pesquisador deve interferir o mínimo possível, assumindo a postura de ouvinte. Apenas em situação de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode-se interromper a fala do informante, aponta Minayo[17(p17)].

A principal vantagem da entrevista aberta e também da semiestruturada é que essas duas técnicas oferecem, quase sempre, um índice de respostas bem mais abrangente, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos. Outra vantagem diz respeito à dificuldade que muitas pessoas têm de responder às questões por escrito. Essas entrevistas podem ser aplicadas até mesmo entre pessoas que não sabem ler nem escrever. Além do mais, possibilitam a correção de enganos dos informantes, à medida que o pesquisador pode tirar dúvidas quanto ao entendimento do que está sendo perguntado, o que não ocorre com os questionários escritos (Selltiz et al.)[18].

Selltiz et al.[18] mencionam também como vantagem a elasticidade da entrevista aberta e da semiestruturada quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos e favorecendo as respostas espontâneas por meio das possibilidades de uma proximidade maior entre entrevistador e entrevistado. Isso permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados.

Assim, esses tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivo e valorativo dos informantes. Tais aspectos determinam significados pessoais às suas atitudes e aos seus comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que eles têm possibilitam o surgimento de questões inesperadas ao entrevistador, as quais poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa. Ambas permitem a utilização de recursos visuais, como cartões, fotografias, o que pode deixar o entrevistado mais à vontade e fazê-lo lembrar de fatos, algo que não seria possível num questionário, por exemplo.

As principais desvantagens da entrevista aberta e da semiestruturada são as limitações do próprio entrevistador, como, por exemplo: a pouca falta de habilidade em deixar o entrevistado à vontade, pouca disponibilidade de

recursos financeiros e o dispêndio de tempo. Por parte do entrevistado, pode haver insegurança em relação ao seu anonimato e, por causa disso, muitas vezes, o entrevistado retém informações importantes. Nesse sentido, Selltiz et al.[18(69)] chamam atenção para que se crie uma situação na qual as respostas dos informantes sejam fidedignas e válidas. O entrevistador deve transmitir, acima de tudo, confiança ao informante.

Outro tipo de entrevista é a projetiva. Ela é centrada em técnicas e recursos visuais, tais como: cartões, fotos e filmes. Minayo[18] afirma que essa técnica evita respostas diretas e é utilizada para aprofundar informações sobre determinado grupo ou local.

Já a história de vida (HV) é uma entrevista em profundidade, na qual o pesquisador interage constantemente com o informante. Sua principal função é retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações. Essa técnica pode ser de dois tipos: completa e tópica. A primeira retrata todo o conjunto da experiência vivida e a tópica retrata um determinado setor da experiência em questão[9]. Muitas vezes, durante a entrevista, acontece a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confidência. Esses relatos fornecem um material extremamente rico para análise. Neles, encontra-se o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual[18].

Quanto à entrevista com grupos focais, trata-se de uma técnica de coleta de dados cujo objetivo principal é estimular os participantes a discutir sobre um assunto de interesse comum. Ela se apresenta como um debate aberto sobre um tema. Os participantes são escolhidos a partir dos interesses da pesquisa e podem se conhecer previamente ou não. Além dos informantes, deve contar com a presença de um coordenador e um moderador (ambos pesquisadores).

Bauer e Gaskell[19] ressaltam que, nesse tipo de entrevista, o moderador deve intervir sempre que achar necessário, tentando focalizar e aprofundar a discussão. A primeira tarefa do moderador é a sua própria apresentação e também uma rápida apresentação do tema que será discutido pelo grupo. Nesse método de entrevista, os participantes levam em conta os pontos de vista dos outros para a formulação de suas respostas e também podem formular comentários sobre suas experiências e as dos outros.

A discussão em grupo pode ser utilizada sozinha, mas, na maioria das vezes, visa à complementação da entrevista individual e até da observação participante. A análise dos dados obtidos com a técnica do grupo focal deve considerar: palavras utilizadas repetidamente; contexto no qual a informação foi obtida; concordâncias entre as opiniões dos participantes; alteração de opiniões, ocasionada pela pressão dos grupos; respostas dadas em função de experiências pessoais de maior relevância do que impressões vagas; ideias principais; comportamentos, gestos, reações, sentimentos, preconceitos; valores de ordem pedagógica, ideológica e ética; dificuldades de compreensão das perguntas feitas; dificuldades no enfrentamento de desafios; aproveitamento dos espaços de liberdade. Ao final, o pesquisador deve elaborar um quadro geral das ideias preponderantes.

O que não se pode deixar de fazer em uma elaboração de uma pesquisa qualitativa é a observação da seleção do método e a quem/a ele será aplicado, o registro da seleção e a decisão do método, com o objetivo de deixá-la clara e compreensível ao leitor (Flick)[5].

10.6 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, é necessário que o pesquisador ordene e organize o conjunto de respostas para que possam ser analisadas e interpretadas. No processo de análise dos dados, é preciso superar três grandes obstáculos: (a) a ilusão de o objeto mostrar-se exatamente como é; (b) a preocupação maior com técnicas e métodos do que com a riqueza do material; (c) a dificuldade de relacionar teorias e conceitos com os dados coletados, destacam Matos, Vieira[20].

Um dos métodos mais usados é a "análise de conteúdo", baseada em metodologia proposta por Bardin[21]. A primeira etapa é denominada de pré-análise e se apoia numa leitura flutuante das transcrições e anotações empreendidas pelos entrevistadores. Segue-se a descrição analítica, na qual, com base no referencial teórico e em diversas leituras do material obtido (imersão), organiza-se o material em categorias. A categorização, por si mesma, não esgota a análise, pois é indispensável que o pesquisador ultrapasse a mera descrição, buscando (num esforço de abstração) estabelecer conexões e relações que

possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações de forma a acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado, conforme enfatizam Lüdke, André[22].

10.7 ASPECTOS METODOLÓGICOS GERAIS

Na pesquisa qualitativa, Nogueira-Martins, Bógus[12] destacam que a questão mais frequentemente levantada é a da subjetividade do pesquisador. De fato, é impossível separar totalmente os valores pessoais do processo de pesquisa. Assim, é recomendável que o pesquisador explicite os seus pressupostos e valores. Essa explicitação possibilitará aos próprios leitores o julgamento do peso relativo desses valores no desenvolvimento do trabalho. Também é fundamental explicitar bem quais os critérios para selecionar os indivíduos e os grupos. Outra questão diretamente relacionada à validade do estudo é a frequência, duração e periodicidade das observações.

Para retratar um fenômeno de forma completa, é preciso que os dados sejam coletados em diversas situações e por meio de várias fontes e técnicas utilizando a "triangulação" definida anteriormente na discussão sobre etnografia como possibilidade de utilização de vários métodos e técnicas. A triangulação tem como objetivos: buscar uma maior convergência de resultados que pode suscitar diferentes aspectos do fenômeno (complementaridade); permitir que a utilização de um método ajude na aplicação de outro método (desenvolvimento); informar que contradições e novas perspectivas podem surgir (iniciação); fornecer um aumento de escopo para o estudo (expansão)[5].

Para Turato[23], o emprego do termo triangulação está hoje bastante ampliado e pode se referir a múltiplas amostras e pesquisadores, a diferentes abordagens teóricas, métodos e técnicas. Aconselha-se que o pesquisador informe claramente a que está se referindo ao utilizar o termo triangulação, isto é, se está utilizando, para o mesmo projeto, vários sujeitos ou mais de uma amostra para estudar o mesmo tema; mais de um pesquisador para coletar os dados; mais de um referencial teórico para interpretar os resultados ou mais de uma técnica de investigação.

No caso da pesquisa qualitativa, não existem critérios absolutos. Contudo deve existir certo consenso sobre a veracidade daquilo que foi apreendido, além de manter-se uma atitude flexível e aberta, admitindo que outras interpretações também possam ser sugeridas e discutidas. Neste contexto, a transparência, a ética e a veracidade de todo o processo, desde a elaboração aos resultados, é fundamental, para que o leitor compreenda e também avalie a pesquisa (Flick)[24].

O grande peso das decisões pessoais do pesquisador que utiliza instrumentos de pesquisas muito amplos e estratégias de operacionalização muito genéricas têm causado muitas polêmicas em relação aos aspectos técnicos da pesquisa qualitativa. Ao mesmo tempo, são estes que exploram melhor a subjetividade como objetivo de pesquisa e resgatam as dimensões subjetivas da saúde como processo humano e social.

REFERÊNCIAS

1 Pope C, Mays N. Pesquisa qualitativa na Atenção à Saúde. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; 2005.

2 Canzonieri M. Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde. 2. ed. Petrópolis: Vozes; 2011. 126p.

3 Victora CG, Knauth DR, Hassen MNA. Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial; 2000.

4 Martins J, Bicudo MAV. A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes; 1989.

5 Flick U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann; 2004.

6 Günther H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa. Maio-Ago 2006;22(2):201-210.

7 Creswell JW. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; 2010.

8 Santos BS. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez; 2000.

9 Minayo MCS, organizadores. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes; 1996.

10 Adler PAE, Adler P. Observational Techniques. In: Denzin NK, Lincoln Y, editors. Collecting and interpreting qualitative materials. London: Sage; 1998.

11 Patton MQ. Qualitative evaluation and research methods. 2nd ed. London: Sage; 1990.

12 Nogueira-Martins MCF, Bogus CM. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. Saúde e Sociedade. Set-Dez 2004; 13(3):44-57.

13 Alves-Mazzotti AJ, Gewandsznajder F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira; 1999.

14 Haguette TMF. Metodologias qualitativas na Sociologia. 5. ed. Petrópolis: Vozes; 1997.

15 Lakatos EM, Marconi M. Técnicas de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas; 1996.

16 Bourdieu P. A miséria do mundo. 3. ed. Petrópolis: Vozes; 1999.

17 Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. rev. São Paulo: Hucitec; 2006. 406 p.

18 Selltiz JD, et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. 2. ed. São Paulo: EPU; 1987.

19 Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes; 2002.

20 Matos KSL, Vieira SV. Pesquisa educacional: o prazer de conhecer. Fortaleza: Demócrito Rocha; 2001.

21 Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1979.

22 Lüdke M, André MEA. Pesquisa em educação: temas básicos de educação e ensino. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária-EPU; 1986.

23 Turato ER. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Petrópolis: Vozes; 2003.

24 Flick U. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, Artmed; 2009. 196 p.

GRUPOS FOCAIS

Elizabethe Cristina Fagundes de Souza

Abordaremos o tema Grupos Focais (GF) como técnica de pesquisa acadêmica, explorando definição, escolha e adequações de uso, planejamento e desenvolvimento, produção, sistematização e análise de dados, além de aspectos éticos que devem ser considerados na realização da técnica.

11.1 INTRODUÇÃO

Anteriormente ao uso corrente na pesquisa acadêmica, a técnica Grupos Focais foi usada, inicialmente, em pesquisas mercadológicas e de opinião pública em função da facilidade operacional quando comparada à realização de levantamentos com numerosas entrevistas individuais.

A adoção de Grupos Focais pela pesquisa científica tem aumentado nas últimas décadas e, em especial, na área da Saúde, desde os anos 1980 (Carlini-Coltrin[1], Gondim[2]). A técnica passou a ser realizada em investigações com abordagem qualitativa, de forma única ou mista, principal ou complementar, destacando-se como opção metodológica flexível para se adequar ao tema proposto pelo pesquisador, quando o interesse é buscar a interação entre os participantes. Desse modo, tem ocupado lugar de destaque em investigações de caráter participativo e abordagem qualitativa, sobretudo, nas ciências sociais e com serviços de saúde.

Trata-se de uma entrevista grupal em que se privilegia a interação entre os sujeitos participantes e não apenas entre o pesquisador e cada um dos participantes, isto é, o mais importante é a conversa que se estabelece entre os integrantes do grupo. Considerando a interatividade e a intersubjetividade como pontos fortes dessa técnica, é possível identificá-la como escolha privilegiada em estudos que se propõem a identificar e analisar opiniões, percepções, valores e pontos de vista variados entre pessoas que compartilhem interesses ou características comuns quanto ao tema em foco. Uma discussão focada em tema específico e na interação grupal. Vem daí a denominação Grupo Focal.

Considerando tais características da técnica, é desaconselhável usá-la em estudos que têm objetivo de obter narrativas ou histórias individuais. Nesses, seriam mais adequadas entrevistas individuais em profundidade. Outra observação importante é a inadequação do uso de Grupo Focal em estudos nos quais se pretende obter inferências estatísticas, considerando as dificuldades de assegurar tamanho e representatividade adequados para amostras.

Vale lembrar que entrevista, definida como técnica de pesquisa, consiste em conversa oral, individual ou em grupo, com pessoas selecionadas criteriosamente para obter informações sobre fatos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e confiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos definidos em cada estudo (Ketele, Xavier)[3].

Ressaltamos ainda que, numa investigação científica, a escolha do método, em suas definições teórico-conceituais para delimitar o objeto e definir os objetivos do estudo, precede e ilumina as escolhas das técnicas a serem adotadas nos procedimentos de produção e análise de dados. Serão a partir dessas preliminares metodológicas que pesquisadores deverão fazer ou deixar de fazer a escolha pelo uso da técnica de Grupo Focal.

Semelhante a qualquer outra técnica a ser definida para um estudo, se a escolha for feita de forma incoerente com os pressupostos da proposta metodológica, o uso de Grupos Focais poderá ser caracterizado como inadequado e/ou oportunista, o que resultará em projetos de pesquisa empobrecidos na produção e na análise dos dados.

Kind[4] destaca algumas situações adequadas ao uso de Grupos Focais em pesquisa:

- quando a interação grupal pode fomentar respostas novas ou mais interessantes e ideias originais;
- a pressão de participantes homogêneos facilita suas reflexões ao mesmo tempo em que incita opiniões contrárias;
- o tema tem a possibilidade de ser discutido por todos os participantes do grupo;
- o tema não é tão delicado a ponto de dificultar as respostas.

Encontramos na literatura registro de algumas desvantagens apontadas no uso da técnica de Grupos Focais:

- não permitir fazer generalização de resultados a toda a população;
- poderá haver inibição da expressão de algum dos participantes que se sentir pressionado pela opinião de outro participante;
- poderá demorar muito tempo para organização prévia e realização da sessão;
- geralmente, se menospreza a habilidade e experiência do moderador do grupo, quando isso é aspecto fundamental na técnica, por influir na qualidade das informações produzidas.

Barbour[5] ressalta que a decisão sobre quando usar o Grupo Focal ou entrevista individual deverá ser avaliada pelo pesquisador no contexto de cada estudo. Tal recomendação corrobora nossa afirmação de exigência de coerência entre a perspectiva metodológica e as técnicas usadas em uma pesquisa.

11.2 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS GRUPOS FOCAIS

O planejamento de Grupos Focais também deve seguir, coerentemente, aos objetivos do estudo. Estes nortearão as decisões sobre quem serão os participantes, a composição, sua homogeneidade ou heterogeneidade (cultura, gênero, idade, entre outros), o número de grupos, o roteiro orientador, os locais de realização e o tipo de análise de dados.

A fase que antecede a realização dos Grupos Focais é bem mais trabalhosa que sua própria efetivação. No entanto ela é fundamental para o êxito do desenvolvimento da técnica.

Alguns procedimentos são comuns à organização de Grupo Focal, independentemente de quais sejam os objetivos do estudo, como:

a) a escolha da equipe de pesquisadores – moderador, observador e anotador;

b) a escolha do local – espaço que seja adequado e confortável para o encontro das pessoas, considerando climatização, iluminação, acessibilidade, ambiente silencioso e que possibilite a privacidade das falas. Geralmente, busca-se organizar sala com cadeiras dispostas em círculo ou ao redor de mesa oval ou retangular que permita a visualização face a face dos integrantes do grupo.

O desempenho do moderador e as condições do ambiente em que se realiza o Grupo Focal são aspectos muito importantes para o êxito da realização desta técnica, destacados na maior parte dos estudos observados na experiência de realizar a técnica.

Algumas outras providências devem ser lembradas ainda nos primeiros momentos do planejamento:

- elaboração de roteiro para discussão do foco específico a ser estudado;
- gravadores de áudio para o dia da reunião do Grupo Focal;
- tempo e pessoa que irá transcrever a gravação da discussão do grupo focal;
- pequeno lanche para ser oferecido aos participantes no final da sessão;
- definir pessoa e forma de realização dos convites aos participantes, bem como a confirmação/o lembrete previamente ao dia de realização da sessão.

11.2.1 Sobre o trabalho e a composição da equipe de pesquisadores

A equipe de pesquisadores deverá ser constituída de moderador ou facilitador, observador e anotador. Cada um terá os papéis definidos, uma vez que, para desempenhar essas funções, são exigidas algumas habilidades específicas.

As características do moderador devem ser consideradas com especial cuidado, visto que é um papel chave no desenvolvimento do grupo, e têm influência direta na qualidade das informações produzidas.

O moderador, ou facilitador, deverá coordenar a discussão de modo que cada integrante participe, tenha voz e possa ser ouvido. Ele deverá orientar as perguntas e buscar que a interação ocorra, sabendo ter o cuidado para que alguns não dominem a palavra em detrimento da fala de outros. É também exigida habilidade de boa escuta, de saber manejar as próprias narrativas produzidas pelos participantes para estimular a discussão, de ser capaz de fazer sínteses e de estimular o grupo a retornar ao foco do debate quando este tender a dispersar para outros assuntos.

Geralmente, essa função é desempenhada pelo coordenador da pesquisa, mas, caso ele não se sinta contemplado em habilidades para desenvolvê-la, é recomendável delegar a outro pesquisador mais experiente, da equipe ou convidado externo. Uma exigência é que seja alguém que, além das habilidades para condução do grupo, tenha proximidade com o tema em foco. Essa autocrítica é salutar ao próprio amadurecimento de pesquisadores, e atender a essa recomendação será benéfico ao desenvolvimento exitoso da técnica.

O pesquisador que desempenhará o papel de observador ou assistente da moderação deverá observar o comportamento do grupo, anotar os acontecimentos mais importantes percebidos durante a discussão (divergências, apatia, aquecimento do debate, posturas dos participantes, entre outros). Exerce, também, a função de ser certo alter-ego do moderador e, eventualmente, poderá participar da discussão quando estritamente necessária sua fala. Deverá haver boa sintonia empática entre moderador e observador para que não ocorra superposição ou disputa de papéis na moderação, o que seria prejudicial ao desenvolvimento do grupo.

O anotador deverá ser um pesquisador que tenha habilidade para anotações e relatoria de reuniões. Deverá ficar atento às falas e anotar com o máximo possível de fidelidade os depoimentos dos integrantes durante toda a discussão.

Além de anotações realizadas pelo anotador e pelo observador, a reunião deverá ser gravada, geralmente em áudio, considerando o consentimento dos participantes, acordado previamente ao início dos trabalhos e registrado em termo de consentimento específico. Trataremos disso adiante quanto aos aspectos éticos a serem considerados na realização da técnica.

Ao final da sessão do Grupo Focal, a equipe de pesquisadores deverá se reunir e fazer as anotações de comentários e impressões que estão mais nítidas na memória. Faz-se importante programar esse tempo ainda na fase de planejamento para assegurar que a equipe se reúna imediatamente após o término do grupo.

11.2.2 Sobre os participantes

Na escolha dos participantes, deve-se considerar que a unidade de análise será o grupo e, portanto, a presença de diferentes visões é esperada na discussão. Desse modo, a escolha das características dos participantes do grupo deverá responder a critérios baseados nos objetivos e finalidades do estudo.

Nunca é demais lembrar que a seleção dos participantes na pesquisa qualitativa é intencional, independente a que tradição se vincule. A amostra intencional tem finalidade de assegurar a diversidade e não obter representatividade. Os pesquisadores devem explicitar os critérios de forma a assegurar que os escolhidos correspondam às melhores fontes advindas dos critérios cuidadosamente estabelecidos no projeto de pesquisa.

11.2.3 Sobre o tamanho e o número de Grupos Focais

Na literatura acadêmica, encontramos sugestões de tamanho de grupos que variam de seis a 15 participantes, com recomendações ideais de mínimo de seis e máximo de oito, considerando que, em grupos compostos com menos de seis pessoas, haveria pouca interação; e, com mais de oito, haveria dificuldades de assegurar a face a face, além do risco de alguns integrantes ficarem sem opinar durante a discussão ou de haver necessidade de mais tempo para a sessão. No entanto, considerando as características do estudo e a experiência dos pesquisadores, há grupos com mais de oito, numa variação entre 12 e 15. Há autores que sugerem um máximo de 15, prevendo possíveis desistências ou imprevistos no dia de realização do grupo.

A definição do número de Grupos Focais em uma pesquisa também irá depender dos objetivos e da abrangência da investigação.

11.2.4 Sobre a realização da sessão do Grupo Focal

A realização da sessão deverá ser organizada a partir de um guia que oriente o moderador na condução dos trabalhos. Cada sessão dura em média uma hora e meia, variando de uma a três horas de duração, a depender do número e da composição de participantes, da abrangência do tema em foco e das características da moderação.

Kind[4] ressalta que a definição clara de objetivos, a construção adequada do temário e uma equipe de pesquisadores experiente, em combinação, dispensam a necessidade de mais de uma sessão. No entanto, caso não se esgote a discussão temática no tempo contratado pelo grupo, recorre-se a mais de um encontro.

Se a proposta da entrevista for não-estruturada, a discussão deverá ser iniciada a partir da apresentação do assunto pelo moderador ou de algum recurso motivador da discussão (uma cena em vídeo, uma figura, uma estória, por exemplo). Em caso de entrevista com roteiro semiestruturado, o que ocorre na maioria dos casos, o mesmo deverá ser elaborado com tópicos sobre o tema em foco.

Esse roteiro deve conter de três a cinco tópicos, e a partir deles podem ser formuladas questões ou dicas que instiguem o debate pelos participantes. Recomenda-se evitar perguntas que se direcionam a respostas "sim" ou "não". Perguntas abertas que suscitem a exploração do tema são adequadas a produzirem uma boa discussão. É importante o moderador usar o roteiro com flexibilidade, valorizando os desdobramentos do debate produzido pelo grupo e sempre atento a redirecionar a discussão, cuidadosamente, quando ela sair de foco.

Seja qual for o modo de disparar a conversa temática inicial com grupo, aberta ou com roteiro semiestruturado, o moderador deverá compor um guia com os tempos previstos para o desenvolvimento da sessão, desde a acolhida de cada participante na sala até o momento de iniciar os trabalhos até o final da sessão.

Ressaltamos a importância de o espaço onde ocorrerá a reunião do Grupo Focal estar devidamente organizado e equipado previamente à chegada das pessoas, possibilitando um ambiente acolhedor e receptivo.

Um recurso comum e interessante que usamos em estudo com a técnica de Grupo Focal (Souza[6]) foi, ao recepcionar os participantes, pedir para, antes de escolher uma das cadeiras para sentar, escrever o nome em folha de papel

e fixá-la na frente da cadeira com fita crepe. Essa identificação prévia ajudou a quebrar o gelo inicial da espera entre as pessoas que chegaram antecipadas e facilitou a conversa durante a sessão, criando mais proximidade entre os participantes. É possível usar também crachás ou outras formas de identificação, a depender dos recursos disponíveis no desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Com base em nossa experiência na realização de pesquisas com uso da técnica de grupos focais, apresentamos sugestão de guia (Quadro 1) que poderá ser adaptado por pesquisadores durante a fase de planejamento de Grupos Focais, conforme cada situação específica e possibilidades de desenvolvimento de estudos.

Quadro 1 – Guia de orientação para funcionamento da sessão de Grupo focal

MOMENTOS	ORIENTAÇÕES
Início da sessão – acolhida e apresentação dos participantes do Grupo (Duração: 10 a 15 minutos).	Retomar de forma sintética o convite feito aos participantes para o grupo. Sugerir que, antes de iniciar os trabalhos, cada participante se apresente – usar uma dinâmica de apresentação rápida que descontraia e produza integração no grupo.
Apresentação dos objetivos do Grupo Focal e contrato de convivência (Duração: 30 a 40 minutos).	Explicar os objetivos e funcionamento do grupo, e pactuar como será o trabalho (tempo de duração da sessão do grupo; uso do celular; participação voluntária; permissão para gravação da discussão, leitura e assinatura do TCLE). Explicar que não há opinião correta ou errada; que deve haver respeito ao tempo de fala de cada um, respeito à opinião divergente. Isto é, os aspectos importantes para uma boa convivência e comunicação durante a sessão.

Discussão do tema em foco (Duração: 60 a 90 minutos).	
Início da discussão do tema em foco.	Iniciar a discussão com a primeira pergunta facilitadora do roteiro de questões e explorá-la em seus desdobramentos.
Continuidade da discussão do tema em foco.	Após esgotada a discussão relativa à primeira pergunta facilitadora, seguir para a segunda, ficando atento à circulação da palavra no grupo. Manter-se atento na função de moderador do grupo para produzir interação comunicacional. Seguir para a questão seguinte, após esgotada a exploração da discussão relativa à segunda questão.
Finalização da sessão do grupo.	Encerrada a exploração das questões facilitadoras pela discussão no GF, finalizar a sessão, lembrando de agradecer à participação de todos e de convidá-los para o lanche. Caso esteja prevista a realização de mais uma sessão, fazer o lembrete da agenda e local aos participantes.
Interação após finalização do grupo (Duração: cerca de 20 minutos).	Lanche.
Reunião de pesquisadores após encerramento da sessão do grupo (Duração: 20 a 30 minutos).	Após o encerramento, a equipe de pesquisadores deverá se reunir para fazer anotações complementares.

Fonte: Elaborada pela autora

11.3 ANÁLISE DE DADOS PRODUZIDOS EM GRUPOS FOCAIS

A análise de dados produzidos na técnica do Grupo Focal, semelhante a outras técnicas usadas em pesquisa qualitativa, já se inicia concomitantemente ao próprio processo de produção dos dados. No GF, ressaltamos que o desempenho da moderação e o trabalho de sistematização de impressões e anotações de toda a equipe de pesquisadores – moderador, observador e relator –, após o término da sessão, já produzem análise parcial do material.

Lembramos que a realização de Grupos Focais gera certa quantidade de dados qualitativos que exigem uma boa sistematização para serem analisados. Seguem algumas sugestões para iniciar essa sistematização:

- organizar todo o material produzido (anotações dos pesquisadores, transcrições de áudio e gravações de áudio) em um único lugar;
- realizar a análise em tempo o mais próximo possível da realização do grupo para as informações não se apagarem da memória dos pesquisadores;
- proceder leitura integral de todo material produzido e escuta da gravação de áudio;
- fazer análise com a equipe de pesquisadores e não individualmente, o que ajuda a confrontar as percepções e analisar implicações dos próprios pesquisadores.

Para análise de dados produzidos em GF, encontramos, na revisão de literatura realizada por Kind[4], destaque para a análise de tema abordado em que se identifica predominância analítica de conteúdos emergentes na discussão em detrimento do processo de produção grupal.

Nessa perspectiva analítica, geralmente, recorre-se à clássica referência da análise de conteúdo de Bardin[7] e de suas variações, a partir dos temas emergentes nos tópicos da discussão, com categorias pré-definidas ou extraídas a partir da análise do material.

Carlini-Coltrini[1] destaca duas maneiras básicas de analisar o material produzido nos grupos focais: a análise de conteúdo e os sumários etnográficos, em que uma opção não invalida a outra. Na primeira, a ênfase é dada à descrição numérica de como as categorias aparecem ou se ausentam das discussões e em que contexto isso ocorre. Na segunda, são privilegiadas as citações textuais dos participantes como ilustrações dos achados principais da análise.

Barbour[5] chama a atenção para certa tendência de alguns pesquisadores que, ao usarem Grupos Focais, afirmam na proposta metodológica que o estudo será baseado na abordagem da Teoria Fundamentada, a qual gera categorias definidas pelos participantes ao longo do estudo.

A *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada nos dados (TFD) se baseia no interacionismo simbólico e foi desenvolvida e publicada pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss, em 1967. Pode ser definida como a teoria que se constrói a partir de coleta e análise de dados sistemáticos. As proposições teóricas não são definidas no início do estudo. A TFD vai além das teorias e dos conceitos existentes em busca de novas compreensões dos processos sociais desenvolvidos em contextos naturais (Esteban)[8].

Barbour[5] ressalta ainda que não seria viável trabalhar com análise de dados como se partisse do zero, sem quaisquer concepções prévias do que provavelmente será encontrado. Nesse sentido, dialoga com outros autores que atribuem codificação na análise de dados como um processo misto em que se misturam pressupostos do estudo na definição de códigos *a priori* como ponto de partida, reconhecendo que há necessidade de atenção ao potencial analítico das frases e dos conceitos emitidos pelos participantes durante a discussão nos Grupos Focais.

Udo Kelle, citado por Barbour[5], diferindo os códigos *a priori* dos produzidos juntamente com os participantes, refere-se a códigos *in vivo* como sendo "teoria dos membros da cultura investigada". Consideramos importante o uso combinado de ambos os modos de codificação de análise, tendo em vista que a investigação parte de alguns pressupostos ao mesmo tempo em que se abre para a construção conceitual no processo de pesquisa social, no qual o campo é fértil em incertezas e imprevisibilidades que constituem a produção do conhecimento.

Entre os trabalhos que referenciamos neste capítulo, extraímos algumas sugestões como recomendações para assegurar rigor e aumentar o potencial analítico de dados produzidos em Grupos Focais:

- contextualizar os excertos, buscando identificar em que momento eles surgem na discussão, que outros comentários os provocaram e em qual sentido/finalidade a pessoa que falou pretendeu usar o comentário;
- ter atenção a que dinâmica o grupo está produzindo na discussão – colaborativa, revendo ideais, buscando soluções, por exemplo;
- faz-se importante prestar atenção às vozes e aos silêncios individuais, mesmo que o grupo seja a unidade de análise principal na técnica de Grupos Focais, pois enquanto o grupo pode tender a expressar consenso, a análise individual pode desvelar consensos aparentes e expressar discordâncias;
- os silêncios são também tão esclarecedores quanto as falas, desde que não sejam por intervenção do moderador;
- na interpretação, faz-se necessário distinguir o interessante do importante. O tempo que se leva para discutir um assunto pode defini-lo como interessante ou desinteressante, o que não equivale a se é mais ou menos importante. Daí a necessidade de o moderador estar atento e questionar diretamente o grupo quando perceber tal situação, buscando facilitar a interpretação mais aproximada do contexto da discussão. Uma breve síntese do assunto, seguida da pergunta se o resumo apresentado faz sentido para o grupo, será benéfica para a construção do processo de pesquisa e a validação da interpretação do pesquisador pelos participantes

Por fim, corroboramos o alerta de Gondim[2] de que o produto das discussões grupais é considerado nas pesquisas que usam a técnica Grupo Focal como dados capazes de formular teorias, testar hipóteses e aprofundar conhecimentos sobre temas específicos, o que torna imprescindível considerar o contexto das discussões para identificar limitações e possibilidades dos resultados do estudo.

11.4 ASPECTOS ÉTICOS NO USO DA TÉCNICA DE GRUPOS FOCAIS

Na realização de Grupos Focais, devem ser observados os mesmos cuidados e recomendações exigidos para entrevistas individuais, apenas levando em conta as especificidades da situação grupal. Desde o planejamento, pesquisadores devem ter em mente tais preocupações na escolha do espaço, para assegurar privacidade das falas, e na seleção de participantes, para evitar possíveis constrangimentos na vivência grupal.

A participação é voluntária, e deve ser obtido o consentimento livre e esclarecido de cada participante. Os termos de consentimento de participação e de gravação de voz devem ser lidos anteriormente ao início da sessão de debates, permitindo a possibilidade de desistência em qualquer tempo. O conteúdo deve ser elaborado conforme as exigências dos comitês de ética em pesquisa científica, com detalhes do estudo e esclarecimentos necessários, seguindo a legislação vigente sobre pesquisa com seres humanos.

Geralmente, duas cópias de cada um desses termos são entregues a cada participante, eles são lidos e discutidos, de forma coletiva, no grupo. Em seguida, é solicitada a assinatura em duas cópias, sendo entregue uma cópia de cada termo com a assinatura também do pesquisador responsável. No Quadro 1, identificamos na sequência de condução da moderação do grupo o momento oportuno para esse procedimento.

11.5 TENDÊNCIAS DO USO DE GRUPOS FOCAIS EM COMBINAÇÃO COM OUTRAS TÉCNICAS GRUPAIS

Além do uso da técnica de Grupos Focais, isoladamente ou complementar a outras técnicas (entrevista individual, pesquisa documental, por exemplo), encontramos também variações de uso combinadas com outras modalidades grupais, com foco em discussão específica e tendo, como unidade de análise, a produção grupal.

Destacamos aqui duas variações: 1) o uso da técnica em modalidade virtual, *online* e *offline*, com uso da Internet por meio de chat, e-mail e por

vídeo conferência (Duarte[9], Bordini, Sperb[10]); 2) o uso da técnica de Grupos Focais convencionais, combinada a grupos narrativos. O produto analítico do registro geral dos dados oriundos da discussão do GF convencional é uma narrativa, elaborada a partir da análise da equipe de pesquisadores, e depois submetida à apreciação e às recomposições pelos participantes em várias sessões subsequentes, até se chegar ao aprofundamento e aos esclarecimentos do que emerge no processo grupal.

Na perspectiva dessa segunda combinação de uso, destacamos a experiência de desenvolvimento de pesquisa avaliativa (Souza[6]), que teve inspiração em estudo desenvolvido na área de Saúde Mental (Campos, Furtado, Passos, Benevides[11]). Inclusive, um de seus pesquisadores foi consultor na elaboração e no desenvolvimento da pesquisa referida, o professor Eduardo Pereira Passos, da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Nessa variação adotada, o Grupo Focal convencional foi usado com moderação guiada pela abordagem do manejo cogestivo de grupos que se reporta a fundamentos das relações intersubjetivas adotados na Análise Institucional e na Análise Paideia (Passos, Kastrup, Escócia[12], Campos[13]).

A referência aqui a tais variações é para ilustrar a riqueza e a potencialidade dos usos da técnica de Grupos Focais ao sugerirem abertura para ampliar o leque de procedimentos de produção e análise de dados em pesquisa qualitativa, em especial, para estimular pesquisadores que se arriscam em borrar os limites sujeito-objeto e buscam produzir conhecimento a partir de metodologias participativas.

11.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A técnica Grupo Focal deve ser usada quando se elege um tema específico para discussão em grupo, e o pesquisador o toma como unidade de análise.

Cada vez mais se busca o uso dessa técnica, cuja adoção exige cuidados necessários à pertinência da adequação teórico-metodológica e dos propósitos do estudo. Tem-se buscado a técnica em investigações de crenças, valores, atitudes, opiniões e processos de influência grupal, caracterizando sua afinidade com a abordagem qualitativa em suas mais diversas tradições.

No que diz respeito à escolha entre a técnica de entrevista grupal e individual, devem ser consideradas a natureza e a finalidade da investigação. Trad[14] ressalta que, em sua experiência com Grupos Focais, a discussão e a interação entre participantes permitiram que a temática em foco fosse mais problematizada que em entrevistas individuais. A autora ressalta ainda que a decisão do pesquisador usar a técnica Grupo Focal como principal ou complementar no estudo implicará em conhecer os fundamentos e procedimentos desta técnica, certificando-se de que eles sejam incorporados de forma adequada no desenvolvimento da pesquisa.

Para Barbour[5], a técnica Grupo Focal é flexível e tem como única limitação a imaginação do pesquisador, mas lembra que não há substituto para projetos bem planejados.

Tais observações remetem às recomendações da literatura que registramos no início deste capítulo: a elaboração de um projeto de pesquisa, a escolha do tema e do problema que serão pesquisados, as delimitações do objeto, as questões e os objetivos até a análise de viabilidade operacional exigem definir procedimentos coerentes com a fundamentação teórico-metodológica que orientará o processo de pesquisa. Este sendo orientado por tais recomendações, a técnica Grupos Focais poderá ser usada como principal ou complementar de outras técnicas, em suas máximas potencialidades, tanto no formato convencional quanto em suas variações e combinações, observando-se sempre critérios para assegurar a boa qualidade do estudo.

REFERÊNCIAS

1 Carlini-Coltrim B. Potencialidaes da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. Rev saúde pública. Jun 1996;30(3):285-93.

2 Gondim SMG. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Paidéia. 2003;12(24):149-161.

3 Ketele JM, Xavier R. Metodologia de recolha de dados. Fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudos de documentos. Lisboa: Instituto Piaget; 1999. 258 p.

4 Kind L. Notas para o trabalho com técnica de grupos focais. Psicologia em Revista. Jun 2004;10(15):124-136.

5 Barbour R. Grupos focais. Porto Alegre: Artmed; 2009. 216 p.

6 Souza ECF, coordenador. Avaliação participativa de ações de extensão para qualificar o cuidado em DST/Aids: projeto de pesquisa. Natal: UFRN; 2014. (Certificado de Apresentação para Autenticação Ética - CAAE Número 34097514.6.0000.5292 – Plataforma Brasil/Ministério da Saúde-BR).

7 Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, EDA; 2009.

8 Esteban MPS. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH; 2010. Capítulo 7, Tradições na pesquisa qualitativa; p. 145-191.

9 Duarte ABS. Grupo focal on line e off line como técnica de coleta de dados. Info. & Soc. Jan-Abr 2007;17(1):75-85.

10 Bordini GS, Sperb TM. Grupos Focais on line e pesquisa em psicologia: revisão de estudos empíricos entre 2001-2011. Interação Psicol. Jul-Set 2013;17(2):195-205.

11 Campos RO, Furtado JP, Passos E, Benevides R. Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos de narratividade. São Paulo: Aderaldo&Rothschild; 2008. 428 p.

12 Passos E, Kastrup V, Escócia L. Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades. Porto Alegre: Sulina; 2010. 207 p.

13 Campos GS. Paideia: um método para análise e cogestão de coletivos. São Paulo: Hucitec; 2000.

14 Trad LAB. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com uso da técnica em pesquisas de saúde. Phisis: Rev Saúde Colet. 2009;(19)3:777-96.

INICIAÇÃO A REVISÕES SISTEMÁTICAS

Fabiano Henrique Rodrigues Soares
Larissa Grace Nogueira Serafim de Melo
Ricardo Ney Oliveira Cobucci

12.1 INTRODUÇÃO

As Revisões Sistemáticas (RS) têm origem na astronomia, passando pela agricultura e pedagogia, cujos métodos de síntese numérica de resultados foram desenvolvidos por estatísticos como R. A. Fisher, L. Tippet, K. Pearson, F. Yates e W. G. Cochran. A primeira metanálise foi publicada em 1904 no British Medical Journal[1] e sintetizava resultados de apenas dois estudos.

Foi só em 1955 que apareceu a primeira revisão sistemática sobre uma situação clínica[2]. Antes dessa data, surgiram algumas publicações abordando métodos estatísticos para combinar resultados de estudos independentes[3].

A era das RS com metanálises na área de Saúde se consolidou no final da década de 80 com a publicação do livro *Effective Care in Pregnancy and Childbirth* de Chalmers, Enkin, Keirse[4], e após um movimento iniciado nessa mesma década no Canadá, chamado de Prática Baseada em Evidências (PBE), surgiu a necessidade de aprimorar a prática clínica e a qualidade do ensino. Sampaio, Mancini[5] destacam a necessidade de sintetizar a grande quantidade de informação científica com a finalidade de obter subsídios para fundamentar propostas de aprimoramento, de implementação e de avaliação dos resultados obtidos para o incremento da assistência e do ensino.

Dentro desse contexto, De-la-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Bertolozzi[6] fazem referência sobre a PBE, quando aludem que se expandiu para diferentes áreas da saúde, abraçando temáticas relativas à prevenção, ao diagnóstico, ao tratamento, à reabilitação, à formulação de políticas de saúde, à gestão de serviços de saúde, dentre outras.

Essa prática estava inicialmente limitada ao contexto da clínica médica, nomeando-se Medicina Baseada em Evidências (MBE). Posteriormente, foi abraçada por outras áreas do conhecimento como Enfermagem, Saúde Mental, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Educação Física e Psicoterapia, entre outras, abordando temas relativos à prevenção, ao diagnóstico, ao tratamento e à

reabilitação. Essa prática também é utilizada pelos formuladores de políticas de saúde e gestores de serviços de saúde.

Com isso, a PBE propõe que a tomada de decisões praticadas por um profissional de Saúde deve sempre ser embasada nas melhores e mais atuais evidências científicas existentes. Deve-se dominar e diminuir a incerteza que é inerente ao campo das Ciências da Saúde.

12.1.1 Cochrane Collaboration

Em 1979, Archie Cochrane percebe a necessidade de organizar e sintetizar os resultados dos estudos científicos de alta qualidade em bancos de dados que pudessem ser atualizados periodicamente.

É com base neste ideal que surge a Cochrane Collaboration, organização não governamental e sem fins lucrativos que visa pesquisar os trabalhos científicos na busca da melhor evidência possível para orientar as tomadas de decisões clínicas.

A Cochrane Collaboration é uma rede mundial com sede em Oxford, Reino Unido, com mais de 30 mil pesquisadores espalhados por mais de 100 países. Todos trabalhando na geração de RS, de acordo com as normas da colaboração.

A colaboração tem um mix de funcionários voluntários e pagos que são afiliados à organização por diversas entidades Cochrane, como grupos ou redes temáticas, grupos de metodologia e centros regionais. A sua missão é preparar, manter e assegurar o acesso à RS sobre efeitos de intervenções em saúde.

No site da Cochrane do Brasil, existe todo um aparato para possibilitar a execução de estudos de RS de ensaios clínicos para quem deseja iniciar uma pesquisa desse tipo. O site, inclusive, disponibiliza o *Cochrane Handbook*, documento oficial que descreve em detalhes o processo de preparação e manutenção de RS Cochrane sobre efeitos de intervenções. A versão corrente do *Handbook* é a 6.0, e está disponível em vários formatos, inclusive em espanhol.

A Cochrane Library é o periódico científico da Cochrane Collaboration, e seu acesso é grátis no Brasil. O padrão de qualidade é alto. Se a pesquisa não for feita obedecendo às normas da colaboração, o trabalho não será considerado como sendo a melhor evidência científica existente sobre o tema pesquisado.

12.2 TRABALHANDO A CONCEITUAÇÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA

É um método de revisão do "estado da arte ou estado de conhecimento", definido como de caráter bibliográfico. Elas apresentam um desafio de mapear e discutir certa produção acadêmica em uma área do conhecimento.

Linde, Willichd[7(p84)] conceituam RS como:

> Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada.

É preciso existir um elo entre a ciência de qualidade e a boa prática clínica. Isso nos sugere que devemos realizar o processo chamado de Saúde Baseada em Evidências, ou SBE, que utiliza as ferramentas da Epidemiologia Clínica, da Estatística e da Metodologia da Pesquisa para encontrar, analisar, sintetizar e publicar o conhecimento científico a respeito de um determinado tema em um formato acessível e válido, segundo Mulrow[8].

Essa necessidade surge do crescente número de publicações científicas nos últimos anos. Dados apontam para mais de quarenta mil periódicos e mais de um milhão de artigos científicos publicados por ano. Essa explosão de informações deve ser sintetizada e sistematizada para possibilitar uma recuperação mais eficiente e abrangente sobre o tema de interesse, pois grandes quantidades de informações necessitam ser reduzidas.

É neste contexto que a RS de estudos quantitativos e/ou qualitativos representa uma ferramenta confiável na síntese de dados empíricos para responder perguntas práticas no dia-a-dia do profissional de Saúde e na tomada de decisões em políticas públicas relacionadas à saúde, em função do seu alto grau de evidência. A Figura 1 mostra um esquema que ilustra os níveis de validade e de confiabilidade dos diversos desenhos de estudo.

Figura 1 – Níveis de evidências para tomadas de decisões clínicas

Fonte: Sampaio, Mancini[5].

Uma das razões para realização de uma RS é o fato de existir uma grande variabilidade na qualidade metodológica dos trabalhos científicos publicados. Essa variabilidade gera dúvidas quanto à especificidade e à validade dos achados. Além disso, uma conclusão, alcançada por qualquer um desses trabalhos, representa apenas uma peça do quebra-cabeça, ou seja, representa apenas um ponto de vista do fenômeno investigado. O que pode limitar a capacidade de generalização dos achados e sua aplicabilidade na solução de uma questão prática.

Assim, para nos mantermos atualizados profissional e cientificamente, deveremos selecionar estudos que sintetizem as melhores evidências existentes e que essas evidências tenham sido criteriosamente escolhidas e interpretadas antes de sua inclusão no artigo de revisão.

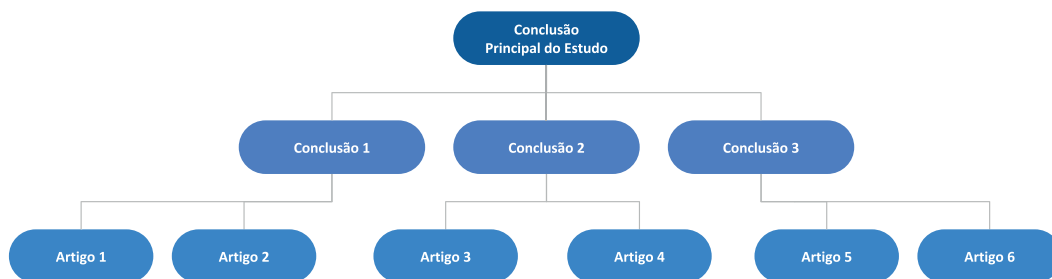
Existem dois tipos de revisão: revisão narrativa, ou convencional, e sistemática da literatura. E qual é a diferença entre elas? Na revisão narrativa, o autor constrói sua base empírica aglutinando e interpretando os dados empíricos das obras escolhidas de maneira livre, ou seja, ele corre o risco de ser tendencioso ao incluir fontes científicas que apenas concordem com suas ideias preconcebidas. Isso caracteriza um forte viés na seleção de estudos para inclusão na revisão. Já em uma revisão sistemática o autor terá a liberdade de escolher os critérios de inclusão e de exclusão dos estudos para posterior síntese de seus resultados. Esses critérios de inclusão, normalmente baseados em estratégias bem definidas, irão reduzir esse viés de seleção de obras e, como consequência, poderão formar uma base empírica mais sólida e imparcial para fundamentar as conclusões apontadas pelo artigo de revisão. Iremos abordar esses critérios de inclusão mais adiante.

Assim, o objetivo de uma RS será: coletar, analisar, sintetizar e manter atualizados os resultados de estudos anteriormente publicados sobre um tema utilizando uma metodologia clara e reprodutível.

A RS será muito útil quando os estudos experimentais ou observacionais forem muito pequenos para detectar diferenças ou quando os resultados existentes forem contraditórios ou inconclusivos.

Os resultados e conclusões das obras científicas incluídas formarão a base empírica para a formulação das conclusões do autor da revisão (Figura 2). Essa base empírica contribuirá para responder à pergunta de pesquisa elaborada no início do projeto de revisão sistemática.

A RS pode estar ancorada em pesquisas qualitativas ou quantitativas e isso dependerá do objetivo e da pergunta de pesquisa. Os resultados podem ser expostos na forma de conclusão, análise ou síntese. Contudo, na RS qualitativa, devem estar asseguradas as validades: descritiva (identificação de estudos relevantes), interpretativa (correspondência entre o registrado pelo revisor e o conteúdo do estudo), teórica (credibilidade dos métodos desenvolvidos) e pragmática (aplicabilidade do conhecimento gerado)[6].

Figura 2 – Esquema de fundamentação empírica para uma revisão sistemática

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

A formação da base empírica, que sustenta as conclusões, passa pela síntese estatística dos resultados dos trabalhos científicos incluídos na RS e será realizada pelo método de metanálise que agrupa resultados de múltiplas pesquisas e aponta para uma decisão. A metanálise não é um procedimento estatístico novo, mas vem ganhando muita visibilidade no processo de análise de resultados de vários estudos. Nesse tipo de técnica, é essencial que as diferenças estatísticas dos resultados das investigações sejam verificadas com olhar acurado sobre homogeneidades e heterogeneidades encontradas. As variáveis envolvidas e levadas em conta pelo trabalho, o tipo de amostra, o procedimento e os resultados obtidos, etc. são sintetizados estatisticamente e/ou comparados no decorrer da atividade, objetivando uma conclusão à luz de estudos primários. O pensamento metanalítico é de extrema importância na hora de fortalecer a base empírica sobre um determinado fenômeno.

Qualquer revisão sistemática/metanálise deve ser precedida de um protocolo em que as estratégias a serem empregadas devem ser especificadas. Perguntas claramente formuladas, juntamente com critérios claros de inclusão e exclusão de estudos, são imprescindíveis para o processo de identificação das pesquisas pertinentes para a RS/metanálise. É preciso ter clareza quanto às características da população para a qual se pretende responder à pergunta inicial, quanto à exposição que se deseja investigar, assim como quanto ao desfecho que se quer mensurar. Cabe ainda definir quais os tipos de estudo que serão incluídos.

O esquema seguinte sintetiza as etapas metodológicas que um pesquisador deve realizar na hora de elaborar um projeto de RS. Esse esquema recebe influências do tipo de RS a ser feita: revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados, de estudos de acurácia diagnóstica, de estudos observacionais, ou de estudos qualitativos. Abordaremos os métodos nas próximas sessões.

12.3 ESQUEMA METODOLÓGICO DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Uma RS requer uma questão clara, critérios de seleção bem definidos e uma conclusão que forneça novas informações com base no conteúdo selecionado.

12.3.1 Formulação da pergunta

A pergunta de pesquisa é por onde tudo começa. Essa questão, geralmente, é gerada na prática clínica ou por meio da leitura de artigos, estruturada de maneira simples e direta, sendo refinada posteriormente. O acrônimo PICO pode ser útil para formulá-la de maneira efetiva. PICO significa População (participantes), Intervenção (ou exposição, para estudos observacionais), Comparação (ou controle) e *Outcome* (desfechos clínicos, em português); porém alguns preferem acrescentar um S (*study design*, ou seja, delineamento do estudo, em português) e denominar PICOS[9].

As combinações desses termos e a adequação aos dados disponíveis, utilizando estudos com delineamentos identificados em fontes bibliográficas acessíveis, permitem viabilizar a investigação da questão de pesquisa, refinada a partir do PICOS. A questão de pesquisa determina, inclusive, os termos a serem empregados na estratégia de busca[8].

A seguir são apresentados pontos relevantes que devem ser considerados durante essa etapa:

- Identificar uma intervenção relevante e controversa.
- Estabelecer critérios de elegibilidade para os artigos.

- Definir o tipo de paciente.
- Definir as características da intervenção.
- Definir os métodos de mensuração de variáveis de interesse.

12.3.2 Busca e seleção dos estudos

Uma vez que a questão de pesquisa foi formulada, a etapa seguinte é a busca e seleção de estudos, que viabilizará a recuperação das evidências nas bases de dados e que pode ser esquematizada nas seguintes etapas:

- Escolher as bases de dados eletrônicos a serem pesquisadas.
- Escolher o período de abrangência da busca de artigos.
- Elaborar estratégias de busca abrangentes que possibilitem recuperação do maior número possível de obras.
- Selecionar todos os artigos que preencham os critérios de elegibilidade.

12.3.3 Avaliação crítica dos artigos

A avaliação da qualidade dos estudos indicará a confiança que se terá nos resultados da revisão e deve seguir as seguintes etapas:

- Classificar a qualidade metodológica dos artigos selecionados para análise.
- Identificar as principais fontes de viés: houve randomização e cegamento?, seleção dos pacientes, alocação, amostra, delineamento do estudo.
- Estabelecer um ponto de corte para exclusão de artigos de baixa qualidade.
- Entrar em contato com os autores quando não encontrar um relato adequado da metodologia usada.

12.3.4 Extração e síntese dos dados

Recomenda-se que a extração de dados seja feita por dois ou mais pesquisadores de forma independente. Os autores definem de antemão quais informações dos estudos selecionados irão utilizar na revisão. Em geral, coletam-se dados sobre autor, data de publicação, tipo de estudo, participantes, exposição ou intervenção, desfecho, tempo de seguimento e perdas. Nessa fase da RS, pode ser usado *software* desenvolvido para ser usado nesse tipo de pesquisa como o *Review Manager* (RevMan) disponibilizado pela Cochrane Collaboration.

12.3.5 Resultados

Concluídas as etapas anteriores da RS, os pesquisadores estão prontos para comunicar seus resultados e contribuir com o conhecimento existente no assunto. Nessa fase, devem relatar os números da busca, as características dos estudos incluídos, os achados e a qualidade da evidência.

12.3.6 Discussão e conclusão

Em seguida, elabora-se a discussão, primeiramente com uma síntese do que se encontrou e depois com as limitações do estudo, como elas foram mitigadas, a contextualização com a literatura vigente e, ao final, a conclusão na qual se recomenda que sejam apresentadas implicações para a prática e para futuras pesquisas.

12.3.7 Atualização da Revisão Sistemática

Se a revisão foi inconclusiva, deve ser atualizada periodicamente (a cada dois anos).

12.4 PASSO A PASSO PARA ELABORAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE RS

A base mais utilizada atualmente para registrar protocolos de Revisões Sistemáticas é o PROSPERO (International Prospective Register of Systematic Review). O registro do protocolo é cada vez mais recomendado e cobrado por editores de periódicos científicos.

Após a elaboração de uma pergunta de pesquisa, deveremos acessar a Biblioteca Cochrane ou o PROSPERO e pesquisar se nossa questão já está sendo ou já foi pesquisada. Caso a indagação esteja sendo pesquisada por outra pessoa, aparecerá como Protocolo de Pesquisa; se já tiver sido respondida, não há razão para seguir em frente, deve-se mudar o problema de pesquisa.

No item Resumos de Revisões Sistemáticas com Qualidade Avaliada, aparecem os estudos, realizados fora da Cochrane Collaboration, que tenham qualidade atestada pela Cochrane. Nesse caso, ainda é possível registrar o protocolo, mesmo que uma revisão já tenha sido feita fora da colaboração.

Em seguida, é necessário identificar em qual grupo temático o questionamento se encaixa. Existem vários grupos temáticos específicos, por exemplo: *Skin Group*, *Stroke Group*, *Public Health Group*, *Pregnancy and Childbirth Group*, etc. Podemos ter acesso a todas as características de pesquisa do grupo de interesse e identificar se nossa pergunta realmente se encaixa nas suas propostas.

O passo seguinte é entrar em contato com um representante do grupo para questioná-lo se já existe um protocolo com sua dúvida. Este representante entra em contato com todos os demais grupos para saber se essa interrogação já está em processo de registro.

Caso não haja a questão, recebe-se um formulário que deve ser preenchido da forma mais criteriosa possível. Esse é um grande passo, e é o primeiro filtro que o grupo tem para avaliar se o pesquisador está preparado ou não para realizar a pesquisa.

Se o grupo avaliar positivamente seu anteprojeto, o passo seguinte é registrar o protocolo que o pesquisador seguirá antes de iniciar a investigação. Esse protocolo será publicado no *site* da Biblioteca Cochrane ou do PROSPERO

e será dado um prazo de até seis meses. Nesse tempo, nenhum outro pesquisador poderá registrar outra pesquisa com a mesma pergunta.

Inicia-se um processo de correções metodológicas que poderão ser propostas por membros do grupo ao qual sua pergunta foi atrelada. Esse procedimento pode demorar um pouco. Finalizada essa etapa, começa o processo da pesquisa propriamente dito que deverá levar até um ano.

Embora esta demora seja um pouco frustrante, existe a vantagem de que, ao final, teremos um trabalho que será publicado nos próximos números do Cochrane Library (ISSN 1465-1858). O Journal Citation Reports (JCR) mais recente deste periódico (2014) apresenta o fator de impacto dos últimos cinco anos de 5,939.

Abaixo, mostramos um esquema para ser seguido na elaboração de um protocolo de RS de ensaio clínico randomizado (ECR). Este esquema pode sofrer mudanças de acordo com as características da pergunta e do tipo de RS, mas deve ser seguido criteriosamente pelo pesquisador e por sua equipe.

12.4.1 Esquema de protocolo de revisão sistemática de ECR

a) Introdução contendo a relevância científica do assunto e as razões práticas para a realização da revisão.

b) Objetivo: a pergunta da pesquisa transformada em uma ação.

c) Critérios para seleção dos estudos.

- Tipos de estudo: ensaios clínicos controlados e randomizados (ECR).
- Tipo de participante: idade, gênero e demais características clínicas intervenientes.
- Tipo de intervenção.
- Desfechos a serem considerados.

d) Estratégias de busca: neste item, podemos pedir ajuda a Cochrane do Brasil, pois existem pessoas responsáveis pela elaboração de estratégias de busca sistemática de evidências disponíveis a ajudar o pesquisador.

e) Definição dos bancos de dados científicos a serem pesquisados. Exemplo:

- Pubmed/Medline;
- Lilacs;
- Embase;
- Cochrane;
- Ovid;
- Scielo;
- Scopus;
- Web of Science;
- Cancerlit;
- Cinahl;
- Google Scholar;
- Proquest;
- Banco de teses Capes;
- Busca manual.

f) Localização dos estudos.

g) Leitura do resumo de todos os artigos para selecionar os prováveis ECR a serem analisados. Este é o momento mais doloroso do processo, pois existem perguntas que recuperam 80 artigos enquanto outras recuperam mais de três mil artigos que deverão ter seus resumos lidos.

h) Solicitar o artigo completo dos prováveis ECR: este passo é problemático, pois existem trabalhos que não estão disponíveis na íntegra. Caso não se ache o artigo na íntegra (pode estar publicado em um periódico chinês, por exemplo), pede-se ajuda ao núcleo da Cochrane Collaboration correspondente, para localizar e até traduzir o artigo.

i) Análise dos artigos selecionados por dois revisores independentes: apenas os ECR que deverão ser incluídos. Caso não haja consenso entre eles, um terceiro revisor deverá ser chamado para desempate.

j) Avaliação de qualidade metodológica dos ECR incluídos com *checklist* mais adequado. Por exemplo:
   - Escala PEDro;
   - JADAD;
   - Delphi List;
   - *Checklist* da Cochrane.

k) Seguir o passo a passo para inclusão, seguindo o *checklist*, e em seguida explicar os motivos de exclusão de cada artigo.

l) Extração dos dados dos artigos incluídos: novamente, dois autores independentes revisarão cada ECR incluído para análise e preencherão uma Ficha de Extração de Dados, a ser elaborada pelos pesquisadores, para montar o relatório final.

m) O pesquisador deverá, em seguida, registrar o protocolo em bases como a própria Cochrane ou no PROSPERO.

12.5 REVISÕES SISTEMÁTICAS DE ESTUDOS DE ACURÁCIA DIAGNÓSTICA

A acurácia de um teste diagnóstico leva em conta como esse teste pode identificar corretamente as pessoas com uma determinada doença e excluir as pessoas que não têm a doença. Essa precisão pode ser estimada por meio da comparação dos resultados de uma prova, chamada de teste índice, com os resultados de um teste padrão de referência. Os participantes de um estudo de teste diagnóstico devem submeter-se tanto ao teste índice quanto ao teste padrão, para que, em seguida, os resultados dos dois testes sejam comparados. O estabelecimento da acurácia diagnóstica é de fundamental importância para a tomada de decisões na área da Saúde, sendo relevante para a escolha dos testes de rastreamento na população, assim como, para predizer o curso de diversas terapias ou fornecer alguma indicação do prognóstico do paciente.

Recentemente, surgiu uma demanda para RS sobre estudos da acurácia dos testes diagnósticos. Em outubro de 2008, foi publicada, pela primeira vez, uma revisão sistemática, sobre a acurácia de um teste diagnóstico, pela Biblioteca Cochrane[10].

A Cochrane Reviews of Diagnostic Test Accuracy, grupo criado para desenvolver e implementar as revisões sistemáticas da acurácia dos testes diagnósticos, dentro da Cochrane Collaboration, procura ser abrangente na identificação da literatura, avaliar a qualidade da investigação e usar métodos estatísticos validados para sintetizar os resultados. A busca dos estudos sobre acurácia diagnóstica é mais difícil e trabalhosa do que a de ECR, devido aos relatos inadequados feitos pelos autores desses estudos e à indexação inconsistente na Medline e em outras bases de dados. Isso torna difícil desenvolver estratégias de busca que sejam ao mesmo tempo específicas e sensíveis na recuperação de todos os artigos[11].

Várias são as limitações das revisões sistemáticas de estudos de acurácia diagnóstica. Por ser permitido mais de um delineamento de estudo, como caso-controle, observacionais ou estudos transversais, além de esses estudos poderem ter natureza tanto retrospectiva quanto prospectiva, muitas vezes a combinação dos achados destes diferentes estudos não é indicada e pode gerar estimativas enviesadas acerca da acurácia do teste.

A depender do espectro de doença e da maneira como os pacientes foram incluídos nos diferentes estudos, as estimativas de desempenho podem não ser aplicáveis em todos os perfis de população, e, portanto, tais diferenças devem ser exploradas. Algumas iniciativas vêm contribuindo para superar essas limitações. Uma dessas iniciativas é a publicação da STARD (The Standards for Reporting of Diagnostic Accuracy), que estabelece uma lista com 25 itens a serem checados, e atualmente é adotada por mais de 200 periódicos[12]. Apesar dessa iniciativa, as revisões sistemáticas sobre acurácia dos testes diagnósticos têm, muitas vezes, uma baixa qualidade metodológica. A variação nos desenhos dos estudos, nos padrões de referência, nas fontes de vieses e na multiplicidade de medidas faz da Revisão Sistemática de estudos de acurácia diagnóstica mais difícil do que as de intervenção que usam ECR.

Em 2003, foi desenvolvida uma ferramenta para avaliar os estudos primários de acurácia diagnóstica, o QUADAS (Quality Assessment of Diagnostic Accuracy Studies), que consiste em um questionário de 14 itens, formulados como perguntas, cada uma das quais deve ser marcada como sim, não ou pouco clara. O questionário é simples e rápido de ser concluído: analisa o espectro dos pacientes, o critério de seleção, o padrão de referência, a utilização dos

testes índice e de referência em todos os pacientes, a descrição detalhada dos dois testes, os vieses da progressão da doença, a interpretação dos resultados por quem não sabia do outro resultado, a aplicabilidade do teste, os estudos retirados e os resultados indeterminados[13].

A metanálise de acurácia de testes diagnósticos fornece estimativas da média da acurácia diagnóstica de um ou mais testes, a incerteza desta média e a variabilidade dos estudos ao redor desta média. Ainda permite descrever como a acurácia varia em função de diferentes valores de corte e outras características do estudo. Ajuda a interpretar resultados conflitantes entre estudos, uma vez que permite identificar quais diferenças são reais, quais são explicadas pelo acaso e quais podem ser explicadas pelas características conhecidas dos estudos. À medida que a precisão da estimativa normalmente aumenta com a quantidade de dados, a metanálise tem mais poder para detectar diferenças reais na acurácia entre testes de estudos individuais, e pode gerar estimativas mais precisas de sensibilidade e especificidade esperadas[14].

Assim como Revisões Sistemáticas de ensaios clínicos randomizados, a metanálise deve ser considerada apenas quando os estudos recrutaram populações de pacientes similares, utilizaram testes experimentais e de referência comparáveis e que seja pouco provável que apresentem vieses importantes, todos esses representando fontes de heterogeneidade entre as pesquisas. Mesmo com esses critérios sendo preenchidos, ainda pode haver heterogeneidade importante entre os trabalhos que torne inapropriado sumarizar o desempenho dos testes em uma única estimativa de efeito. Neste caso, apenas se apresentam o desempenho dos testes nos vários estudos, de forma sistemática[15].

As RS para avaliação da acurácia dos testes diagnósticos são realizadas pelas mesmas razões que as de intervenções terapêuticas e envolvem as mesmas etapas das outras revisões sistemáticas: elaboração da pergunta clínica, busca na literatura (localização e seleção dos estudos), sistematização do método de avaliação da qualidade da informação, extração e síntese dos dados, interpretação dos resultados e resolução do cenário clínico.

Ao considerar uma Revisão Sistemática de estudos de acurácia diagnóstica, é importante avaliar se os resultados da revisão serão capazes de fornecer as informações necessárias para a prática clínica. O principal objetivo de

uma Revisão Sistemática da acurácia dos testes de diagnóstico é encontrar as evidências sobre a acurácia de um teste (sensibilidade, especificidade, razão de verossimilhança, curva ROC, ou *Receiver Operating Characteristic*).

Estudos diagnósticos de acurácia são realizados em amostras pequenas de casos, especialmente quando a doença é rara. Assim, o aumento da precisão da estimativa de desempenho de um teste é desejado, principalmente se o perfil de população for semelhante entre os estudos. Ainda, a metanálise de estudos de testes diagnósticos permite investigar a consistência do desempenho do teste e comparar os resultados entre os estudos de diferentes delineamentos e de diferentes cenários.

12.6 REVISÕES SISTEMÁTICAS DE ESTUDOS OBSERVACIONAIS

Revisões Sistemáticas de estudos observacionais são mais propensas a vieses de seleção e confusão devido às características dos delineamentos observacionais[16].

Hipóteses etiológicas não podem ser testadas em delineamentos experimentais. Ainda que fatores de risco individualmente representem baixo risco, não seria possível alocar indivíduos para exposição associada a risco com o objetivo de avaliar a incidência de doença. Mesmo exposições associadas a baixo risco absoluto de doença são capazes de determinar impacto em saúde pública, se parte da população estiver exposta ao fator de risco[16].

Estudos observacionais mostram-se mais adequados para evidenciar efeitos adversos raros ou tardios associados a determinados tratamentos e frequentemente oferecem uma indicação mais precisa sobre o que é alcançado na prática clínica cotidiana, uma vez que lançam mão de uma situação dada e observam os dados daí resultantes, que podem ser contexto-dependentes.

Estudos observacionais são menos dispendiosos e permitem a análise de dados em período mais curto, o que pode ser vital em termos da formulação ágil de políticas públicas, particularmente em países de renda baixa e média e em situações emergenciais.

Uma terceira questão refere-se ao fato de que as amostras de estudos observacionais são frequentemente mais representativas da população-alvo da intervenção do que ensaios clínicos randomizados, os quais tendem a ser realizados em ambientes específicos, como hospitais de referência, e com pacientes que possam aderir a protocolos bastante restritivos de tratamento e acompanhamento[16].

O passo a passo é o mesmo das revisões de ensaios clínicos randomizados, exceto pela mudança do *checklist* a ser empregado para a avaliação dos estudos. Para estudos observacionais como a coorte e o caso-controle, o instrumento de avaliação crítica utilizado é a escala de avaliação Newcastle-Ottawa. O processo de avaliação crítica com o uso dessa escala deve fornecer pontuação ≥ 6, do total máximo de nove pontos, para que o estudo seja incluído[17].

12.7 REVISÕES SISTEMÁTICAS DE ESTUDOS QUALITATIVOS

As RS de estudos qualitativos permitem ao pesquisador entender ou interpretar questões sociais, emocionais e culturais, comportamentos, interações ou vivências que acontecem no âmbito do cuidado em saúde ou na sociedade, a partir da ocorrência de um fenômeno, além de subsidiar a proposição de novas teorias[6].

Na RS qualitativa, os procedimentos devem assegurar a validade descritiva, interpretativa, teórica e pragmática. A *validade descritiva* refere-se à identificação de estudos relevantes por meio de todos os meios acessíveis de busca. A *validade interpretativa* compreende o reconhecimento da correspondência entre dados registrados pelo revisor e sua interpretação com o conteúdo do estudo. A *validade teórica* diz respeito à credibilidade dos métodos desenvolvidos para atingir a síntese das evidências científicas (EC) que o revisor forneceu. A *validade pragmática* refere-se à utilidade, aplicabilidade e transferência do conhecimento gerado para a prática[18].

Quanto à RS qualitativa, observa-se diversidade de metodologias que possibilitam sintetizar os resultados das EC. A despeito de cada metodologia ter suas peculiaridades, elas podem ser complementares, com características

que se justapõem. Há metodologias que priorizam a construção ou explicação de teorias, e aquelas voltadas a descrever um fenômeno determinado, entre essas o Metaestudo e a Metassíntese. O Cochrane Review Group destaca outras metodologias, como: Meta-etnografia, Síntese Narrativa, Síntese Temática e Meta-agregação[6].

12.8 AVALIAÇÃO CRÍTICA DE REVISÕES SISTEMÁTICAS

Para decidir se o resultado de uma revisão sistemática possui validade e aplicabilidade, o leitor deve estar preparado para avaliá-la quanto à qualidade metodológica, à importância dos resultados e à aplicabilidade. Os princípios para avaliação crítica de uma revisão sistemática são:

a) O estudo possui validade interna?

Uma pesquisa será mais válida se pudermos ter mais certeza de que nossa hipótese é a única explicação para os resultados e que outras possíveis explicações não são viáveis. Terá alta validade interna quando for capaz de diminuir as hipóteses rivais plausíveis, deixando apenas a hipótese experimental como explicação plausível dos dados.

b) A Revisão Sistemática delimita uma questão clínica estruturada e focada?

Para a realização de uma Revisão Sistemática de qualidade, é necessária a formulação de uma questão científica estruturada. Os autores devem definir o tipo de paciente ou população, intervenção, comparação ou controle e desfechos (PICO).

c) Foi realizada uma estratégia de busca abrangente?

Idealmente, uma Revisão Sistemática deve reunir toda a evidência existente referente a um assunto. A estratégia de busca e seleção deve ser definida antes da consulta aos diferentes bancos de dados. Uma RS adequadamente delineada deve evitar o uso de apenas um banco de dados (por exemplo: Medline), o qual pode não conter todos os artigos publicados sobre o tema. É fundamental a consulta a outras bases e a verificação das referências citadas em artigos originais e de

revisão sobre o tema. Além disso, deve-se minimizar o viés de publicação – que ocorre quando o número de estudos publicados não é representativo do total de estudos sobre o tema –, tentando-se identificar trabalhos não-publicados nas bases de dados de teses de Mestrado e Doutorado das principais universidades ou em bases digitais, nos resumos apresentados em congressos, e em consultas aos especialistas. A exclusão destes estudos nas metanálises pode levar a estimativas exageradas da efetividade de uma intervenção.

d) Os critérios de inclusão e exclusão dos estudos foram definidos *a priori*?

Os critérios de inclusão e exclusão devem ser descritos e rigorosamente seguidos. De modo geral, estabelece-se *a priori* os tipos de paciente/condição clínica a ser estudado, de estudo a ser incluído, de intervenção, de controle e de desfecho, além do período de publicação.

e) Os autores avaliaram a qualidade metodológica dos estudos incluídos na revisão sistemática?

Além da busca incompleta de estudos, outro problema comum nas Revisões Sistemáticas é a inclusão de estudos de baixa qualidade, que podem comprometer a confiabilidade nos resultados da revisão. Quando resultados de estudos primários de baixa qualidade metodológica são utilizados, a eficácia clínica e estatística de determinadas intervenções pode ser falsamente exagerada. Exemplos de *checklists* usados para avaliar qualidade metodológica dos estudos foram citados nas sessões anteriores do capítulo (Jadad, Newcastle-Ottawa, QUADAS, Cochrane etc.).

f) Os autores realizaram um processo de extração de dados padronizado e sem vieses?

Outro aspecto importante a ser observado é se, durante a extração dos dados, os revisores estavam cegos quanto aos periódicos em que os estudos foram publicados, aos autores e aos resultados. Ainda, os formulários de coleta de dados devem ser padronizados e elaborados previamente ao levantamento dos estudos, a fim de garantir que os dados não foram definidos de forma *post hoc*, pois a exploração das informações em busca de artigo favorável à hipótese dos autores pode gerar resultados falso-positivos.

g) Os autores realizaram metanálise? Se sim, qual foi a estimava de efeito conjunto? Os achados foram precisos?

Em uma metanálise, métodos estatísticos são utilizados para sumarizar os resultados de diversos estudos em uma única medida denominada, genericamente, estimativa de efeito conjunto. Simplificadamente, os métodos utilizados são:

1. Parâmetro clínico-epidemiológico de sumarização dos resultados: na utilização do parâmetro clínico-epidemiológico, deve-se primeiramente determinar se os dados são binários (sim/não, presente/ausente, etc.) ou contínuos (pressão arterial, peso, etc.). Variáveis binárias podem ser combinadas em medidas como *Odds Ratio* (OR), risco relativo (RR), e número necessário tratar (NNT). Tanto o OR como o RR são medidas de eficácia da intervenção, já o NNT informa o impacto clínico. Dados contínuos podem ser sumarizados em médias entre os grupos.

Em metanálise de estudos diagnósticos, os resultados podem ser sumarizados como sensibilidade, especificidade e *likelihood ratios*. Em metanálise de estudos observacionais, os resultados são sumarizados como RR e OR. Já as de estudos prognósticos utilizam *hazard ratio* e medidas de tempo para um evento.

2. Método de quantificação da contribuição dos estudos para análise: quando não há diversidade e nem heterogeneidade importantes, aqueles estudos com maior poder estatístico (leia-se, estudos com maior população e maior efeito da intervenção) possuirão mais "peso". Nesse caso, utiliza-se o método de efeitos fixos, que pressupõe que todos os estudos apontaram um mesmo efeito. Quando há diversidade e heterogeneidade, é utilizado o modelo de efeitos-aleatórios, o qual distribui o peso de maneira mais uniforme, valorizando a contribuição dos estudos pequenos e, consequentemente, fornece um intervalo de confiança (IC) mais amplo.

h) Os resultados foram consistentes entre os diferentes estudos? Se não, os autores exploraram potenciais causas de heterogeneidade?

Os estudos primários tendem a ser diferentes em relação ao perfil do paciente incluído, ao tipo de intervenção utilizada e à definição do desfecho. Tal diferença é denominada *heterogeneidade clínica*. Adicionalmente, os estudos podem diferir em aspectos metodológicos, o que é denominado *heterogeneidade metodológica*. Atualmente, as heterogeneidades clínica e metodológica são englobadas sob o termo *diversidade* que, na maioria das vezes, possui impacto no resultado.

O método mais utilizado para avaliação da diversidade é o teste de heterogeneidade (semelhante ao teste Qui-quadrado), que parte do pressuposto que os achados dos estudos primários são iguais (hipótese nula) e verifica se os dados encontrados refutam esta hipótese. Se a hipótese nula for confirmada, os estudos são considerados homogêneos ($p > 0,05$). Alguns autores argumentam que um pouco de heterogeneidade sempre está presente, logo, não faria sentido testar sua presença, mas quantificá-la. Dessa forma, recentemente, foi proposta a medida denominada *inconsistência* (I2), que mede quanto da diferença, entre os estudos, é devida à heterogeneidade. Geralmente, o resultado é expresso em porcentagem, sendo que inconsistências de até 25% são consideradas baixas, 50% intermediárias e maiores que 75% altas (quando a realização da metanálise é questionável).

i) Os resultados são importantes e aplicáveis na prática (Validade Externa)?

A validade externa de uma pesquisa vai depender de se poder mostrar que os resultados obtidos não são dependentes da amostra ou da situação particular desta pesquisa, mas que suas conclusões são verdadeiras também para outros contextos da prática clínica e outras populações.

j) Os estudos da revisão incluem pacientes semelhantes ao meu?

Se os seus pacientes preencherem os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos pelos estudos incluídos na revisão, não há muita discussão quanto à aplicabilidade dos resultados. Se não for o caso, deve-se questionar se existe alguma razão que torna os resultados não aplicáveis. Geralmente, não é encontrada razão significativa, possibilitando a generalização dos resultados.

12.8.1 Ferramentas de análise crítica para RS

Para facilitar a aplicação desses 10 princípios na análise crítica das RS, foram propostas inúmeras ferramentas. O documento *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) foi desenvolvido para aumentar a qualidade das RS e metanálises de ensaios clínicos randomizados, como também dos estudos não randomizados. O PRISMA consta de 27 tópicos essenciais para a descrição clara, detalhada, visualizada em fluxograma com todas as fases do estudo e acompanhada de um documento explicativo, detalhado e com exemplos, sendo recomendado seu uso inclusive na elaboração de revisões de estudos observacionais[19].

Outras ferramentas propostas são citadas a seguir:

- CASP
- ARIF
- GLASGOW
- OXMAN/GUYATT
- CEBM
- QUOROM
- MOOSE

A produção científica, nas diferentes áreas da Saúde, apresenta complexidade progressiva, o que coloca em relevância as RS para melhorarem a saúde, uma vez que contribuem para identificar as melhores evidências científicas e incorporá-las à prática dos profissionais nos serviços, no ensino, na gestão e na formulação de políticas de saúde.

REFERÊNCIAS

1 Pearson K. Report on certain enteric fever inoculation statistics. Br Med J. 1904 Nov;2(2288):1243-1246.

2 Beecher HK. The Powerful Placebo. JAMA. 1955;159(17):1602-1606.

3 Yates F, Cochran WG. The analysis of groups of experiments. The Journal of Agricultural Science. 1938 Oct;28(4):556-580.

4 Chalmers I, Enkin M, Keirse MJNC, editors. Effective care in pregnancy and childbirth. Oxford: Oxford University press; 1989.

5 Sampaio RF, Mancini MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Rev bras fisioter. Jan-Fev 2007;11(1):83-89.

6 De-la-Torre-Ugarte-Guanilo MC, Takahashi RF, Bertolozzi MR. Revisão sistemática: noções gerais. Rev Esc Enferm USP. 2011;45(5):1260-6.

7 Linde K, Willich SN. How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine. J R Soc Med. 2003;96:17-22

8 Mulrow CD. Rationale for systematic reviews. BMJ. 1994;309(6954):597-9.

9 Santos CMC, Pimenta CAM, Nobre MRC. The PICO strategy for the research question construction and evidence search. Rev Latino-Am Enfermagem. 2007 Jun;15(3): 508-511.

10 Leeflang MM, Debets-Ossenkopp YJ, Visser CE, Scholten RJ, Hooft L, Bijlmer HA, et al. Galactomannan detection for invasive aspergillosis in immunocompromized patients. Cochrane Database Syst Rev. 2008 Oct;(4):CD007394. DOI: 10.1002/14651858.CD007394.

11 Ritchie G, Glanville J, Lefebvre C. Do published search filters to identify diagnostic test accuracy studies perform adequately? Health Info Libr J. 2007;24(3):188-92.

12 Bossuyt PM, Reitsma JB, Bruns DE, Gatsonis CA, Glasziou PP, Irwig LM, et al. The STARD statement for reporting studies of diagnostic accuracy: explanation and elaboration. Ann Intern Med. 2003 Jan;138(1):W1-12.

13 Whiting P, Rutjes AW, Reitsma JB, Bossuyt PM, Kleijnen J. The development of QUADAS: a tool for the quality assessment of studies of diagnostic accuracy included in systematic reviews. BMC Med Res Methodol. 2003;3:25.

14 Deeks JJ. Systematic reviews in health care: Systematic reviews of evaluations of diagnostic and screening tests. BMJ. 2001;323(7305):157-62.

15 Egger MSG, Smith GD, Altman DG, editores. Systematic Reviews in Health Care: Meta-Analysis in Context. 2nd ed. London: BMJ Publishing Group; 2001.

16 Papanikolaou PN, Christidi GD, Ioannidis JP. Comparison of evidence on harms of medical interventions in randomized and nonrandomized studies. CMAJ. 2006 Feb 28;174(5):635-41.

17 Wells GA, Shea B, O'Connell D, Peterson J, Welch V, Losos M, Tugwell P. The Newcastle-Ottawa Scale (NOS) for assessing the quality of nonrandomized studies in meta-analyses. 3th Symposium on Systematic Reviews. Beyond the basics: improving quality and impact; 2000 July 3-5; Oxford. Oxford; 2000.

18 Sandelowski M, Barroso J. Handbook for synthesizing qualitative research. Brainerd: Bang Printing; 2007.

19 Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. Ann Intern Med. 2009 Aug 18;151(4):264-9. W64. Epub 2009 Jul 20.

PROJETO DE PESQUISA

Ewerton William Gomes Brito
Tatyana Maria Silva de Souza Rosendo

A pesquisa acadêmica tem por base o método científico e caracteriza-se pela produção desenvolvida na instituição universitária (academia). Para iniciar qualquer pesquisa acadêmica, porém, é imprescindível a apresentação de um projeto que norteie a execução da pesquisa. Nele, deve-se explicitar o detalhamento das diversas etapas que orientarão o pesquisador e sua equipe, ou seja, o caminho a ser seguido para o desenvolvimento da investigação proposta.

O projeto se configura como um planejamento de uma pesquisa. Trata-se de uma das etapas do processo de elaboração que antecede a execução propriamente dita e a consequente apresentação da pesquisa em formato de artigo acadêmico, monografia, dissertação e tese.

Em pesquisa, nada se faz ao acaso. É importante traçar o caminho que se pretende atingir. Nesse sentido, Rudio[1(p44)] afirma que "planejar significa traçar um curso de ação que podemos seguir para que nos leve às finalidades desejadas". Esse planejamento, que constitui o eixo central da produção do projeto de pesquisa, tende a evitar situações insatisfatórias durante ou no final da investigação.

Sobre a elaboração de projetos, Lima, Gondim[2 (p42)] afirmam que:

> a elaboração do projeto de pesquisa é um momento-chave do processo de construção do conhecimento. A importância desse documento pode ser ilustrada por uma metáfora urbanística: seu papel seria semelhante àquele desempenhado pela planta de uma cidade, ou seja, é um guia básico para quem quer conhecê-la ou, simplesmente, chegar ao seu destino com eficiência.

Tudo é previsto em uma pesquisa, desde a escolha do tema e dos objetivos até a determinação da metodologia, da coleta de dados, a análise e a elaboração final do relatório. Por isso, a pesquisa sempre se inicia com perguntas, a partir das quais o pesquisador faz reflexões, procurando respostas na literatura ou no próprio campo de investigação.

13.1 ETAPAS DE UM PROJETO

O planejamento de um projeto é um processo importante, a fim de se alcançar os objetivos na execução da pesquisa.

1ª fase: planejamento

- Caracterização do problema (definição do objeto de estudo).
- Levantamento das referências.
- Escolha dos materiais e métodos que serão utilizados na pesquisa.
- Avaliação das questões éticas da pesquisa.

2ª fase: execução

- Escolha de uma estratégia metodológica de pesquisa.
- Realização do estudo piloto.
- Continuação da revisão da literatura (referências impressas e digitais), cujo início se deu na fase do planejamento.
- Coleta dos dados.
- Planificação operacional (descrição dos procedimentos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa).

3ª fase: divulgação

- A última parte do processo de geração de conhecimento é divulgar os achados da pesquisa.

13.2 ESTRUTURA DE UM PROJETO

13.2.1 Introdução

É importante que, na parte introdutória de um projeto de pesquisa, haja a explicitação do objeto de estudo, seguida de uma contextualização do problema. Isso implica a referência a alguns trabalhos anteriormente publicados na área

em que se quer investigar, a fim de que o leitor possa situar o objeto de estudo proposto em meio à evolução das pesquisas nessa área. Para que se compreenda a relevância do projeto, urge delimitar o tópico específico tanto do ponto de vista temporal quanto geográfico.

13.2.2 Justificativa

(Por que pesquisar "x"? Para que pesquisar "x"?)

A justificativa aponta as razões por que se pode entender a relevância de pesquisar determinado objeto. Além disso, em geral, também é na justificativa que se sinaliza a que ponto se pretende chegar na investigação a ser realizada. Discutir a importância do tema e os fatores que determinaram a escolha do objeto, demonstrar a viabilidade da pesquisa, o interesse do pesquisador e a relevância social do objeto proposto, além de explicitar a importância que essa pesquisa poderá trazer para a ciência, são elementos fundamentais para a produção da justificativa.

13.2.3 Problema

Também conhecido como "questão de pesquisa", o problema é a essência da investigação. Entretanto formulá-lo não é fácil, é preciso ter conhecimento preliminar sobre o tema.

Formular uma "questão de pesquisa" passa pela assunção de hipóteses que poderão levar o pesquisador às respostas para o problema que ele pretende investigar. Para tanto, o conhecimento sobre o que já foi publicado sobre o tema é indispensável.

13.2.4 Hipóteses

As hipóteses, mais utilizadas na pesquisa quantitativa, são prováveis respostas ao problema. Nas pesquisas qualitativas que aplicam o método

fenomenológico, o pesquisador parte das “questões problemas”. Uma hipótese de pesquisa é a resposta que você imagina para o problema formulado. Por isso, é importante frisar que:

> deve conter todos os conceitos e variáveis envolvidas... A hipótese da pesquisa é uma suposição objetiva e não uma mera “opinião”. Além disso, precisa ter bases sólidas, assentadas e garantidas por “boas” teorias e por matérias-primas consistentes da realidade observável[3(p8)].

13.2.5 Objetivos

Os objetivos estão relacionados diretamente com o problema da pesquisa. A maior precisão em definir os objetivos facilitará o desenvolvimento e a interpretação dos resultados.

- **Objetivo geral (para quê?):** definir, de modo geral, o que se pretende com a pesquisa. Os verbos utilizados para os objetivos gerais devem indicar um fim.

Lembre-se!

Iniciar os objetivos sempre com verbos no infinitivo, podendo ser utilizados verbos com sentido mais amplo, como: *analisar, avaliar, conhecer, compreender, reconhecer, definir, demonstrar, desenvolver, comparar, diferenciar, documentar, investigar, produzir,* dentre outros.

- **Objetivos específicos**: delimita o modo como se pretende atingir o objetivo geral.

Nos objetivos específicos, os verbos mais utilizados são: *identificar, verificar, estimar, estabelecer, descrever, relatar, determinar, propor, sintetizar, selecionar,* dentre outros.

13.2.6 Revisão da literatura

Também chamada de "estado da arte", a revisão da literatura demonstra que o pesquisador está atualizado quanto às últimas publicações no campo de conhecimento em investigação[2]. Além de artigos em periódicos nacionais e internacionais e de livros já publicados, as monografias, dissertações e teses constituem excelentes fontes de consulta para fundamentar teórica e metodologicamente um projeto de pesquisa. É nesta seção também que são explicitados os principais conceitos e termos técnicos a serem utilizados na pesquisa.

A revisão tem por finalidade detectar, ainda na fase inicial do estudo, outros pesquisadores que obtiveram respostas para a sua busca, contribuindo para o pesquisador delimitar e definir seu questionamento (problema) de pesquisa.

Importante salientar que essa revisão não deve ser uma transcrição daquilo que outros autores publicaram, mas uma síntese comentada (ou uma resenha crítica) de ideias sobre o tema que une esses autores ao proponente de um projeto de pesquisa. Para fazer essa análise, é preciso utilizar os tipos de análise de texto.

13.2.7 Procedimentos metodológicos

Roteiro para o planejamento estratégico:

a) *Caracterização da área de estudo:* descrição do local de estudo, de modo a apresentar os aspectos mais importantes dele: estado, município, bairro, instituições e outros.

b) *Tipo de estudo*: que tipo de pesquisa e que estratégias de estudo serão desenvolvidas na pesquisa que se propõe? (Ver Seção 8.1 sobre "Tipos de Pesquisa".)

c) *População*: uma população é um conjunto de pessoas, objetos, acontecimentos ou fenômenos com pelo menos uma característica comum. Deve-se observar que, por estratégia de pesquisa, deve levar em conta a importância da tomada de decisões para:

- Definir os indivíduos que constituem a população-alvo e a de estudo;
- Descrever como será o recrutamento dos sujeitos.

d) *Amostra*: uma amostra é um subconjunto de indivíduos da população-alvo. As características da amostra devem ser as mesmas da população. Nessa parte do projeto, o pesquisador deve:

- Explicar o tipo de amostra e a determinação do seu tamanho;
- Indicar a técnica de amostragem que será utilizada para a seleção da amostra;
- Explicitar os critérios de inclusão e exclusão.

e) *Critérios de inclusão*:

> Deve-se ter claro que os elementos para serem incluídos no estudo (fazer parte da amostra) devem ser criteriosamente selecionados para que representem realmente uma população. Nesse aspecto, deve-se detalhar a fonte de recrutamento dos elementos ... o grupo de elementos deve ser formado para que o efeito potencial de uma intervenção seja maximizado, que assegure o seguimento das indicações para que se tenha adesão e não haja perdas[4(p3)].

f) *Critérios de exclusão:*

> ... devem ser considerados com cuidado, expostos claramente e sem ambiguidades para descartar os elementos que poderiam ser expostos a um risco maior ou que tenham outras características que poderiam dificultar a determinação dos efeitos da intervenção[4(p3)].

Ao contrário do que pode parecer, os critérios de exclusão não são, necessariamente, o oposto dos critérios de inclusão. Por exemplo, em uma pesquisa sobre complicações relacionadas ao período da gravidez, parto e puerpério, podemos ter, como critério de inclusão, mulheres de 15 a 49 anos que tiveram um filho em determinada região e deixar claro que serão excluídas mulheres que possuam algum grau de dificuldade para responder ao questionário, como, por exemplo, mulheres estrangeiras que não compreendam bem a língua portuguesa.

g) *Coleta de dados*: o pesquisador informa o período da coleta dos dados e de como serão abordados os participantes da investigação, descrevendo as estratégias: turno, número de dias da semana, instrumentos utilizados.

h) *Considerações éticas*: no Brasil, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou um documento que teve como objetivo criar parâmetros éticos para as pesquisas na área da Saúde. A Resolução nº 466/12-CNS contém as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos[5].

O CNS define Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) como:

> ... colegiados interdisciplinares e independentes, com 'múnus público', de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos[5(p4)].

Atualmente, todas as pesquisas em saúde são submetidas à apreciação pelos CEP por meio da Plataforma Brasil (http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf), que é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Ela permite que as investigações sejam acompanhadas em seus diferentes estágios – desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CONEP), quando necessário – possibilitando, inclusive, o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e finais das pesquisas (quando concluídas).

A Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde preconiza[5(p7)]:

- respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- garantia de que danos previsíveis serão evitados;
- relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária.

Em pesquisa com seres humanos, é necessário que a pessoa, maior de 18 anos, aceite espontaneamente participar da pesquisa e, então, assine um documento, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

A Resolução nº 466/12 define o consentimento livre e esclarecido como:

> documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa da qual se propõe participar[5(p9)].

Em casos em que o participante for menor de 18 anos, além do TCLE que deve ser assinado pelo seu responsável legal, existe o termo de assentimento livre e esclarecido, que se trata de documento elaborado em linguagem acessível para os menores ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais[5].

Araújo[6], ao destacar que o consentimento livre e esclarecido do participante é uma exigência não só no Brasil, mas em todos os códigos internacionais, afirma que esse documento representa um dos pilares da ética nas pesquisas científicas.

A finalidade maior desse termo é garantir um risco mínimo ao participante da pesquisa, dando-lhe todos os esclarecimentos possíveis sobre a investigação. Nesse item, o pesquisador deverá demonstrar toda a precaução que foi tomada para assegurar o direito, a liberdade e a confiabilidade do indivíduo, bem como o anonimato do participante.

13.2.8 Cronograma

O cronograma é um instrumento muito útil ao pesquisador, pois estima o tempo de execução das diversas fases do estudo, orientando o seu desenvolvimento a partir do melhor aproveitamento dos recursos e da distribuição de tarefas entre a equipe de pesquisadores. Deve ser elaborado em formato semelhante a uma tabela, em que as colunas correspondem aos meses (ou aos anos), e as linhas correspondem às etapas da pesquisa.

Exemplo de Cronograma

ETAPAS	MESES											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Elaboração do projeto		X	X									
Apresentação do projeto ao CEP				X	X							
Coleta de dados						X	X	X				
Análise dos dados								X	X			
Finalização da pesquisa									X	X		
Publicação dos resultados											X	X

13.2.9 Orçamento

Por mais simples que seja, toda pesquisa tem um custo. O pesquisador deve estar atento aos diversos recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários em cada etapa da pesquisa.

Convém ressaltar alguns itens, comumente esquecidos pelos pesquisadores iniciantes: auxílio-transporte para deslocamento dos pesquisadores ou dos pesquisados até o local de estudo; lanche para os sujeitos submetidos a jejum prolongado em decorrência da necessidade da pesquisa; consultorias, digitações, revisões, custos com publicações, entre outros.

A tabela a seguir exemplifica um modelo de orçamento, no qual são consideradas duas categorias principais: material de consumo e serviços a terceiros e encargos.

Exemplo de orçamento de pesquisa

Especificação do Material	**Quantidade**	**Preço Unitário**	**Preço Total**
MATERIAL DE CONSUMO			
Papel A4			
Cartucho para impressão colorido nº28			
Cartucho para impressão P&B nº 27b			
Pen drive 4G			
Canetas			
Lápis grafite			
Pastas plásticas			
Pranchetas em acrílico - unidade			
SUBTOTAL			
SERVIÇOS A TERCEIROS E ENCARGOS			
Reprografia			
Plotagens			
Traduções			
Vale Transporte/Estudantil			
Combustível			
Aluguel/Telefone			
Frete de equipamentos			
SUBTOTAL			
TOTAL			

13.2.10 Principais contribuições científicas ou tecnológicas propostas

Trata-se de uma seção não obrigatória, mas exigida por algumas instituições de pesquisa. Diz respeito aos resultados e impactos esperados com a realização do projeto, tais como: disponibilização de informações para o planejamento de ações; estabelecimento de parcerias entre diferentes instituições de ensino superior e de prestação de serviços de saúde; ampliação de repertórios; e introdução de práticas sociais.

13.2.11 Referências

Nesta seção obrigatória, é feita a referenciação adequada de publicações impressas e digitais citadas no corpo do projeto. Ao fazer as referências do projeto de pesquisa, o autor deve lembrar que qualquer pesquisador experiente saberá identificar obras incongruentes entre si e/ou listadas apenas para fazer volume nas referências. Portanto, liste apenas as que você conhece, leu e reconhecem como correlacionadas à sua investigação.

Além disso, procure a ajuda de um bibliotecário para fazer as referências de acordo com a normalização (ABNT ou Vancouver). Valorize o trabalho do especialista da área de biblioteconomia.

Desenvolver (ou vincular-se a) um projeto de pesquisa é de suma importância para o graduando, seja de que área ele for, porque permite a formação inicial na prática de pesquisa. Associada ao ensino, a pesquisa desenvolvida no âmbito da sala de aula é entendida como um princípio educativo e de construção de conhecimentos, cuja relevância é inegável tanto para discentes quanto para docentes.

Dessa forma, podem-se acompanhar as tendências de pesquisa na instituição e divulgar dados à comunidade, facilitando assim, a interação entre os pesquisadores de outras Instituições.

REFERÊNCIAS

1 Rudio FV. Introdução ao projeto de pesquisa científico. 30. ed. Petrópolis: Vozes; 2002.

2 Lima JC, Gondin LMP. A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso. João Pessoa: Ed. Manufatura; 2002. Considerações sobre o projeto de pesquisa; p. 41-77.

3 Universidade Santa Cecília. Elaboração de um projeto de pesquisa [Internet]. 2007. [acesso em 12 Set 2007]. [13 telas]. Disponível em: http://faadsaze.googlepages.com/ELABORACAO_DE_UM_PROJETO_DE_PESQUISA.pdf.

4 Lavado EL, Castro AA. Projeto de pesquisa. (parte V: amostra) [monografia na internet]. 2001. [acesso em 7 Jan 2007]. Disponível em: http://www.evidencias.com/planejamento/pdf/lv4_07_amostra.pdf.

5 Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 [Internet]. [acesso em 3 Maio 2012] Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html.

6 Araújo LZS de. Aspectos éticos da pesquisa científica. Pesqui odont bras. 17 Maio 2003;(suppl.1):57-63.

14. RELATÓRIO DE PESQUISA

Paulo de Medeiros Rocha

Relatório é o documento que mostra como a pesquisa foi executada, que dados foram coletados, como foram analisados e os resultados que foram extraídos da investigação. Sendo assim, a pesquisa deve ser retomada no relatório, não mais como proposta de trabalho, mas como relato da realização desse trabalho. A NBR 10719[1(p3)] conceitua o relatório como a fase final de uma pesquisa de um "documento que descreve formalmente o progresso ou resultado de pesquisa científica e/ou técnica".

Para Coutinho[2(p22)], relatório "é o suporte escrito (documento) que se elabora no sentido de comunicar os resultados de uma investigação", devendo para isso dar uma ideia global de todo o processo. Esse documento tem como finalidade principal comunicar, de forma clara e sucinta, os resultados da investigação realizada. Nesse momento final do trabalho investigativo, não se trata mais da produção de novos conhecimentos/saberes, mas de organização, da melhor forma, de todos os elementos envolvidos na pesquisa.

Segundo Laville, Dionne[3(p241)], "[o relatório] é essencialmente uma demonstração do pesquisador do seu raciocínio até sua conclusão". Muitas vezes, por exigência de agências/instituições de pesquisa, há limitações no tamanho do relatório a ser enviado, que precisa então ser bem sintético, tipo "resumo expandido", mas sem perder de vista o conjunto do trabalho desenvolvido. Nesse sentido, há de se buscar eficácia na comunicação, com uma linguagem e um estilo que facilitem a compreensão e o julgamento por parte do leitor.

Como orientação geral, mas sem imposições indevidas, deve-se procurar um estilo mais direto, com frases mais precisas e curtas, reduzindo-se as adjetivações.

É importante salientar que a capacidade de escrever bem não se desenvolve rapidamente, com consultas a manuais ortográficos e internet. Trata-se de um longo processo de acumulação de experiências e de exercícios constantes de leitura e escrita, que deve ser idealmente iniciado já no nível médio de escolaridade e nas primeiras disciplinas científicas de "metodologia da pesquisa", na vida universitária. Deve-se buscar os caminhos redacionais da simplicidade,

clareza, precisão e brevidade como elementos básicos na elaboração final de um relatório de pesquisa.

Os relatórios são escritos com os objetivos de:

- demonstrar o desenvolvimento de uma investigação (para agências financiadoras, departamentos acadêmicos, serviços de saúde, etc.);
- divulgar os resultados e conclusões obtidas através de pesquisa;
- registrá-los em caráter permanente (arquivo).

Por isso, os objetivos de um relatório devem ser bem claros e delimitados para que possam nortear todas as fases da pesquisa.

14.1 ESTRUTURA DE UM RELATÓRIO

Reconhecido internacionalmente pela sigla IMRAD, que significa Introdução, Metodologia (Material e Métodos), Resultados e Discussão, a estrutura de um relatório de pesquisa compreende o *hardcore* (elementos obrigatórios) desse sistema de apresentação dos trabalhos científicos e outros elementos que fazem parte desse conjunto como acessórios ou opcionais[4].

Entretanto é necessário destacar que existem, obviamente, algumas diferenças de conteúdo entre, por exemplo, os resultados de um artigo científico, os quais devem ser mais concisos e/ou selecionados, e os resultados de um relatório final de pesquisa, que devem ser mais abrangentes, na totalidade. De qualquer forma, sem repetições desnecessárias ao que já foi apresentado anteriormente, trataremos de questões mais específicas, redacionais, "de estilo", que são inerentes a um relatório de investigação.

14.1.1 Título e resumo

Vale a pena salientar a importância do título e do resumo, pois são dois elementos essenciais, que devem sinalizar ao leitor os aspectos centrais da investigação. Na escolha do título e na produção do resumo, deve-se considerar que, após a publicação, o relatório é visualizado, nas revisões bibliográficas, apenas por esses dois elementos, o que reforça a necessidade de sua objetividade e completude.

O título da pesquisa deve conter a sua principal notícia, ou seja, deve citar a principal conclusão do estudo. É essa notícia que poderá despertar o interesse do leitor. Evite incluir no título o local onde a pesquisa foi realizada. Afinal, suas conclusões devem ser de interesse geral/global e não apenas de uma cidade ou de um hospital universitário específico.

Quanto ao resumo, seja criativo sem transgredir as normas do periódico no qual deseja publicar. Enfatize a importância da pesquisa, seu novo olhar sobre a questão e novamente a principal conclusão do estudo.

Dica!

Inicie o título pela palavra-chave do assunto. Evite expressões dispensáveis como:

- Considerações sobre...
- A propósito de...
- Estudo sobre...
- Investigações sobre...
- Interesse de...
- Novas contribuições sobre...

14.1.2 Introdução

Parte do trabalho em que o tema é apresentado como um todo. A introdução não deve conter muitos detalhes, mas definir, de maneira sucinta e clara, o assunto, com ênfase na importância do problema. Essa parte inicial do relatório de pesquisa indica a finalidade do trabalho, justifica a escolha e o interesse do tema e esclarece sob que ponto de vista o tema é tratado. Faz ainda referência a trabalhos anteriormente publicados, situando a evolução do assunto. Limita-se, porém, às contribuições mais diretamente ligadas ao assunto (é necessário ter o cuidado de mencionar os trabalhos retirados da Internet, nos *sites* de busca científicos). Utiliza fundamentação teórico-lógica, ressaltando que a introdução se constitui no espaço destinado às ideias e hipóteses. Por fim, explicita as diversas partes do trabalho.

14.1.3 Objetivos

Na seção de objetivos, é necessário definir, de forma objetiva, o que se alcançou com a execução da pesquisa, ou seja, tornar claros o propósito do trabalho e os aspectos centrais da investigação.

14.1.4 Metodologia

A metodologia, também chamada material e métodos, ou simplesmente métodos, deve conter tão somente o que foi de fato realizado pelo pesquisador. Aqui deve ser descrito em detalhes, mas sem excessos de descrições, principalmente relacionadas a procedimentos já largamente conhecidos na área de pesquisa do artigo, o que de fato foi feito e aplicado.

Deve-se atentar para o detalhe de que, na transição de projeto de pesquisa para relatório de pesquisa, os tempos verbais devem ser modificados do tempo futuro para o tempo passado. Além disso, o pesquisador deve retirar do texto tudo aquilo que planejou fazer, mas não o fez por questões logísticas ou operacionais.

A metodologia deve conter os seguintes pontos, escritos com ou sem subtópicos:

- Tipo de estudo e amostra: descrever o local onde foi desenvolvida a pesquisa, enfatizando o tipo de estudo, a importância dele e o período de sua realização. Nessa seção, faz-se uma breve descrição da população-alvo, como foi o recrutamento, quantos indivíduos vieram a fazer parte da amostra, quais foram os critérios de inclusão e exclusão.
- Coleta de dados: é a descrição de como foram realizados todo o procedimento metodológico do recrutamento dos sujeitos, a aplicação do instrumento da pesquisa, o treinamento dos entrevistadores, e dos equipamentos que foram utilizados e dos parâmetros que foram adotados para esses procedimentos.
- Análise dos dados: descrição de como foi realizada a codificação e a entrada dos dados provenientes da aplicação dos instrumentos

(questionário, entrevista, formulário e outros), bem como, se for o caso, da utilização de *software* de domínio do pesquisador ou de qualquer pessoa que fez parte da equipe de pesquisa. Para a análise de associações estatísticas, é necessário especificar qual o *software* utilizado, a versão e que tipo de teste comprovou as hipóteses da pesquisa.

- Considerações éticas: deve-se demonstrar toda a precaução necessária que foi tomada para assegurar o direito, a liberdade e a confiabilidade do indivíduo, como também para assegurar o seu anonimato. Nessa seção, deve-se também mencionar o registro realizado junto ao Comitê de Ética.

14.1.5 Resultados

Na seção de resultados, o pesquisador evidencia os principais dados obtidos em resposta (favorável ou não) às questões de pesquisa formuladas no início da investigação. Os resultados formam a base empírica que sustentará as conclusões do pesquisador, e devem ser apresentados conforme a ordem dos objetivos. Observação: deixar, para o tópico seguinte, assuntos que serão discutidos na seção "Discussão", ou seja, a comparação com outros estudos que foram indicados nas referências. Aqui, a preocupação central tem de ser com a concisão do texto.

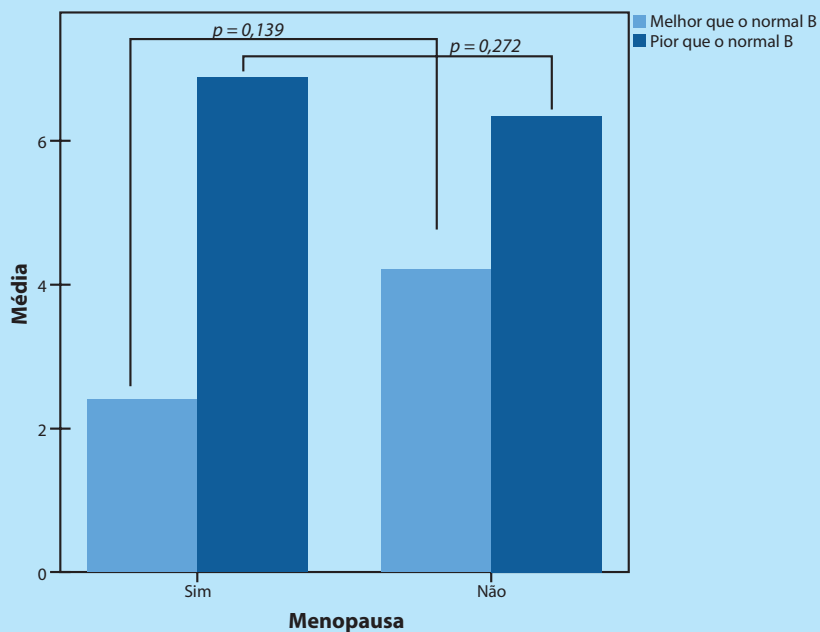
Vale lembrar-se de que apresentar resultados num artigo científico vai diferir em muito de um relatório final de pesquisa pelas características de seleção e destaque que o primeiro deve possuir em comparação com a totalidade e a abrangência do segundo.

Esses resultados poderão ser apresentados apenas de forma descritiva, ou seja, em uma análise dos dados encontrados. Também podem ser acompanhados por tabelas ou figuras (gráficos, mapas, fluxogramas, fotos, esquemas, dentre outros). Assim, podem-se apresentar os resultados com tabelas e gráficos e com uma descrição analítica desses dados, forma comumente utilizada nos TCC; ou ainda, quando aplicado algum teste de associação, aproveitam-se ao máximo os resultados encontrados para demonstrar a importância do estudo por intermédio da significância estatística.

Dica!

Use tabelas para resumir dados gerais de sua amostra. E procure organizá-los de maneira clara e sem excessos, informando apenas variáveis relevantes para as conclusões.

Use figuras para mostrar as relações entre variáveis. Por exemplo, diferenças entre grupos podem ser melhor observadas com gráficos de colunas, e evoluções temporais podem ser melhor visualizadas por gráfico de linhas.

Coloque o máximo de informações na figura, como o valor de *p*, e seja criativo. Exemplo:

14.1.6 Discussão

À seção denominada "discussão", cabe a apresentação dos resultados obtidos, analisados e comparados com os já existentes na literatura citada. Aqui, se deve ter a preocupação central com o significado e a interpretação dos resultados. Deve-se evitar a *discussão fofoca*, na qual dizemos "nossos resultados encontraram A e os resultados de Fulano encontraram B". Para tanto, urge destacar as contribuições em termos de novos conhecimentos trazidos pelo estudo e, se possível (e pertinente), uma crítica sobre os limites do próprio estudo.

Cabe também sugerir novas hipóteses, melhoras nos instrumentos etc. Devem-se evitar, todavia, comentários do tipo "pedagógico-intervencionistas" ("portanto, o currículo médico deveria ser mais especializado em...") ou "fantasioso-presunçosos" ("estou certo de que, apesar da escassez dos resultados..."), buscando-se maior ponderação de análises. A discussão deve fornecer elementos para a conclusão.

Cada parágrafo da discussão deve ter somente uma informação relacionada a cada fenômeno interpretado a partir de seus resultados. A construção básica de um parágrafo na discussão pode seguir o seguinte esquema-exemplo:

- ✓ A primeira linha do parágrafo deve conter sua principal informação (o que seu resultado aponta).
- ✓ Em seguida, informe as conclusões de outros autores que encontraram o mesmo fenômeno em outras circunstâncias (Fulano, 2000).
- ✓ Em uma terceira linha, informe uma possível explicação para este fenômeno (Beltrano, 2006).
- ✓ Uma quarta linha opcional pode relatar desdobramentos que esta nova informação poderá ter na evolução do conhecimento científico na área pesquisada.

A discussão será o elo principal entre os resultados e as conclusões. É aqui que o pesquisador convence o seu leitor de que suas conclusões são válidas, confiáveis e que possuem forte base empírica.

14.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão de um relatório de pesquisa se caracteriza como um resumo marcante dos argumentos principais, e deve ser fundamentada nos resultados e na discussão realizada. Com efeito, trata-se de um momento de reflexão sobre os achados da investigação. É nesse item que o aluno/pesquisador deve responder às questões iniciais desenhadas no projeto. Para tal, poderá observar os seguintes aspectos:

- Sua pesquisa resolve o problema inicialmente levantado, amplia a sua compreensão, mostra novas relações ou mesmo descobre outros problemas em relação ao originalmente escolhido?
- Sua hipótese foi confirmada ou refutada na pesquisa?
- Os objetivos gerais e específicos previamente definidos foram alcançados?
- A metodologia de trabalho escolhida foi suficiente para a consecução de seus propósitos? Houve necessidade de adotar outras técnicas ou procedimentos para lidar com situações não previstas?

O autor pode enriquecer seu trabalho vislumbrando novas perspectivas, novas pesquisas, ou apontar para novas relações do assunto com outros ramos do conhecimento. Em determinados tipos de investigação, podem ser indicadas sugestões ou recomendações.

Um relatório de pesquisa deve ser eficiente ao informar a notícia, a novidade que representa o avanço no conhecimento científico na área pesquisada (que é, na verdade, a principal conclusão do autor). Essa notícia poderá ser aceita como verdadeira ou esquecida pela comunidade científica, dependendo muito de como ela for relatada.

Portanto, o pesquisador deve lembrar sempre de formar uma base empírica forte para suas conclusões por meio de análises coerentes e diálogos construtivos com o que a literatura já aponta. Isso pode aumentar as chances dessa notícia se conectar verdadeiramente à rede de conhecimento existente, e servir como nova base empírica para futuros avanços.

REFERÊNCIAS

1 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10719: Informação e documentação- Relatório técnico e/ou científico-apresentação. Rio de Janeiro; 2015.

2 Coutinho CP. Metodologia de Investigação em Educação 2007/2008: Texto de Apoio – O Relatório de Investigação. [monografia na Internet]. 2007 [acesso em 10 Nov 2008]. Disponível em: http:/faadsaze.googlepages.com/textoApoioRedRelatInv2007.pdf.

3 Laville C, Dionne J. A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Ed. UFMG/ArtMed; 1999.

4 Universidade Federal de São Paulo. Pró-Reitoria de Extensão. Curso On-line: diretrizes para normalização de artigos científicos baseados no estilo Vancouver [Internet]. 2007. [acesso em 10 Nov 2007]. Disponível em: http://moodle.unifesp.br/entensao/file.php/4/elementos1.htm1.

AUTORES

ANTONIO MEDEIROS JÚNIOR possui graduação em Odontologia (1982), Mestrado em Odontologia Preventiva e Social (1997) e Doutorado em Ciências da Saúde (2005) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Saúde Coletiva e membro integrante do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFRN. Tem experiência em Saúde Coletiva com ênfase nas políticas de saúde, gestão do trabalho e da educação na saúde, avaliação de serviços, educação interprofissional e envelhecimento.

EDINETE DO NASCIMENTO PEREIRA é graduada em Biblioteconomia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN (2011). Possui Especialização em Formação Docente para o Ensino Superior na UNIFACEX (2015). Atualmente é Bibliotecária do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC/RN. Tem experiências na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: Web 2.0. Comportamento Informacional, Unidade de Informação, Bases da inteligência competitiva e estudantes de Biblioteconomia. Foi monitora da disciplina Redes e Serviços de Informação II, da estrutura curricular do curso de graduação em Biblioteconomia-UFRN. Foi membro do Grupo de Pesquisa Informação na Sociedade Contemporânea, na Linha de Pesquisa Inteligência Competitiva, Empreendedorismo e Redes Sociais-UFRN.

ELIZABETHE CRISTINA FAGUNDES DE SOUZA possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1983), Mestrado em Odontologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1990) e Doutorado em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (2003). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lotada no Departamento de Saúde Coletiva, atuando em ensino de graduação e pós-graduação no campo da Saúde Coletiva. Integra o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva/NESC do Centro de Ciências da Saúde/CCS da UFRN, no qual desenvolve ações de cooperação técnica às instituições do SUS por meio de projetos de ações integradas de extensão e pesquisa. Tem experiência e produção em Saúde Coletiva nas áreas de Políticas e Gestão de Saúde e Ciências Humanas e Sociais em Saúde.

EWERTON WILLIAM GOMES BRITO é cirurgião-dentista, Doutor em Ciências da Saúde, Mestre em Odontologia Preventiva e Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Especialista em Saúde Coletiva (ABO-RN), Pneumologia Sanitária (ENSP/Fiocruz) e em Formação docente em Vigilância em Saúde (ENSP/Fiocruz). Professor Assistente do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Vigilância e atenção à Saúde, atuando principalmente nas seguintes subáreas: Vigilância Epidemiológica, Atenção à Saúde e Estratégia Saúde da Família.

EVÂNIA LEIROS DE SOUZA é graduada em Biblioteconomia na Universidade Federal da Paraíba, UFPB (1978). Possui Especialização em Organização, Planejamento e Gestão de Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN (2000). Professora do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Técnicas de Recuperação de Informação. Ministrou a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica na área da Saúde. Possui trabalhos publicados nas áreas de Saúde Coletiva, Saúde da Família, Humanização em Hospital e Biblioteconomia. E-mail: evanials@yahoo.com.br.

FABIANO HENRIQUE RODRIGUES SOARES tem licenciatura plena em Educação Física (UFRN/University of Maine, EUA). Especialista em Nutrição Esportiva (UNIFOA). Mestre e Doutorando em Ciências da Saúde (UFRN). Experiência de mais de 25 anos como Profissional de Educação Física. Diretor e responsável técnico da Kinetics Cursos (kineticscursosonline.wordpress.com) que oferece cursos e certificações presenciais na área de Educação Física. Professor do Bacharelado e da Licenciatura em Educação Física no UNI-RN e professor substituto no Departamento de Saúde Coletiva da UFRN. Coordenador dos cursos de Pós-Graduação Strictu Sensu em Fisiologia e Prescrição Clínica do Exercício e em Fitness e Personal Trainer desenvolvidos no UNI-RN.

GILDETE MOURA DE FIGUEIRÊDO é bibliotecária (UFMA). Possui Especialização em Metodologia da Pesquisa (UFRN), além de vários trabalhos publicados: Catálogo da Carnaúba, UFRN/FUNPEC/NUT-Seca (2008); Zila Mamede (1928-1985) vida e obra: cronologia (2005); Resenha do poema de Zila Mamede. Composição a frio (2003). Onofre Lopes: vida e obra cronologia (2007). E-mail:gildetemoura@ufrnet.br.

GRASIELA PIUVEZAM é graduada em Odontologia pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Mestre e Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É professora adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN e ensina na graduação aos cursos de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde e de Medicina. Na pós-graduação, atua como orientadora e coordenadora (2016-2018) do Mestrado Profissional Gestão da Qualidade em Serviços de Saúde (Mestrado QualiSaúde) e orientadora do Mestrado e do Doutorado em Saúde Coletiva (PPGSCol). Tem experiência na área da Saúde Coletiva, nas subáreas da Gestão em Saúde e Epidemiologia. Atua principalmente no tema da Melhoria da Qualidade em Serviços de Saúde, Segurança do Paciente, Avaliação de Programas e Serviços, Gerontologia e Epidemiologia. Coordena o grupo de pesquisa do CNPq-UFRN Laboratório de Estudos Epidemiológicos (LEEp) e é coordenadora adjunta do grupo de pesquisa do CNPq-UFRN Melhoria da Qualidade em Serviços de Saúde (QualiSaúde), que atua em rede com o grupo CalidadSalud na Espanha (Universidad de Murcia) e no México (Instituto Nacional de Salud Pública).

LARISSA GRACE NOGUEIRA SERAFIM DE MELO é professora adjunta da UFRN, atualmente lotada no Departamento de Nutrição, Campus Central. Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005), especialização em Nutrição Clínica pela Universidade Gama Filho (2007), especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2007), mestrado em Administração pela Universidade Potiguar/Laureate International Universities (2010) e doutorado em Saúde Coletiva pela UFRN (2014). Atua como docente em disciplinas vinculadas à área da Saúde Coletiva e como pesquisadora no Grupo

de Estudos em Metabolismo, Exercício e Nutrição. Tem experiência na área da Saúde Coletiva, com ênfase em Promoção da Saúde, Nutrição Materno-Infantil e Políticas Públicas de Saúde, Alimentação e Nutrição.

NILMA DIAS LEÃO COSTA possui Doutorado em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010). É professora adjunta IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência de pesquisa na área de Saúde Coletiva, com ênfase principalmente na Saúde da Mulher e na Mortalidade Infantil. Atualmente é vice-coordenadora de uma pesquisa sobre aborto na adolescência. É pesquisadora da Base de Pesquisa da Saúde Coletiva e colaboradora da Base de Pesquisa do Grupo de Estudos Demográficos. Também é tutora do PETSAÚDE.

PAULO DE MEDEIROS ROCHA é graduado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1973), possui Mestrado em Medicina (Psiquiatria) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e Doutorado pelo Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997). Pós-Doutorado no Instituto de Medicina Preventiva da Universidade de Lisboa – Portugal, em 2008, com bolsa CNPq. Atualmente é professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em políticas, planejamento e gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde coletiva, Sistema Único de Saúde, saúde da família, atenção primaria em saúde e avaliação em saúde. Exerceu chefia do Departamento de Saúde Coletiva e integrou Conselho Universitário da UFRN (2011-2014), foi médico do Ministério da Saúde S-III (aposentado). Coordenou, entre 2003-2006, a pesquisa avaliativa "Estudos de Linhas Base – PROESF", realizada pelo Ministério da Saúde e Banco Mundial, e posteriormente (2011-2014) a coordenação das pesquisas avaliativas do "Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica" (PMAQ-AB), 1º e 2º ciclos, nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará. Atualmente exerce atividades de coordenação na pesquisa do Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS) em Estados do Norte-Nordeste (AP, PI, CE, RN, PE, AL) e na pesquisa avaliativa do PMAQ-AB (3º ciclo) para os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSCol) da UFRN, além dos Mestrados Profissionais em

Saúde da Família (Rede Nordeste-UFRN) e de Gestão da Qualidade em Serviços de Saúde (em parceria com Universidade de Múrcia-Espanha). Docente do Internato em Saúde Coletiva, Curso Graduação em Medicina - UFRN, é tutor do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde, no Rio Grande do Norte.

RENATA MELO MAROTO é docente do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN, Mestre em Saúde Coletiva pela UFRN em 2014. Graduada em Enfermagem no ano de 2011 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), realizou docência assistida na disciplina Introdução à Metodologia Científica ofertada pelo Departamento de Saúde Coletiva (UFRN) para o curso de Medicina, nos períodos 2013.1 e 2013.2. É membro do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva (CNPq) – Departamento de Saúde Coletiva (UFRN) desde 2009. E-mail: renatamaroto@yahoo.com.br.

RICARDO NEY OLIVEIRA COBUCCI possui Doutorado em Ciências da Saúde pela UFRN concluído em 2014. Médico graduado pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), antiga FFFCMPA, em 1999. Ginecologista e Obstetra especialista pelo Conselho Federal de Medicina e pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO/TEGO750/2002), tendo concluído residência médica na Irmandade Santa Casa de Misericórdia (ISCMPA) de Porto Alegre em 2001. Tem experiência em atendimento ambulatorial em clínica médica e ginecologia e obstetrícia, plantão obstétrico e patologia cervical. Atualmente é obstetra concursado em Parnamirim/RN, atuando na Maternidade Divino Amor como plantonista e obstetra do pré-natal de alto risco. Ginecologista concursado da EBSERH, coordenador do ambulatório de Patologia Cervical na Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC-UFRN). Preceptor da residência em ginecologia e obstetrícia na MEJC. Preceptor e coordenador do Internato em Saúde da Mulher e coordenador da disciplina Medicina Baseada em Evidências III no curso de Medicina da Universidade Potiguar, UnP, em Natal/RN. Atualmente envolvido em pesquisas sobre biomarcadores moleculares em lesões induzidas pelo HPV, diabetes gestacional, vacinas contra HPV, flora vaginal de gestantes, imunidade em gestantes com retrovirose e profilaxia pré-exposição para HIV (PreP). Pesquisador em grupos de pesquisa clínica, bem como de revisões sistemáticas com metanálise.

SEVERINA ALICE DA COSTA UCHOA é médica com Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003). Professora associada do Departamento de Saúde Coletiva - da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Lidera o Grupo de Estudos em Saúde Coletiva e é orientadora dos programas de pós-graduação em Ciências da Saúde, Saúde Coletiva e Saúde da Família da UFRN. Colabora com o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva-UFRN. É uma das coordenadoras da Avaliação Externa do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB/UFRN 2012-2018), do Ministério da Saúde, nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará e integra a coordenação do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS- UFRN) em estados do nordeste brasileiro. Foi tutora do Programa Mais Médicos para o Brasil (2014-2015). Desde 2013 integra o Comitê Gestor da Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde. Em 2016 concluiu Estágio de Pós-Doutorado no Exterior do CNPq, na área de Avaliação de Políticas de Saúde no Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Atualmente coordena o projeto "Avaliação Externa do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ- AB)" do Brasil, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua nas áreas de Avaliação e Meta-avaliação de Políticas e Programas de Saúde; Atenção Primária em Saúde e Metodologia da Pesquisa Qualitativa.

TATYANA MARIA SILVA DE SOUZA ROSENDO possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002), Mestrado em Odontologia Preventiva e Social pela UFRN (2005) e Doutorado em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFRN (2014). Atualmente é professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: epidemiologia, bioestatística e vigilância em saúde.